

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

AURELIO JOSÉ DA SILVA

**DECORO NO FACEBOOK**

**Um estudo sobre interações sociais e estilos de vida na sociedade contemporânea**

BELO HORIZONTE

2020

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

AURELIO JOSÉ DA SILVA

**DECORO NO FACEBOOK**

**Um estudo sobre interações sociais e estilos de vida na sociedade contemporânea**

Tese submetida pelo doutorando Aurelio José da Silva à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

**Orientadora:** Profa. Dra. Regina de Paula Medeiros

**Área de concentração:** Cultura, Identidades e Modos de Vida

BELO HORIZONTE

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S586d Silva, Aurelio José Da  
Decoro no facebook: um estudo sobre interações sociais e estilos de vida na sociedade contemporânea / Aurelio José da Silva. Belo Horizonte, 2020.  
135 f. : il.

Orientadora: Regina de Paula Medeiros  
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Redes sociais. 2. Desiderabilidade social. 3. Facebook (Rede social on-line) - Estudo de casos. 4. Interação social. 5. Computadores e civilização. 6. Direito à privacidade. 7. Usuários da Internet - Legislação. I. Medeiros, Regina de Paula. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 301.175.1

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito - CRB 6/2999

AURELIO JOSÉ DA SILVA

**DECORO NO FACEBOOK**

**Um estudo sobre interações sociais e estilos de vida na sociedade contemporânea**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Regina de Paula Medeiros (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC Minas

---

Profa. Dra. Sílvia Garcia Nogueira (Examinadora externa)  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba

---

Profa. Dra. Astréia Soares (Examinadora externa)  
Programa de Pós-Graduação em Direito – Fumec

---

Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme (Examinadora interna)  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC Minas

---

Prof. Dr. Carlos Aurelio Pimenta de Faria (Examinador interno)  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC Minas

---

Profa. Dra. Wania Maria Araújo (Examinadora suplente)  
Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local – UNA

BELO HORIZONTE, 21 DE AGOSTO DE 2020

As redes sociais dão o direito de falar a uma legião de idiotas que antes só falavam em um bar depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a humanidade. Então, eram rapidamente silenciados, mas, agora, têm o mesmo direito de falar que um prêmio Nobel. É a invasão dos imbecis.

Umberto Eco

## AGRADECIMENTOS

À Fundação Mineira de Educação e Cultura (Fumec) pela concessão de bolsa parcial de estudos por meio da Cláusula 22ª da Convenção Coletiva de Trabalho – Valorização do Professor do Ensino Superior – em acordo assinado junto ao Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Simpro-MG).

Ao Centro Universitário UNA pela concessão de bolsa parcial de estudos por meio da Cláusula 22ª da Convenção Coletiva de Trabalho – Valorização do Professor do Ensino Superior – em acordo assinado junto ao Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Simpro-MG).

À minha orientadora e amiga do coração Regina de Paula Medeiros. Dizem que os nomes revelam muito das pessoas, mas, no seu caso, ele diz tudo: rainha, senhora absoluta, a maior. Pessoa ímpar que me acolheu com afeto, orientou, incentivou e ajudou a chegar até aqui. Gratidão sempre.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas pelos ensinamentos, debates e contribuições para esta tese.

À Eliana, minha companheira, pelo permanente apoio, incentivo, revisões e debates sobre a tese. E ainda pela paciência e amor durante todo o processo. Com você a vida é sempre especial.

Aos meus filhos, Flora e Moreno, de quem retirei muita atenção, paciência e horas de convívio. Conquistas requerem dedicação e sacrifício. Com isso, ensinamos e aprendemos. Amo vocês mais que tudo.

Aos meus pais, Alzira e Sebastião, que sempre foram minha paixão e inspiração e, certamente, teriam ficado orgulhosos por este momento. Amo vocês para além desta vida.

À minha irmã Francisca, que sempre me incentivou a estudar e ser uma pessoa melhor.

E, finalmente, mas não menos importante, agradeço aos meus queridos amigos (*les amis*) que me apoiaram e incentivaram nesta jornada.

A todos que, de alguma forma, estiveram ao meu lado, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O objetivo desta tese é analisar a representação do decoro nas relações estabelecidas no Facebook, ainda considerada a maior rede social de relacionamento virtual do mundo, e sua relação com a sociabilidade e estilo de vida contemporâneo. O decoro é um tema discutido em diferentes áreas de conhecimento e períodos históricos, porém, não foi encontrada em nossa pesquisa uma definição para o termo no campo das ciências sociais. Destarte, buscou-se uma aproximação conceitual a partir da leitura analítica de dois autores centrais da teoria sociológica contemporânea: Norbert Elias e Erving Goffman. O foco privilegiado desta investigação foi o sentido atribuído ao decoro nas relações cotidianas expressas em postagens na rede social virtual Facebook. O método utilizado foi o qualitativo, especificamente a netnografia, ou seja, adaptação para o ciberespaço das ferramentas da pesquisa etnográfica, com o aporte da análise do discurso mediada por computador. Foram examinadas postagens relacionadas ao tema decoro e, para esta tese, foram selecionados dois casos que retratam cenas corriqueiras nas grandes cidades que tiveram uma repercussão extraordinária de 16 mil comentários, envolvendo uma diversidade de usuários. Na sociedade contemporânea, caracterizada pela globalização, pelos avanços tecnológicos e estruturada em sistema de redes sociais com fluxo contínuo e intenso de comunicação e consumo cultural, os modos de interação são intermediados por tecnologias sofisticadas, neste estudo o Facebook, e o sentido do decoro está amparado pelos conceitos sobre moral e ética, que refletem os valores e a ótica de uma sociedade capitalista composta de múltiplas identidades individual e social. O decoro remete ao sentimento de respeito que é um princípio fundante na ancoragem das regras que norteiam os comportamentos, o convívio social, a noção do permitido e do proibido e a forma de visualizar e interpretar o mundo.

Palavras-chave: Decoro. Rede social. Sociabilidade. Facebook. Interação social

## **ABSTRACT**

This thesis aims at analyzing the representation of decorum in the interactions on Facebook, still considered the largest social network sites in the world, and its connections with sociability and contemporary lifestyles. Decorum is a theme discussed in different areas of knowledge and historical periods, however a definition for the term in the field of social sciences has not been found in our research. Thus, we sought a theoretical framework from the contemporary sociological theory of two key authors: Norbert Elias and Erving Goffman. This investigation focuses on the meaning given to decorum in the daily interactions found on Facebook posts. We employed qualitative research techniques, specifically netnography, which consists of an adjustment of ethnographic research tools to cyberspace with the support of computer-mediated discourse analysis. Posts related to decorum were examined and, for this thesis, two cases were selected. They portray ordinary scenes in large cities and had an extraordinary impact of 16 thousand comments, involving a diversity of users. In contemporary society, characterized by globalization and technological developments and structured in a social network system with continuous and intense flows communication and cultural consumption, the means of interaction are mediated by sophisticated technologies such as Facebook, and the meaning of decorum relates to the concepts of morals and ethics, which reflect the values and optics of a capitalist society formed by multiple individual and social identities. Decorum refers to the feeling of respect, a founding principle in the anchoring of rules that guide behaviors, social interaction, perceptions of what is allowed or prohibited, and how to view and interpret the world.

**Keywords:** Decorum. Social network. Sociability. Facebook. Social interaction.

## LISTA DE FIGURAS

**FIGURA 1:** Cenas da abordagem policial ao transeunte.....76

**FIGURA 2:** Cenas de depredação da estátua de Iemanjá.....104

## **LISTA DE QUADROS**

**QUADRO 1:** Adaptação dos elementos da abordagem de Herring.....36

**QUADRO 2:** Construção e desconstrução do respeito ao idoso.....84

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | 10  |
| <b>2 DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA NO FACEBOOK</b> .....                | 19  |
| 2.1. Lugar ou não-lugar .....  | 20  |
| 2.2. Observar é participar?.....   | 24  |
| 2.3. Percurso metodológico .....   | 25  |
| 2.4. “Conversescrita” e “iconotexto”.....  | 33  |
| <b>3 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A ERA DA TECNOLOGIA</b> .....                      | 38  |
| 3.1. Espaço e tempo pós revolução tecnológica .....                              | 40  |
| 3.2. Identidade do sujeito na era digital.....                                   | 46  |
| 3.3. Consumo na era digital .....  | 48  |
| <b>4 REDES SOCIAIS NA INTERNET E O FACEBOOK</b> .....                            | 52  |
| 4.1. A explosão do Facebook .....  | 55  |
| 4.2. Termos de Serviços .....  | 56  |
| 4.3. Política de Dados .....   | 58  |
| 4.4. Padrões da Comunidade .....   | 58  |
| <b>5 DECORO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL</b> .....           | 63  |
| <b>6 DISCUTINDO O DECORO NO FACEBOOK: ESTUDOS DE CASO</b> .....                  | 76  |
| <b>6.1. Primeiro caso: Você está falando com polícia!</b> .....                  | 76  |
| 6.1.1. Respeitar para ser respeitado .....                                       | 79  |
| 6.1.2. Respeito ao idoso X canalhas também envelhecem .....                      | 83  |
| 6.1.3. Não fira a hombridade alheia .....  | 90  |
| 6.1.4. Conduta policial também deve obedecer às regras.....                      | 94  |
| 6.1.5. Desacato à autoridade é crime .....                                       | 97  |
| 6.1.6. Abuso de autoridade: o direito de um cessa onde começa o do outro.....    | 100 |
| <b>6.2. Segundo caso: Mulher destrói escultura de Iemanjá a marretadas</b> ..... | 103 |
| 6.2.1. Intolerância religiosa é crime .....                                      | 106 |
| 6.2.2. O que fazer? Filmar ou impedir o crime?.....                              | 109 |
| 6.2.3. Lei do retorno .....  | 110 |
| 6.2.4. Preconceito alimenta a intolerância .....                                 | 112 |
| <b>6.3. Decoro na interação</b> .....  | 114 |
| <b>7 CONCLUSÕES</b> .....  | 122 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 129 |
| <b>ANEXOS</b> .....  | 134 |

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos hoje um fenômeno sem precedentes no cenário social humano: a crescente associação de bilhões de pessoas em redes de relacionamento intermediadas pela internet. Esse rearranjo na estrutura social foi possível graças à revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas do século passado e início do novo milênio que, com efeito, impulsionou novas formas de conceber o mundo e a construção de diferentes e particulares modos de vida.

Almeida (2010) afirma que a revolução digital teria proporcionado um salto antropológico tão vasto quanto o provocado pela revolução neolítica, modificando potencialmente todas as esferas da sociedade. “As tecnologias nos permitem ver o que não víamos antes, ao mesmo tempo em que tornam o processo mais complexo, fazendo crescer as camadas de mediação” (ALMEIDA, 2010, p. 126). Conforme assinala o autor, a revolução tecnológica impactou, principalmente, as formas de visualizar o mundo e influencia diretamente nas interações sociais presenciais e nos comportamentos das pessoas, que, em geral, priorizam as relações virtuais em detrimento daquelas face a face.

A Internet, como principal mecanismo de comunicação contemporânea, vem se distinguindo por seu potencial de interferir na relação entre seus usuários e no uso que fazem das redes sociotécnicas para produzir/acessar, perceber e interpretar as informações, para o consumo de bens culturais ou para gerir o próprio cotidiano. Junto com a tecnologia digital, surge, segundo Vicente (2008), um regime estético<sup>1</sup> singular. “A intermediação da linguagem digital em nossas impressões sensíveis instaura uma nova relação do homem e o mundo: mudam os modos de perceber, o alcance, a intensidade, os esquemas mentais” (VICENTE, 2008, p. 111). A rede mundial de computadores é um mecanismo capaz de configurar a apreensão do homem sobre o universo e converter a realidade virtual em um novo modelo de conhecimento das coisas e das pessoas, como uma espécie de princípio gerador de novos cenários, como afirma Bianco (2011). Esse comportamento sugere questionar ainda, conforme o autor, se o real estaria disponível na tela do computador, bastando a mediação tecnológica. Nessa perspectiva, a sapiência do real é de domínio de um aparato virtual capaz de ampliar o olhar sobre os acontecimentos da vida.

---

<sup>1</sup> A estética se ocupa de teorizar a recepção sensível e seu conhecimento de acordo com a definição de Baumgarten: alude ao percebido diretamente, é experiência individual. (...). Conhecemos de acordo com o que percebemos e atuamos de acordo com o que conhecemos. Ao mudar o estatuto perceptivo, mudamos os modos cognitivos, nossas fontes epistemológicas: aquilo que podemos ou não conhecer. (VICENTE, 2008, p. 113)

A revolução das tecnologias da informação é propulsora de um processo de sociabilidade humana constituída na intersecção entre os aspectos humanos e tecnológicos. Para Recuero (2010), entre as mudanças sociais trazidas pela internet uma das mais significativas é a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediadas por uma variedade de dispositivos eletrônicos.

Essas ferramentas proporcionaram, assim, que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais, através desses rastros. (RECUERO, 2010, p. 24)

Nesse contexto, a participação em redes sociais virtuais vem ocupando parte significativa do tempo dos internautas – em média, 3h34 por dia no Brasil e 2h24 por dia no mundo, segundo o Relatório de Visão Global do Digital 2020<sup>2</sup> – e se constituindo num espaço cada vez mais usual para, além da comunicação, expressar sentimentos, valores, hábitos e comportamentos sociais.

A título de exemplo, o governo chinês está construindo um "sistema de crédito social" por meio do qual o comportamento de cada um dos seus 1,3 bilhão de cidadãos será pontuado em uma espécie de ranking de confiança, com base nos dados comportamentais recolhidos através do uso das redes sociais e sites de e-commerce.

Notícia na edição 384 da revista *Super Interessante*<sup>3</sup> informa que o governo da China testava o sistema, monitorado por oito empresas do país. A justificativa para a adoção da medida se apoia na criação de uma sociedade “mais transparente”. Por outro lado, críticos observam que o referido sistema pode levar a uma distopia, pela qual os próprios cidadãos se autocensuram – sem que o Estado precise fazer isso. O que pode ser interpretado como um autocontrole incentivado pelas instituições de regulação social.

A partir de dados coletados na internet e por meio de reconhecimento facial, cada cidadão recebe uma pontuação. Se a nota for alta, ele terá direito a recompensas sociais. Ao contrário, se for baixa, pode gerar proibição, por exemplo, de o cidadão se matricular em uma boa escola ou ser contratado para uma determinada vaga de emprego. Segundo relatório

---

<sup>2</sup> Relatório publicado em parceria pela We Are Social e Hootsuite. Disponível em: [https://datareportal.com/reports/digital-2020-global-digital-yearbook?utm\\_source=Reports&utm\\_medium=PDF&utm\\_campaign=Digital\\_2020&utm\\_content=Yearbook\\_Promo\\_Slide](https://datareportal.com/reports/digital-2020-global-digital-yearbook?utm_source=Reports&utm_medium=PDF&utm_campaign=Digital_2020&utm_content=Yearbook_Promo_Slide); acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://super.abril.com.br/tecnologia/china-tera-pontuacao-social-como-em-black-mirror/>. Acesso em: 31 de dezembro de 2017.

divulgado pelo Centro de Informação do Crédito Público Nacional da China<sup>4</sup>, publicado em 2018, 23 milhões de pessoas foram impedidas de viajar devido à baixa pontuação.

Embora pareça roteiro de ficção científica, a medida começou a ser planejada pela China em 2007 com previsão de ser amplamente implantada no país ainda neste ano. Este cenário real assemelha-se, e muito, a um dos episódios de *Black Mirror*<sup>5</sup>, série antológica da televisão britânica de ficção científica, intitulado “Nosedive” – “Queda Livre”, em português – no qual cada atividade dos personagens rende pontos sociais em um futuro distópico.

Coincidência ou inspiração, neste episódio – primeiro capítulo da 3ª temporada da série – foi apresentada uma sociedade em que seus integrantes constantemente se avaliam através de “estrelinhas” que se convertem em notas nas redes sociais, classificadas de um a cinco (de péssimo a excelente). A avaliação é baseada em práticas cotidianas como, por exemplo, encontros no elevador, conversas no parque, ações no local de trabalho ou em outras atividades diárias. Os pontos podem ser utilizados em descontos de aluguéis, filas preferenciais de aeroportos e outros privilégios de consumo. Ademais, nesta obra da ficção, dá acesso à alta sociedade e aos bens de consumo.

Queda Livre traz a história de Lacie Pound, uma jovem mulher que vive, aparentemente, em um mundo perfeito, belo e idílico, iluminado e em que prevalecem os tons pastéis. Nesse ecossistema, retratado pelo episódio, as pessoas são avaliadas por sua popularidade em um aplicativo de rede social muito semelhante ao Instagram<sup>6</sup>. Lacie precisa entregar a casa onde mora e alugar uma nova residência em pouco tempo. A protagonista, que no início da trama tem uma nota de 4,2 de um máximo de 5 pontos na rede social, encontra a casa dos sonhos, porém, o aluguel está fora do seu alcance financeiro, exceto pelo fato de que um ganho de três décimos (0,3) na sua nota lhe daria um generoso desconto. Lacie fará de tudo para alcançar essa pontuação.

O roteiro da série, que explora o conflito entre a natureza humana e tecnológica, leva ao extremo uma prática que tem se tornado corriqueira da nossa atualidade: a pontuação virtual

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/entenda-o-sistema-de-credito-social-planejado-pela-china/>. Acesso em: 20/01/2020.

<sup>5</sup> Black Mirror nasceu na televisão britânica em 2011, no Channel 4, mas ganhou popularidade cinco anos depois, quando migrou para a Netflix. Criada por Charlie Brooker, em uma mistura de ficção científica e tecnologia, salpicada por romances, suspense e até tons de terror, a série é composta por episódios independentes, como filmes de 40 a 90 minutos de duração cada. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/todos-os-episodios-de-black-mirror-do-melhor-ao-pior/>. Acesso em 01/01/2018.

<sup>6</sup> O Instagram é uma rede social na qual são compartilhados vídeos e fotografias entre os seus utilizadores.

para prestadores de serviço e consumidores em empresas como Uber e Airbnb<sup>7</sup>, por exemplo. As estrelas marcam a qualidade de ambos os lados. Tanto o episódio da série quanto o conteúdo da notícia apresentados, além das relações de consumo, trazem à tona a influência de importantes mudanças socioeconômicas, tecnológicas e culturais, ocorridas nas últimas décadas, que refletem nas interações sociais e identitárias contemporâneas.

Embora a medida chinesa seja vista por muitos críticos como um pesadelo digno do romance clássico de George Orwell, intitulado *1984*, em que os cidadãos estão sempre sob vigilância de uma entidade chamada de “o grande irmão”, ela tem como base hábitos comuns dos relacionamentos atuais na internet: a observação e o julgamento do comportamento. Em geral, os integrantes das redes sociais e de outras comunidades virtuais acompanham os fluxos de seus pares no ambiente web e, de certa forma, avaliam seu comportamento.

No dia a dia, por qualquer ação ou omissão, ao mesmo tempo que sofremos com o constante julgamento das pessoas, nós também fazemos vários julgamentos sobre os outros. Quem nunca, à primeira vista, foi julgado ou julgou uma pessoa pela roupa que ela estava usando sem ao menos conhecê-la? Acho que todos já passamos por isso em algum momento da vida. (...) O que quer que seja que você postar: uma foto, uma frase, um pensamento, um curtir, um compartilhar, tudo estará sujeito ao julgamento alheio, e as pessoas, dependendo de quem são ou de como são, farão esse julgamento de forma positiva ou negativa. Dependerá delas, não de você. (ZANQUETA, 2014, p. 49)

No contexto contemporâneo, compreender a sociedade é necessariamente estabelecer uma relação com os avanços tecnológicos e, em particular, com a internet e seu significado cultural na vida cotidiana. Como afirmou o sociólogo Zigmunt Bauman, em entrevista ao jornal *Clarín*<sup>8</sup>, vivemos simultaneamente em dois mundos paralelos. “Um, criado pela tecnologia *on-line*, nos permite passar horas em frente a uma tela. Por outro lado, temos uma vida normal. A outra metade do dia passamos no mundo que, em oposição ao mundo *on-line*, chamo *off-line*.” A tecnologia ganhou primazia porque traduz as práticas e ações das pessoas. Não são raros os exemplos de como as pessoas expõem suas opiniões, comportamentos, expressam valores, fazem julgamentos e são avaliados pelas postagens feitas nas redes sociais.

---

<sup>7</sup> A Uber é uma empresa de tecnologia. Usando seu aplicativo, os usuários solicitam transportes com motoristas e recebem estimativa do tempo de percurso e custo da viagem. Após a serviço, tanto o usuário quanto o motorista precisam avaliar um ao outro. O Airbnb é hoje a “imobiliária” que mais cresce online. O que torna o Airbnb diferente das agências convencionais é o fato de funcionar como uma rede social. Para alugar – tanto como anfitrião, como inquilino – é preciso criar um perfil e entrar na rede. Anfitriões e inquilinos são avaliados um pelo outro e vão criando uma reputação na rede.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/559679-vivemos-em-dois-mundos-paralelos-e-diferentes-o-on-line-e-o-off-line-entrevista-com-o-sociologo-zygmunt-bauman>; acesso em: 20/06/2020.

Um exemplo recente, ocorrido em plena pandemia do novo Coronavírus, envolveu a *digital influencer* Gabriela Pugliesi. Ela promoveu uma festa em sua casa, em São Paulo, quando a medida de isolamento social estava em uma de suas fases mais restritivas, e convidou algumas amigas, entre elas as *influencers* Mari Saad e Barbara Brunca. A reunião, em março deste ano, foi condenada nas redes sociais e as blogueiras tiveram que se desculpar publicamente, além dos contratos cancelados por seus patrocinadores. Em um dos vídeos publicados, as convidadas aparecem comendo e bebendo. Pugliesi segura um copo e, para a câmera, diz: "F\*da-se a vida". A *influencer* publicou um pedido de desculpa no Instagram<sup>9</sup>, declarando estar arrependida e que teria aprendido a lição.

Em fevereiro de 2019, a socialite Donata Meirelles, da direção da revista *Vogue Brasil*, postou fotos de seu aniversário, cuja temática foi associada ao Brasil Colônia, no Facebook e no Instagram. Em uma das fotos, Donata aparece sentada em uma cadeira, comparada a um “trono de sinhá”, rodeada por mulheres negras, interpretadas, por muitos internautas, como “escravas mucamas”<sup>10</sup>. Esse fato teve uma repercussão negativa, culminando na demissão da socialite da direção da revista.

Outro exemplo, de grande repercussão, foi o episódio envolvendo o piloto de avião de uma companhia aérea brasileira que, em 2014, foi demitido após externar seus preconceitos contra os nordestinos no Facebook<sup>11</sup>. Ele reclamou da demora no atendimento em um restaurante em João Pessoa, na Paraíba, postando a seguinte mensagem: "Para manter o padrão porco, nojentos, relaxados, escrotos de tudo no Nordeste como sempre".

Além desses casos, um outro ilustrativo considerado preconceituoso foi o relatado de um assessor de cerimônias e eventos de Limeira, São Paulo, em setembro de 2019, em que uma cliente solicitou um orçamento para a organização do casamento, porém, a proposta foi recusada porque foi apresentada por um “filho de mãe solo”. A postagem no Facebook mobilizou 1,3 mil comentários, a maioria deles criticando a atitude da cliente por preconceito.

As redes sociais se tornaram uma vitrine, por meio da qual se pode acompanhar o que as pessoas fazem, pensam ou compartilham. Ao mesmo tempo, como nos exemplos apresentados, pode se tornar uma vitrine para quem se expõe sem medir as consequências. A exposição e o julgamento tornaram-se características comuns das redes sociais na internet. Os indivíduos escolhem como e o que

<sup>9</sup> A rede social pertence ao mesmo grupo do Facebook.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/donata-meirelles-foi-obrigada-a-pedir-demissao-para-vogue-brasil-nao-demiti-la/>. Acesso em: 20/06/2020.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,piloto-da-avianca-e-demitido-apos-xingar-nordestinos-no-facebook,1146351>; acesso em: 20/01/2020.

mostrar de si próprios e, ao mesmo tempo, avaliam e são avaliados, positiva ou negativamente, quanto aos seus comportamentos e de seus interlocutores. Esse fato se justifica em termos de “aprovação/condenação do comportamento humano através de referências à aceitabilidade e às normas sociais; avaliações do caráter de alguém, ou do quanto essa pessoa se aproxima das expectativas e exigências sociais” (WHITE, 2004, p. 179).

Esses preceitos são considerados nesta tese doutoral decoro, ou seja, as normas e regras que definem as formas apropriadas para o comportamento dos indivíduos em diferentes situações cotidianas de convívio social. Embora nem sempre o cidadão tenha consciência das mesmas, elas podem ser observadas na forma de agir, de tomar posições e de apresentar reações diante de determinadas circunstâncias. Explica Martins (1999) que as regras são interiorizadas e influenciam diretamente nos comportamentos dos indivíduos e nas interações sociais. “É o embaraço que cada um sente em face de condutas impróprias de terceiros ou de si mesmo que expressa exteriormente a regra interiorizada e é o embaraço que revela à consciência do ator que a conduta está se desenrolando (...) de modo impróprio” (MARTINS, 1999, p. 12 e 13).

Sentir vergonha e embaraço numa circunstância determinada, numa determinada situação social, apenas nos indica que as pessoas são orientadas por uma pauta do que é certo e do que é errado, do que é apropriado e do que não é apropriado. É como se cada um, ao longo dos anos fundamentais de sua socialização, mais do que aprendendo e incorporando normas de ação ensinadas pelos outros, fosse construindo e elaborando seu próprio manual de boa conduta. Ele não está escrito, mas está lá, nos diferentes momentos, registrando na consciência cotidiana de cada um o que, sobretudo na dos outros, quebra ou não quebra a normalidade do processo interativo. (MARTINS, 1999, p. 10)

A partir dos entendimentos a respeito do decoro, do contexto da sociedade contemporânea e os efeitos nos modos de vida de uma população, somado às formas de comunicação entremeadas pelas redes sociais virtuais, surge uma inquietação que motivou a elaboração desta tese de doutoramento: qual é a representação simbólica do decoro nas relações virtuais estabelecidas no Facebook, ainda considerada a maior rede social de relacionamento virtual do mundo, e sua relação com a sociabilidade e estilo de vida contemporâneo?

Para dar conta dessa questão, nosso objetivo foi investigar a representação do decoro nas relações virtuais e sua relação com a sociabilidade e estilo de vida contemporâneo. Partindo dessa problemática, foram elaboradas algumas hipóteses. Uma delas é que a reflexão sobre o impacto do conceito de decoro nas redes sociais revela uma abrangência que supomos estender-se à cordialidade, à moral e à compostura. Os estudos clássicos das Ciências Sociais (GOFFMAN 2011 e 2014; ELIAS, 2011) apontam que os comportamentos humanos obedecem e são adequados às regras sociais, conceitos morais e éticos construídos por determinadas sociedades. Na contemporaneidade, com o avanço da tecnologia e a possibilidade de acesso

quase ilimitado à mesma, as referidas regras e os preceitos morais e valorativos são transmitidos, sobretudo, pelos meios virtuais. Nesse processo, os modelos sociais são reforçados e retroalimentados e são produtores de novas formas de sociabilidade.

Outra hipótese: a velocidade dos fluxos de informações, característica da forma de organização social na contemporaneidade, associada ao caráter narcisista do sujeito pós-moderno, impacta na vida cotidiana produzindo o sentimento de intolerância às situações que se distanciam de seus interesses imediatos e particulares. Dessa forma, nas relações, sobretudo virtuais, as manifestações de intolerância são repentinas, diretas, tomadas por estímulos impensados e baseadas nas conveniências do sujeito emissor da mensagem sem levar em conta o “outro”, o destinatário.

Por fim, as regras definidas para o uso de redes sociais na internet são construídas por personagens sem rostos. Há, conforme Recuero (2014), uma presunção de anonimato no espaço digital, gerada pela mediação tecnológica entre os interagentes. A não identificação dos integrantes e o contato intermediado pela tecnologia leva ao descaso, descompromisso e desleixo com a alteridade, permitindo e possibilitando atitudes de humilhação, violência e aniquilamento. Essas condutas de decoreto geram reações e são reproduzidas no campo virtual criando uma espécie de gramática cultural que, ao mesmo tempo em que se constitui uma nova forma de sociabilidade, provoca sentimentos de depreciação e vergonha.

Com base nessas hipóteses, especificamente os objetivos são: analisar as regras sociais, preceitos morais e éticos que subsidiam as interações nos meios virtuais e a sua relação com os valores prevalentes nas novas formas de sociabilidade; compreender o conteúdo das mensagens articuladas – emissão e contestações – e a expressão do individualismo, narcisismo e as manifestações de intolerância nas relações virtuais; e analisar o sentido atribuído às expressões que remetem à agressividade, inferiorização, depreciação e vergonha nos relacionamentos virtuais.

Este estudo se justifica pela importância de conhecer e analisar as relações e processos de interação social experimentadas no Facebook, além de compreender os conflitos e as regras existentes nas redes sociais que têm se tornado cada vez mais recorrentes na vida cotidiana dos usuários. Trata-se de uma temática contemporânea e complexa e, neste sentido, desafia tanto as Ciências Sociais como outras áreas do conhecimento, sobretudo no que tange às questões éticas, metodológicas e analíticas. Como forma de expressão de uma sociabilidade humana da atualidade, o estudo proposto pode contribuir para a compreensão dos agentes que provocam importantes mudanças na sociedade contemporânea.

Esta tese que ora apresentamos está estruturada em cinco capítulos. O primeiro é dedicado à metodologia de investigação, a netnografia (KOZINETS, 2014) ou particularmente a etnografia virtual (HINE, 2004), considerada mais pertinente aos propósitos do estudo. Nesta seção, aborda-se a adaptação para o ciberespaço das ferramentas da pesquisa etnográfica em função da peculiaridade do tema, e as novas dinâmicas da sociedade em rede.

Pelo fato de o conteúdo postado na rede social, neste caso o Facebook, ser composto predominantemente por enunciados escritos, com numerosos traços característicos da oralidade conversacional – com atalhos linguísticos, siglas, emoticons, imitação de sons com letras, sinais de pontuação, repetição de signos/ícones –, optou-se ainda pela interpretação ancorada na análise do discurso mediada por computador (CMDA - Computer Mediated Discourse Analysis), conforme abordagem proposta por Herring (2004).

O segundo capítulo contextualiza a sociedade contemporânea. O cenário atual é caracterizado pelas novas formas de sociabilidades mediadas pela interação virtual, pela cultura e economia globalizadas, pelas múltiplas identidades individuais e social, pelo consumo e suas implicações nos modos de vida da população. Neste contexto, apresentamos as principais mudanças ocorridas a partir da revolução tecnológica, no final do século passado, e seus impactos nos processos de comunicação e de interação social. São destacadas as mudanças nos conceitos de espaço e tempo, principais dimensões da vida humana impactadas pelas transformações sócio-históricas (CASTELLS, 2016, e SANTOS, 2013), a crise de identidade do indivíduo (HALL, 2015) e sua busca por completude impulsionada pelo consumo (CAMPBELL, 2006).

Conforme Castells (2009), as sociedades, ao logo da história, se estruturam por meio de rede, mas, na contemporaneidade, dado aos avanços tecnológicos, apresentam complexidade, dinâmica, inovação, intensidade de fluxo, diversidade e formas de comunicação intermediada pelas técnicas digitais. Dessa forma assumem caráter particular de informação baseada na microeletrônica, ou seja, as transações de múltiplas ordens são realizadas por meio da internet.

Entre as redes sociais de relacionamento virtual mais utilizadas está o Facebook, escolhido como objeto desta tese doutoral e abordado no terceiro capítulo. Criado em 2004 por Mark Zuckerberg, tornou-se o maior site do mundo em número de usuários, que concentra, na atualidade, mais de 2 bilhões de pessoas que utilizam o serviço no planeta. No Brasil, são 130 milhões de usuários ativos mensais<sup>12</sup>. A plataforma vem se consolidando como uma ferramenta

---

<sup>12</sup> Dados do Relatório Digital 2019: Brasil (We Are Social e Hootsuite), disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2019-brazil?rq=brazil>; acesso em: 20 de janeiro de 2020.

eficaz de comunicação e facilitadora em diversos aspectos: estudo, relacionamento, trabalho, entretenimento, compartilhamento de vídeos, fotos e textos, interação com amigos e familiares distantes, agilidade e facilidade na comunicação, inclusive para mobilizações sociais e políticas.

O quarto capítulo apresenta a discussão conceitual sobre o decoro do campo das Ciências Sociais, em especial nas obras de dois autores centrais da teoria sociológica contemporânea: Norbert Elias (2011) e Erving Goffman (2011 e 2014). O foco em que os teóricos se apoiam para dar os sentidos do termo decoro e sua influência na relação entre indivíduo e sociedade. Nas obras examinadas é notória a frequência do emprego do termo atrelado às ideias construídas nos contextos históricos e sociais, responsável por mecanismos de controle das relações com base na percepção sobre conduta aceitável, decência, conveniência e moral. Convém esclarecer que com base nas teorias apresentadas, definimos o decoro como o conjunto de normas construídas socialmente em um contexto específico, obedecendo uma lógica própria que regula o comportamento humano no convívio social, ditando princípios do permitido e proibido pelas convenções sociais.

No quinto capítulo, são apresentados os dois casos selecionados para o estudo e as respectivas análises sobre o decoro, tanto presente nos discursos postados na rede social quanto no comportamento dos participantes do Facebook durante o processo interacional. Foram priorizados os enunciados verbais e não verbais, o caráter emocional ou racional das postagens, as regras de interação, as situações de tensão, visões de mundo, entre outras categorias analíticas.

Nas conclusões, discutimos como o decoro se configura na contemporaneidade; os principais valores morais e éticos que pautam as regras de convívio social nos casos analisados; como a economia globalizada, as múltiplas identidades individual e social, a prática do consumo exacerbado e o narcisismo ostensivo, ambientam e determinam, em muitos casos, as regras sociais; como o respeito é evocado nos discursos durante a interação como princípio fundamental para as regras do decoro, entre outros apontamentos.

## 2 DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA NO FACEBOOK

Um dos grandes desafios desta pesquisa foi chegar a um aporte metodológico adequado ao objeto a ser estudado: a representação simbólica do decoro na interação entre integrantes de uma das redes sociais na internet que, na atualidade, agrega o maior número de usuários: o Facebook.

Realizar um estudo que tem como objeto os modos de interação contemporâneos trouxe consigo, desde a sua proposição, a incitação de pensar uma metodologia que desse conta da dimensão inovadora da comunicação mediada pelas novas tecnologias, mas sem perder os ensinamentos metodológicos já apontados pelos clássicos da pesquisa nas ciências sociais.

Dada a proposta do estudo sobre as relações sociais, foi necessário um dispositivo que permitisse mergulhar no ambiente virtual, assim como o etnógrafo se insere no contexto a ser estudado. Neste sentido, optei pela etnografia virtual<sup>13</sup> ou netnografia<sup>14</sup> como adaptação para o ciberespaço<sup>15</sup> das ferramentas de pesquisa utilizadas para os estudos das interações face a face e similares. Assim como a tecnologia, que avança rumo às inovações, os caminhos a serem trilhados em uma pesquisa precisam se adaptar às dinâmicas e à lógica do cenário em estudo e, no caso do Facebook, da sociedade em rede.

Compreendem-se os estudos de inspiração etnográfica à luz das teorias de Frago; Recuero; Amaral (2001), como aqueles que se utilizam dos procedimentos etnográficos de pesquisa adequados ao objeto e objetivos do estudo, não uma simples transposição. Para os estudos das redes sociais na web, esse método é recomendado justamente por se tratar de um modelo de relacionamento e comunicação virtual em que “estão inscritas conversações, práticas e negociações simbólicas cuja observação sistemática e a investigação interpretativa nos ajudam a decompor e desvendar padrões de comportamento social e cultural” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 168).

---

<sup>13</sup> Christine Hine (2004) utiliza o termo etnografia virtual. Para ela, é uma metodologia ideal na medida em que pode servir para explorar as complexas interrelações existentes entre as afirmações e previsões sobre as novas tecnologias em diferentes contextos: em casa, nos espaços de trabalho, nos meios de comunicação de massa etc.

<sup>14</sup> Kozinets (2014) define netnografia como trabalho de campo online. “Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal” (p. 61-62).

<sup>15</sup> O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam este universo (LÉVY, 2010, p. 17).

Por se tratar de um campo novo de pesquisa, não há um consenso entre os pesquisadores quanto aos métodos de estudo no ciberespaço. Para os integrantes da linha mais conservadora, alguns pressupostos básicos, como “o estranhamento, o deslocamento, o ir a campo, tão decisivos na formação do olhar interpretativo, pareciam ter se esvaído frente a uma possível dissolução espaço-temporal advinda das tecnologias de comunicação e informação”. (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 171). Enquanto que outros compreendem que os relacionamentos online escritos e/ou codificados em símbolos são uma forma de apreensão dos modos de vida em contextos contemporâneos em que as relações são engendradas por meio de fluxos dinâmicos e intermediadas pelas novas tecnologias da geração digital, estabelecendo uma relação entre cultura e tecnologia.

Cabe ressaltar que são necessárias algumas considerações importantes referentes ao encontro da antropologia com a cibercultura, ou seja, com o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 2010, p. 17), que serão feitas a seguir. Além disso, algumas indagações são inquietantes neste processo de estudo, dentre elas, como pode ser definido o espaço no mundo da tecnologia? Pode se pensar na polaridade dos lugares e dos não lugares?

## 2.1. Lugar ou não-lugar?

Uma das questões que surgem no ajuste da etnografia ao ciberespaço é a utilização da pesquisa de campo antropológica, tradicionalmente desenvolvida no âmbito local, em estudos no ciberespaço, cuja existência é virtual, desterritorializada, do não pertencimento físico e presencial. Isso torna o ciberespaço um não-lugar? Para ser um não-lugar, segundo Marc Augé (1994, p. 73), um espaço “não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico.”

Para Augé, a supermodernidade – termo utilizado para designar a sociedade do final do século XX, composta por categorias denominadas “figuras de excesso” (tempo<sup>16</sup>, espaço<sup>17</sup> e

---

<sup>16</sup> Excesso de tempo – aceleração da história devido à superabundância factual do mundo contemporâneo e das interdependências do “sistema mundo”.

<sup>17</sup> Excesso de espaço – remete paradoxalmente ao encolhimento do mundo, alterando escalas que incidem, em termos planetários, sobre concentrações urbanas, migrações populacionais e contribuem para a produção de não-lugares.

ego/indivíduo<sup>18</sup>) – é produtora de não-lugares, espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos (AUGÉ, 1994, p. 73); mas alerta que lugar e não-lugar são polaridades fugidias, em que “o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza completamente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação” (AUGÉ, 1994, p. 74).

O século XXI será antropológico, não só porque as três figuras do excesso [espaço, tempo e ego/indivíduo] não são senão a forma atual de uma matéria-prima perene, que é a própria matéria da antropologia, mas também porque nas situações de supermodernidade (como naquelas que a antropologia analisou sob o nome de aculturação), os componentes se somam sem se destruírem. (AUGÉ, 1994, p. 42).

Augé destaca que em um mundo prometido à individualidade, à passagem, ao provisório e ao efêmero cabe ao antropólogo, bem como aos outros estudiosos, calcular as dimensões inéditas desse novo objeto antes de se perguntar a que olhar ele está sujeito. Isso porque, segundo ele, o não-lugar também existe como lugar: “ele nunca existe sob uma forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele; as ‘astúrias milenares’ da ‘invenção do cotidiano’ e das ‘artes de fazer’ (...) podem abrir nele um caminho para si e aí desenvolver suas estratégias” (AUGÉ, 1994, p. 74).

Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja. A volta ao lugar é o recurso de quem frequenta os não-lugares (...). Lugares e não lugares se opõem (ou se atraem), como as palavras e as noções que permitem descrevê-las. (AUGÉ, 1994, p. 98).

A supermodernidade encontra naturalmente sua expressão completa nos não-lugares. “Por estes, ao contrário, transitam palavras e imagens que tomam raiz nos lugares ainda diversos onde os homens tentam construir uma parte de sua vida cotidiana” (AUGÉ, 1994, p. 99-100). Revisitando seus conceitos e reflexões quase duas décadas após o lançamento do texto original sobre os não-lugares (1992), em entrevista ao jornal italiano *La Repubblica*<sup>19</sup>, Augé afirma que o universo das novas tecnologias requer uma antropologia crítica e que a internet precisa ser

<sup>18</sup> Excesso de ego – o indivíduo se crê mundo. “Ele pretende interpretar por e para si mesmo as informações que lhe são entregues” (AUGÉ, 1994, p. 39).

<sup>19</sup> “Assim a Internet tornou-se a nossa divindade”. Entrevista com Marc Augé, publicada em 27 de setembro de 2011 na ocasião do lançamento de seu livro *Straniero a me stesso* (Estrangeiro a mim mesmo). Tradução de Moisés Sbardelotto. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/45818-assim-a-internet-tornou-se-a-nossa-divindade-entrevista-com-marc-auge>. Acesso em 4/02/2019.

desmistificada e sua capacidade de reorganizar as relações entre o indivíduo e o mundo deve ser totalmente verificada. “Com efeito, as novas tecnologias podem modificar verdadeiramente as relações entre as pessoas” (AUGÉ, 2011).

Pierre Lévy, na sua proposição de uma antropologia do ciberespaço, considera um erro assimilar os espaços antropológicos a pontos de vista, recortes analíticos de uma realidade preexistente. Segundo o filósofo e sociólogo, esses espaços se engendram e se cruzam a partir de dentro. Outro mal-entendido, para o pesquisador, seria tomar os espaços antropológicos por classes ou conjunto dos quais se acomodariam os seres, os signos, as coisas, os lugares e as entidades.

Os espaços antropológicos são mundos de significações e não categorias reificadas partilhando entre si objetos corporais: um fenômeno qualquer pode se desenvolver em vários espaços ao mesmo tempo. Em cada um deles haverá uma figura, um peso, uma velocidade diferente. (LÉVY, 1999, p. 130)

Para Lévy, os espaços antropológicos são constituídos de uma multiplicidade de espaços interdependentes: entre eles o da Terra, do Território, das Mercadorias e do Saber<sup>20</sup>. O autor situa o ciberespaço nessa nova dimensão antropológica iminente que ele denomina Espaço do Saber. Este espaço antropológico, acolherá, segundo o autor, formas de auto-organização e de sociabilidades voltadas para a produção de subjetividades. Ressalta, no entanto, que, por ser virtual, não se realiza, é um não-lugar, mas “está presente, dissimulado, mesclado, produzindo rizomas aqui e ali” (LÉVY, 1999, p. 120). Enquanto um estrato, ou seja, como um ângulo de análise da realidade, uma maneira de recortar o tecido que liga todos os domínios do homem, o espaço do saber é transversal em relação aos demais espaços.

Verifica-se, a partir das considerações de Augé (1994) e Lévy (1999), que não habitamos apenas o espaço físico ou geométrico. Melhor dito, saltamos de um espaço a outro, modificando e administrando-os simultaneamente, conectando-os, separando-os e articulando-os, de forma a introduzir neles as nossas vivências sociais. Nessa perspectiva, o ciberespaço adquire nesta pesquisa o significado de espaço de articulação e de sociabilidade em que se engendram, cruzam-se e ganham expressão múltiplos espaços antropológicos interdependentes.

Conforme observado na pesquisa de campo para esta tese doutoral, as situações publicadas pelos integrantes do Facebook, na maioria das vezes, não se originam no próprio

---

<sup>20</sup> Sobre os quatro espaços estruturantes – o Espaço da Terra, o Espaço do Território, o Espaço das Mercadorias e o Espaço do Saber – cf. Lévy (1999, p. 120).

ambiente virtual. São situações que partem de acontecimentos do dia-a-dia, ou derivações das mesmas, que tiveram origem num espaço físico, na relação social presencial, ou de outros espaços como os afetivos, estéticos, sociais e históricos – espaços de significação em geral – e são levadas, imediatamente ou não, para a rede social na internet.

Por meio do que é revelado pelos participantes do Facebook em seus perfis, pode-se observar o comportamento desses internautas nas mensagens trocadas, nas representações que evocam, em como se identificam, se comportam e se articulam. É possível saber se alguém começou ou terminou um relacionamento afetivo, se a pessoa está viajando, o que comeu no café da manhã, almoço ou jantar, se comentou um ou vários posts, suas opiniões e preferências expressas, que locais frequenta, suas preferências políticas, culturais, ideológicas e religiosas, informações biográficas, localização, além de outros dados disponibilizados por meio de fotos e vídeos, além dos escritos. Nesse cenário, as comunidades virtuais “estão se tornando ‘lugares’ de pertencimento, informação e apoio emocional, sem os quais as pessoas não ficam” (KOZINETS, 2014, p. 21). Como explica Lévy (2010, p. 90) “o virtual não ‘substitui’ o ‘real’, ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo.”

Nessa perspectiva, segundo Hine (2004), rompe-se a dependência a lugares delimitados geograficamente, e a etnografia seria definida pelo monitoramento dessas conexões, e não pela permanência em determinado local durante um período de tempo. Isso proporciona, conforme a autora, novas estratégias para que os etnógrafos construam seus campos de trabalho, como o rastreamento de pessoas, coisas, metáforas, narrativas, biografias e conflitos.

A etnografia conectiva volta sua atenção de "estar lá" para "chegar lá". Podemos observar o que as pessoas fazem em suas páginas da web e nas mensagens que enviam para seus grupos de avisos, e perguntar: O que esse espaço transversal significa para eles e o que é alcançado com isso? Deixar a fronteira entre o off-line e o on-line, como a primeira barreira de análise, nos permitiria desempenhar um papel que atravessaria (criaria e sustentaria) o modo como as conexões são montadas (HINE, 2004, p. 78).

Castells (2016), da mesma forma, parte do ponto de vista da teoria social em que o espaço é o suporte material de práticas sociais, simultâneas ao tempo, mas que independem de contiguidade física. Ele defende que a sociedade está construída em rede, em torno de fluxos – expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica (fluxos de capital, da informação, de tecnologia, de interação organizacional, de imagens, sons e símbolos). Sendo a rede de comunicação a configuração espacial fundamental, Castells (2016, p. 494-495) explica que “os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede.”

A questão da técnica de observação é outro ponto metodológico desafiador para a etnografia virtual, até então “concebida e historicamente aplicada a grupos sociais em interação face a face com o/a etnógrafo/a, que fazia da sua experiência uma fonte de dados” (BRAGA, 2008, p. 87). Se uma das características do ciberespaço é a ausência física nesses ambientes, indaga-se, então, como é possível o pesquisador aprender sobre a cultura de um grupo no ciberespaço somente observando, sem participar das interações? O que de fato um pesquisador pode observar nessa modalidade de pesquisa? A informação sobre a presença do observador deve ou não estar disponível para os demais participantes?

## **2.2. Observar é participar?**

Um dos pressupostos da pesquisa de campo clássica é que o cientista social faça uma imersão no ambiente de estudo por um período de tempo suficiente para entender a lógica de organização, as práticas e as interações sociais. Nesta tese doutoral, para reconhecer o meu universo de pesquisa, ingressei como membro do Facebook em fevereiro de 2010. Desde então, acompanhei o aumento do número de usuários dessa rede social que veio a se tornar a maior entre aquelas que fazem uso desse dispositivo no mundo, com mais de 2 bilhões de integrantes. Esse crescimento, inclusive, foi determinante para a minha opção, em 2016, por esta e não outra rede social como objeto desta pesquisa. Atualmente, depois de um escândalo envolvendo a quebra de sigilo de dados de 87 milhões de norte-americanos, em 2018, que foram parar nas mãos da Cambridge Analytics<sup>21</sup>, empresa de consultoria que traça o perfil de eleitores, observou-se uma evasão dos usuários do Facebook para outras redes sociais, mas, ainda assim, ele é um dispositivo que lidera um número expressivo de usuários ativos em relação às demais redes concorrentes.

O Facebook, assim como outros sites de relacionamento, não anuncia a visita de alguém a um determinado perfil, embora possibilite o acesso às páginas pessoais, ler as postagens e comentários feitos pelos integrantes da rede, desde que o conteúdo seja público, mesmo que estes não sejam, necessariamente, amigos em comum. Se não houver manifestação – por postagem ou acionamento de botões (curtir, seguir etc.) – o observador, no meu caso, não será identificado. Explicitando ou não a presença, o observante anônimo pode integrar esse ambiente virtual. Essa presença “invisível” se torna uma característica peculiar da rede social na internet.

---

<sup>21</sup> Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/facebook-cambridge-analytica-acedeu-a-dados-de-87-milhoes-de-utilizadores\\_n1068057](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/facebook-cambridge-analytica-acedeu-a-dados-de-87-milhoes-de-utilizadores_n1068057) Acesso em 15/07/2019.

O fato de os autores das postagens não saberem que estão sendo observados, pode se constituir como vantagem para o observador, especialmente por não afetar direta e intencionalmente o objeto de observação. Para Braga (2008, p. 88), observar sem participar também seria uma forma de participação, já que a presença de observadores anônimos é sempre uma possibilidade nos processos interacionais nas redes sociais da internet, dada a natureza do ambiente virtual.

Destarte, no processo de elaboração desta pesquisa, segui o mesmo caminho adotado por Braga (2008), no que concerne as interações no Blog Mothern<sup>22</sup>, utilizando a chamada observação não-participante, método também conhecido como *lurking* (ficar à espreita, na tradução literal). Com essa proposta, observei as mensagens, imagens e comportamento dos integrantes na sua interação no Facebook sem deixar registros escritos. Como explica a pesquisadora, essa é uma forma de observação peculiar na medida em que possibilita ao pesquisador tornar-se invisível, ou seja, ver sem ser visto, e não interferir na dinâmica da interação observada.

É essa participação (mesmo que invisível) no grupo que irá viabilizar a apreensão de aspectos daquela cultura possibilitando a elaboração posterior de uma descrição densa, que demanda uma compreensão detalhada dos significados compartilhados por seus/suas participantes e da rede de significação em questão. (BRAGA, 2008, p. 88).

Exigir que o pesquisador do ciberespaço seja sempre participante e se faça constantemente visível aos usuários em estudo na rede social virtual, por exemplo, o coloca numa posição assimétrica aos integrantes dessa rede, já que o etnógrafo estaria obrigado a uma condição que não é exigida nem mesmo dos integrantes do Facebook. Como aponta Hine (2004), em vez de pressupor que a comunicação presencial é intrinsecamente melhor a uma etnografia, pode-se adicionar um pouco de ceticismo saudável e optar pela “presencialidade” cautelosa e sensível. Sendo assim, nesta investigação, observar, mesmo sem revelar a presença, é uma forma de participação.

### **2.3. Percurso metodológico**

As primeiras experiências de observação em campo, que me ajudaram a dar suporte à metodologia desta tese, foram desenvolvidas durante a execução do trabalho final para a

---

<sup>22</sup> A pesquisa no Blog Mothern foi desenvolvida na tese de doutorado: “Feminilidade Mediada por Computador: interação social no circuito-blogue”, vencedora dos prêmios CAPES de Tese (MEC/Brasil) e Harold Innis Award (Media Ecology Association/EUA).

disciplina optativa do doutorado “Pesquisa em Campos Marginais e com Grupos Sociais Estigmatizados”, ministrada no 2º semestre de 2016. O trabalho teve como objetivo analisar postagens racistas no Facebook direcionadas a celebridades midiáticas brasileiras, à luz do enquadramento dos diferentes aspectos da vergonha cunhado por Vincent de Gaulejac (2006).

Pesquisei sobre as mulheres negras, entre elas as atrizes brasileiras Taís Araújo e Cris Vianna; a jornalista Maria Júlia Coutinho (Majú) e a cantora Preta Gil que foram alvos de ataques racistas na rede social. Para a análise, adotei o critério do destaque que tais ações tiveram na mídia nacional e sua repercussão junto à opinião pública. Esse fundamento foi eficaz para o referido estudo, mas não serviu como referência para essa pesquisa que ora apresento. Entretanto, contribuiu para o surgimento de questões que passo a explicar.

Durante o processo de investigação, várias indagações de cunho metodológico surgiram à proposição desta tese, que precisavam ser respondidas: Como seriam escolhidas as situações para análise? Manter-se-ia o critério de destaque e repercussão na mídia ou seria usado outro critério? Seriam utilizados softwares de busca para selecionar os casos? A pesquisa seria uma combinação do método qualitativo e quantitativo? Quantos casos seriam selecionados para compor esse estudo? A análise seria do conteúdo textual? Teria como agregar outros elementos do comportamento não-verbal?

A escolha de casos baseada no destaque midiático foi logo descartada, levando-se em conta os critérios utilizados pelos veículos de comunicação para colocar um assunto como prioritário na pauta dos noticiários. Entre os principais valores agregados aos fatos para se tornarem notícia estão a novidade e a notoriedade dos personagens. Neste caso, ficaríamos reféns somente de situações envolvendo celebridades e pessoas proeminentes na sociedade e, quanto à novidade, ao julgamento dos jornalistas.

Esses não são critérios significativos para esta investigação uma vez que o ingresso à rede social é permitido a pessoas de todas as classes e status sociais, e os episódios que envolvem a violação das concepções que mediatizam as relações sociais não precisam ser somente acerca de novidades, podem ocorrer em ações rotineiras de interação entre os participantes da rede social. Neste mesmo contexto, também se descartou as postagens feitas no Facebook oficial de veículos de comunicação da grande imprensa, a exemplo da pesquisa realizada por Stoker e Dalmaso (2016)<sup>23</sup>, que analisou os comentários ofensivos direcionados

---

<sup>23</sup> Artigo “Uma questão de gênero: ofensa de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha”, disponível em: <http://br.123dok.com/document/7q0m2nxz-uma-questao-de-genero-ofensas-de-leitores-a-dilma-rousseff-no-facebook-da-folha.html>; acesso em: 15 de maio de 2017.

à presidenta Dilma Rousseff e os sentimentos relacionados ao preconceito de gênero em duas postagens no Facebook da *Folha de S. Paulo*.

Embora inicialmente tenha me sentido seduzido pelas postagens de temas polêmicos, que tendem a gerar debates polarizados e conflitos dentro da rede, com comentários agressivos, discursos de ódio e intolerância – como o caso do ataque racista às celebridades negras –, optei por desconsiderar esse viés, uma vez que o objetivo desta tese não é compreender o comportamento agressivo de parte dos internautas na rede social. O Facebook, inclusive, anunciou medidas para o controle do discurso do ódio, que é recorrente e que agora se alastra pelo novo ambiente social, por meio da criação de mecanismos para receber denúncias e bloquear os *haters* (os que odeiam ou odiadores)<sup>24</sup>.

Quanto ao uso de softwares de busca nas redes sociais para auxiliar na seleção dos casos a serem analisados, esbarraríamos no problema de atrelar as escolhas das publicações a temas específicos. Isso porque a maioria dos programas exige como parâmetro o uso de palavras-chave. Por isso, essa possibilidade também foi desconsiderada. Além disso, o uso de programas de buscas poderia nos levar aos grupos temáticos. Durante o meu período de observação, verifiquei que o Facebook possui inúmeras páginas que reúnem pessoas dedicadas a defender o uso da violência contra o que chamam de “vagabundos” e “bandidos” e que fazem apologia a linchamentos, a justiceiros, saem em defesa da ação agressiva de policiais, pregam o armamento e o combate aos programas de proteção dos direitos humanos. Por outro lado, existem os grupos que defendem os direitos humanos, a diversidade e as minorias que tentam driblar discursos intolerantes e que buscam o respeito às diferenças sociais. Esses grupos, na maioria das vezes polarizados, expressam-se em oposição ao racismo, posicionamento político, homofobia, entre outros. Cabe ressaltar, no entanto, que a decisão não impediu que os temas citados, entre outros, aparecessem nos casos analisados, mas foi priorizada a interpretação sobre o decoro feita pelos próprios usuários na rede social.

Vale destacar ainda que, para esta pesquisa, não seria relevante contabilizar o número de vezes que determinada palavra apareceu no Facebook, em quantas postagens, justamente porque a proposta não é fazer mapeamento por grupos e nem identificar os principais temas

---

<sup>24</sup> Facebook lança campanha de combate ao discurso de ódio na internet. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/facebook-lanca-campanha-de-combate-ao-discurso-de-odio-na-internet-56501/>; acesso em: 15 de maio de 2017.

ligados às situações de conflito na rede. Estudos com esse objetivo já são realizados por outros pesquisadores e por entidades como, por exemplo, a Safernet<sup>25</sup>.

Ao ingressar oficialmente na pesquisa de campo, em julho de 2017, fui percebendo que, entre as variadas publicações que passavam pelo feed de notícias, algumas postagens retratavam situações vivenciadas pelo dono do perfil ou por outras pessoas, conhecidas por ele ou não, em que os *publishers* ou seus interlocutores questionavam os comportamentos dos atores envolvidos ou as próprias situações em si por parecerem reprováveis, não estarem de acordo com as regras de bom convívio social ou por serem duvidosas ética ou moralmente. Essas postagens, que causam reações à manifestação e negociação do decoro na rede social, foram as escolhidas para este estudo.

Definido esse critério, priorizei diferentes aspectos dos casos selecionados deliberadamente no trabalho empírico. São situações cotidianas vivenciadas pelos cidadãos, como no exemplo abaixo, em relato postado por uma integrante<sup>26</sup> do Facebook, que revela seu descontentamento com a atitude de um vendedor ambulante que, do seu ponto de vista, rompe com a regularidade, criando uma situação de crise que irá desencadear o debate com outros interlocutores.

Todos os dias, duas ou três vezes de manhã e à tarde, essa moto para na frente do prédio onde moro e o motoqueiro fica buzinando. Ele vende pão. É um saco. Ele buzina cedo, antes das 7h, depois volta às 9h e às 10h e à tarde, por volta de 14/15h. Perturba o sono das pessoas e o silêncio. Liguei para o 190 perguntado o que fazer. A atendente disse para anotar a placa e quando ele começar a buzinar chamar a polícia por perturbação da ordem. Fico na sinuca de bico. Se ele for pego vai pagar multa porque o bagageiro da moto é fora das normas e também por usar buzina indevidamente. A moto vai ser apreendida e ele vai ser conduzido por perturbar o silêncio. Vai ficar sem trabalho. Fico com dó. Por outro lado, o rapaz é desrespeitoso. Uma vizinha pediu para ele buzinar menos. O que ele fez, ficou subindo e descendo a rua buzinando sem parar.

**Roberta** Bom ele foi sem educação, tem que conversar com ele pra ver se respeita senão denúncia.

**Ricardo** Creio que deve denunciá-lo inclusive e principalmente por ter respondido ao apelo da vizinha com desrespeito. Dá pra ver que é um sem noção de coletividade, egoísta. Basta ele entrar nas normas de convivência e ganhar a vida com seu pão.

**Alvimar** Deixa o cara trabalhar. Se não quer comprar o pão não compre. Ele tem família precisa buzinar pra chamar os clientes.

**Eneida** Mande seu endereço. Vou sugerir que ele venda na sua porta, à 6h da manhã.

(...)

---

<sup>25</sup> Organização não governamental, sem fins lucrativos, que reúne cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em Direito com a missão de defender e promover os Direitos Humanos na Internet ([www.safernet.org.br](http://www.safernet.org.br)).

<sup>26</sup> Relato de uma integrante do Facebook postado em 14 de janeiro de 2018.

Outra situação-exemplo em que um *publisher* apresenta a quebra de decoro seguida de vários comentários estimulando a reação dos interlocutores, que também integrou o grupo de situações selecionadas durante a observação, é a postagem de uma servidora pública<sup>27</sup> belo-horizontina no Facebook que alega ter sido vítima de racismo no ambiente de trabalho.

Pois é, depois de tudo, quem o Prefeito Alexandre Kalil exonera? Eu, a mulher negra que não abaixa a cabeça e consciente dos seus direitos e de sua competência afronta o racismo.

E quem ele mantém em seu quadro trabalhando armado? O guarda Luzardo Damasceno, que diz pra quem quiser ouvir que preto bom é preto morto.

Quem o prefeito mantém recebendo R\$10 mil reais por mês como cargo de sua inteira confiança? A diretora Márcia racista que escreve e-mail dizendo que mulher preta tem mesmo é que limpar chão.

E o que tem de novo nisso? Nada. São quinhentos anos contando uma história repetida. E na Prefeitura de Belo Horizonte o racismo é institucional e oficial assinado pelo Alexandre Kalil.

E o que tem de bom nisso? Passei por tudo isso sem me curvar, sem me vender e sem me submeter. É muito bom andar de cabeça erguida e honrar todas que vieram antes de mim. Vergonha na cara é pra quem tem!

(...)

**Mayara** Essa história é de um absurdo sem tamanho!

**Wesley** Força Etiene! Não deixe que isso te abale vc é exemplo pra todos nós!

**Jéssica** Estou aqui cuspendo fogo de ódio. Que injustiça. Algo vai ser feito?

**Rose** Absurdo! Não isso assim, essa corja precisa ser colocada no lugar onde nunca deveria ter saído. Etiene, minha total solidariedade.

(...)

Depois de entrar oficialmente em campo, como relatado anteriormente, passei a observar e acompanhar algumas discussões no Facebook, sempre como observador, sem salvar as informações e nem tecer comentários nas postagens, que possibilitariam localizá-las posteriormente no registro de atividades do meu próprio perfil no Facebook. No terceiro mês, percebi que essas informações poderiam ser deletadas e todo o meu esforço ficar comprometido. Foi o que ocorreu, em outubro de 2017, com uma discussão que estava acompanhando no Facebook sobre a exposição “Faça você mesmo sua Capela Sistina”, com obras de Pedro Moraleida<sup>28</sup>, em cartaz no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, de 31 de agosto a 19 de novembro de 2017, alvo de polêmica e acusações por políticos e grupos religiosos de “promover pedofilia e blasfêmia”. As pinturas iconoclastas, retratavam, segundo o crítico Felipe Molitor, o jogo entre a sacralidade e a banalidade dos símbolos e da linguagem. Como destacou Molitor

<sup>27</sup>Relato de uma servidora pública postado no Facebook em 18 de setembro de 2019, seguido de alguns comentários.

<sup>28</sup>Pedro Moraleida nasceu em Belo Horizonte em 1977, estudou Belas Artes na UFMG e veio a falecer em 1999, aos 22 anos de idade, deixando um expressivo trabalho entre telas, desenhos, textos e músicas.

à época de exposição, “as pinturas e desenhos contêm traços ferozes, nervosos, descontinuados. São elementos como corpos, animais, órgãos e ícones emendados e remendados em cores estridentes, forjando alegorias sobre violência, morte e impulsos pessoais. O sexo, o conflito, a escatologia são recursos subversivos empregados nestas articulações de escárnio”<sup>29</sup>. A repercussão ganhou destaque na mídia devido à tentativa de proibição da continuidade da exposição e aos protestos de grupos religiosos que pararam a avenida Afonso Pena, onde se localiza o Palácio das Artes, um dos principais corredores de fluxo de pessoas e automóveis incluindo o transporte urbano no centro da capital mineira.

A postagem feita por um integrante do Facebook expressando sua opinião em defesa da exposição foi seguida de inúmeros comentários ofensivos, desrespeitosos, agressivos e, como consequência, foi deletada pelo dono do perfil. Antes que eu pudesse salvar as postagens, apesar de ter tido acesso a elas, o autor as retirou do seu *feed* de notícias e postou, em 2 de outubro de 2017, a seguinte mensagem: “Como as pessoas não sabem mais discutir sem serem ofensivas, desagradáveis, impressionantemente intolerantes eu decidi excluir a publicação”.

A postagem substituindo a anterior, entretanto, foi publicada e limitada à rede de amigos do *publisher*, ou seja, para um grupo de pessoas que fazem parte da sua lista direta de contatos, construída por meio de convite e de aceite de amizade, controlada pelo dono do perfil. Essa situação trouxe à tona dois outros pontos importantes para a reflexão acerca das escolhas metodológicas. As informações postadas pelos usuários nas redes sociais, em um ambiente de múltiplos usuários, selecionadas e utilizadas para a minha análise, são consideradas declarações públicas, podendo ser selecionadas e utilizadas livremente, ou são propriedade de seus autores, necessitando autorização prévia para uso? No contexto virtual, o compromisso do investigador de não revelar as identidades dos interlocutores no Facebook – ocultando ou trocando os nomes –, bem como algumas características dos mesmos, para não lhes causar prejuízos ou constrangimentos públicos, tem a mesma eficácia que nas conversas *offline*?

Questões como essas, não raro, surgem nas investigações e não há um consenso sobre algumas dessas indagações. Cabe ao etnógrafo responder, no contexto de sua incursão, às situações consideradas mais sensíveis, reconhecer os potenciais problemas éticos e desenvolver soluções que se ajustem a cada uma dessas situações, conforme ressalta Hine (2004).

Considerando as reflexões de Hine, utilizei somente as publicações compartilhadas pelos usuários publicamente, ou seja, quando o *publisher* opta por divulgar o conteúdo

---

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.janainatorres.com.br/2018/01/29/faca-voce-mesmo-sua-capela-sistina-por-augusto-nunes-filho/>. Acesso em: 15/10/2019.

utilizando a opção<sup>30</sup> **Público**, marcada por meio de seletor que permite controlar com quem os conteúdos são compartilhados. As postagens públicas podem ser vistas por qualquer pessoa, conforme a política de privacidade do próprio Facebook, inclusive por aquelas que não fazem parte da lista de amigos e que não estão na rede social.

No quesito ocultar ou trocar os nomes dos interlocutores do Facebook, a medida não tem a mesma eficácia que nas conversas presenciais (*offline*), pois com os avanços tecnológicos, qualquer pessoa é capaz de rastrear, com a ajuda de softwares específicos de busca por palavras – como a *Social Searcher*<sup>31</sup> -, outra pessoa na rede de computadores. Então, apagar os marcadores de identificação não impede um sujeito determinado localizar a fonte da informação. Sendo assim, nesta pesquisa, optei por manter somente o primeiro nome do usuário para dificultar tais ações e estabelecer uma estratégia mais elaborada daqueles que se aventurarem a tentar localizar tais participantes.

Por outro lado, como já argumentado anteriormente, pelo fato de o conteúdo das redes sociais estar público e acessível no ambiente online, qualquer pessoa poderá acessá-lo de qualquer ponto remoto e em qualquer tempo, independentemente da vontade do produtor dessas informações. Ademais, acredito não haver negligência quanto à relevância da identidade nas redes sociais porque os usuários, nesses ambientes, podem ser identificados por nomes próprios (verdadeiros ou falsos) ou por *nicknames*<sup>32</sup> e, para esta pesquisa, acredita-se que o posicionamento e a manifestação discursiva dizem muito mais de suas identidades do que o nome próprio ou fictício na rede social.

Após verificar a existência do risco de ter a postagem apagada pelo dono do perfil no Facebook, experimentei salvar o conteúdo de dois outros casos que estava observando e acompanhando as discussões na rede social.

Embora essas publicações possam ser arquivadas com facilidade com a captura em forma de imagem de tudo o que está presente na tela do equipamento eletrônico (*print screen*), percebi também que em alguns casos, minutos após o arquivamento, outros comentários foram

---

<sup>30</sup> As outras opções oferecidas pela política de privacidade do Facebook são **Amigos** (Seus amigos do Facebook), **Amigos, exceto...** (Não mostrar a alguns amigos) e **Somente eu** (as publicações na Linha do Tempo ficam visíveis somente para você).

<sup>31</sup> Ferramenta que permite o monitoramento de conteúdos em diversas mídias sociais. O usuário pode acompanhar o que falam por meio de palavras-chave.

<sup>32</sup> Nome, codinome ou uma mescla dos dois. Usado para identificação de usuários na internet, em programas de bate-papo ou mensagem instantânea.

feitos às postagens. Muitos integrantes da rede social acessam o conteúdo no *feed* do Facebook, comentando ou participando das discussões como se as mesmas tivessem sido iniciadas no momento em que os usuários acessaram as informações. A noção do tempo, embora marcada em horas, minutos e segundos, tem uma outra dimensão de importância quando relacionada às interações virtuais.

De toda forma, optei por ressaltar a data de captura e arquivamento dos conteúdos, visto que, no Facebook, os assuntos podem continuar sendo alvo de comentários depois de dias que foram postados e, inclusive, ser recuperados na íntegra como uma sugestão de lembrança, depois de anos, pelo próprio Facebook, e voltar a ter comentários como se fossem uma postagem atual. Isso costuma ocorrer também, com frequência, com atualizações, por exemplo, de fotos do perfil do usuário.

Além da captura da tela do computador, ou *print screen*, os diálogos foram salvos em arquivo de *Word*, como documento de texto, utilizando o recurso de cópia de conteúdo em área de transferência para colagem em outro documento. Optei pela organização do material, oferecida pelo próprio Facebook, que apresenta os comentários a partir das postagens mais recentes – hierarquizando-os por ordem de postagem – e, não, o filtro de relevância que mostra em ordem de importância, de reações de amigos, de maior número de curtidas, porque, neste caso, a visualização do *feed* de comentários tem como variante o perfil de quem acessa as informações.

Entre as milhares de postagens e discussões que acompanhei e analisei durante os dois anos de imersão em campo, após a separação de uma dezena de situações, selecionei dois casos (que serão apresentados oportunamente) os quais, ao meu ver, melhor representam a discussão proposta por esta tese acerca do decoro na interação comunicativa no Facebook. Nessa escolha foi determinante que o conteúdo analisado se caracterizasse pela opinião expressa dos participantes da rede social – tantos os autores das postagens no *feed* de notícias quanto os interagentes acionados a partir dessas postagens – quanto às regras de comportamento social aceitáveis ou não para a situação exposta no *feed* de notícias ou às interações do próprio grupo, neste caso, formado por internautas brasileiros.

O primeiro caso retrata a abordagem de um policial a um transeunte em uma rua no bairro Recanto das Emas, em Brasília, no Distrito Federal. A gravação, realizada em 2016, ganhou ampla divulgação e debate no Facebook no ano seguinte, atingindo, até o final de 2019, mais de 14 mil comentários.

O segundo repercute uma ação depredatória a uma estátua de Iemanjá na praia de Ribeirão da Ilha, em Florianópolis, Santa Catarina. O caso, que ocorreu em 19 de setembro de

2019 e registrou mais de dois mil comentários, foi investigado pela polícia como um episódio de intolerância religiosa.

A releitura de todos os comentários, nos dois casos, para o início da análise se deu seguindo o mesmo critério utilizado para salvar o conteúdo, a partir das postagens mais recentes até o número 2 mil, em cada situação, totalizando 4 mil comentários na ordem em que foram registrados. A partir disso, foram identificadas e destacadas as situações que envolviam o decoro, o que resultou nos conjuntos de comentários relativos a um mesmo tema, objetos da análise e interpretação.

Cabe ressaltar que todo o conteúdo das postagens selecionadas foi reproduzido na íntegra, sem nenhuma alteração, inclusive quanto ao uso de maiúsculas, erros ortográficos e de pontuação, ícones entre outros recursos utilizados pelos integrantes da rede social para se manifestarem. Esses dados – produzidos durante a interação na forma de comentários registrados junto à postagem – são analisados, nesta pesquisa netnográfica, com o aporte da análise do discurso mediado por computador (CMDA - Computer Mediated Discourse Analysis) visando priorizar a compreensão e identificação dos elementos temáticos relativos ao decoro.

#### **2.4. “Conversescrita” e “iconotexto”**

No ambiente do Facebook, bem como em outras redes sociais na Internet, as formas de comunicação têm se distanciado, cada vez mais, da conversação prototípica. As trocas verbais deixam de ser predominantemente orais, envolvem várias pessoas, não asseguram a alternância dos turnos e fala, mas conectam a conversa à escrita, criando, segundo Maingueneau (2015, p. 171), uma espécie de “conversescrita”, ou seja, enunciados escritos que têm numerosos traços característicos da oralidade conversacional. Isso afeta, conforme o autor, a própria noção de texto. As produções semióticas em que imagem e fala são indissociáveis são muitas vezes denominadas ‘iconotexto’ (MAINGUENEAU, 2015, p. 160).

Nas publicações selecionadas no Facebook para esta análise, predominam textos e comentários escritos com atalhos linguísticos, siglas, *emoticons*, imitação de sons com letras, sinais de pontuação, repetição de signos/ícones, além de curtidas, comentários e demais reações dos usuários de rede social, bem como arquivos audiovisuais, imagens, entre outros recursos iconográficos. Essas diversas categorias de enunciados são chamadas, na comunicação nas redes sociais da Web, de postagens.

Há, portanto, uma espécie de encenação trazida por todos esses recursos. “A encenação da fala é, assim, suplantada por outra, visual e sonora, com a qual ela interage” (MAINGUENEAU, 2015, p. 161). Mas, conforme o teórico, esse material iconográfico não multiplica simplesmente o que o receptor está vendo, ele representa de fato as escolhas feitas pelo interlocutor. Maingueneau também recorre, na cena de enunciação, à metáfora emprestada do mundo do teatro – assim como Goffman a utiliza de forma produtiva para analisar as interações conversacionais. “Nossa personalidade é tecida de múltiplos ‘papéis’ que nos são atribuídos. Encontramo-nos sempre confrontados com o paradoxo de uma teatralidade da qual não podemos sair”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 118).

Essa informalidade das postagens – ou seja, essa tendência de se libertar das restrições usuais da organização textual – faz com que a comunicação eletrônica se aproxime, de certa forma, de outros modelos de comunicação, segundo Braga (2008), por tentar simular uma conversa mais espontânea, imprecisa e entrecortada. “Sendo assim, a internet como ambiente social se estabelece a partir de uma nova configuração de trocas linguísticas para apresentação de *selves* eletrônicos e criação de um contexto para a percepção dos outros. (BRAGA, 2008, p. 93)

Maingueneau (2015) ressalta que as postagens conseguem se libertar das restrições de uma conversa ordinária porque são indissociáveis das comunidades restritas e ajudam a manter a coesão: destinatários identificados; destinatários coletivos agrupados em torno de um mesmo indivíduo; e destinatários indeterminados, mas focalizados em um mesmo centro de interesse.

As postagens se enunciam, assim, no interior de uma espécie de convivência mais ou menos forte, de um fluxo contínuo de manifestações de solidariedade, em que cada um pode “se expressar” pontualmente, sem necessidade de articular os signos que envia a uma totalidade textual, concebida em função de um destinatário situado em outro espaço. As postagens, ao mesmo tempo, pressupõem e reforçam as comunidades, favorecendo uma espécie de “tribalização” fundada na comunicação e que não segue os recortes sociais tradicionais. (MAINGUENEAU, 2015, p. 172)

Assim como Braga (2008), nesta pesquisa, tratei a postagem e a integração de diversos comentários, a propósito de um único assunto, como unidade de análise da interação entre os participantes. Com isso, busquei certa coerência tópica, ou seja, um conjunto de dados livres de mensagens estranhas e assuntos aleatórios. A esse conjunto, a autora denominou *thread*, inspirada na terminologia proposta pelos pesquisadores ingleses Rutter & Smith. Neste sentido, “a partir da entrada de certas temáticas – espontânea ou originada pelo assunto proposto em um post –, um novo *thread* se desenvolve” (p. 101), no caso desta pesquisa, em cada conteúdo postado no Facebook selecionado para análise.

A compreensão do tópico específico apresentado por um comentário dá origem a outras interpretações a respeito daquele mesmo assunto, causando um efeito que muitas vezes pode durar dias ou mesmo semanas. Sendo assim, o tema introduzido por um comentário que desestabiliza a sociabilidade cotidiana, fornece um eixo para que se produza o *spinning*, a continuidade da interação comunicativa em torno daquele tópico específico, até que esta se estabilize em um novo ponto de equilíbrio, voltando aos termos da sociabilidade cotidiana – fática. A cada percurso deste tipo – tema/*spinning thread*/comunicação fática – um novo *thread* se apresenta como unidade possível de análise. (BRAGA, 2008, p. 101).

A exemplo de Braga (2008), acreditamos no potencial analítico dos dados a partir da estipulação dos *threads*, “uma vez que é no confronto entre posições manifestas ao longo dos *threads* que a negociação social dos sentidos se realiza, tanto na ordem do discurso quanto na ordem da interação” (p. 101). Esses dois eixos – discurso e interação – tornam-se pontos essenciais nesta tese doutoral.

Convém esclarecer que a perspectiva analítica apresentada pela pesquisadora Susan C. Herring (2004), denominada CMDA - Computer Mediated Discourse Analysis (análise do discurso mediada pelo computador), torna-se adequada e relevante a esta investigação por trazer um conjunto de métodos ancorados na análise linguística do discurso, a partir de um foco híbrido, que permite a contribuição de outras disciplinas, como, no nosso caso, a netnografia, no estudo sobre a representação do decoro construída pelos discursos dos integrantes do Facebook.

Herring considera a análise do discurso mediada pelo computador mais uma abordagem do que uma teoria ou um método único. Ela não se enquadra nas formas tradicionais de estudo do discurso. A proposta, em vez disso, busca ser mais abrangente e mais maleável. Com isso, permite que diversas teorias sobre o discurso e a comunicação mediada por computador sejam revistas e testadas, e que o pesquisador selecione aqueles métodos que julgar mais adequados aos seus dados e questões de pesquisa.

Os pressupostos teóricos dessa abordagem são os da análise do discurso linguístico, interpretados de forma ampla, levando em consideração, segundo a autora, padrões recorrentes no discurso, as escolhas do orador, e o fato de o discurso mediado pelas novas tecnologias poder ser, mas não obrigatoriamente, moldado pelas características tecnológicas dos sistemas de comunicação mediados pelas novas tecnologias.

A orientação metodológica proposta por essa abordagem ficou centrada, inicialmente, em quatro domínios ou níveis de linguagem: estrutural, de significação, de interação e de comportamento social. Os fenômenos estruturais incluem o uso de tipografia, formações de

palavras e estrutura de frases entre outros. Quanto à significação, abrangem os sentidos das palavras, dos enunciados e atos de fala. O nível interativo abarca a tomada de decisões, o desenvolvimento de tópicos e outros meios de negociação de trocas interativas. O social contempla as expressões linguísticas de jogo, conflito, poder e participação em grupo e as múltiplas trocas.

A esses domínios, na década seguinte, Herring (2012) juntou uma quinta categoria, a comunicação multimodal, devido à evolução da internet (Web 2.0) e a formação de novos ambientes e padrões de uso para o discurso. Neste nível, tornam-se relevantes, além do texto, mas também na sua relação com ele, imagem, animação, ícones, figuras, letras e audiovisuais entre outros recursos da linguagem multimodal, característica da comunicação na web. O quadro abaixo sintetiza os elementos da abordagem sugerida por Herring (2004 e 2012) adaptados para esta investigação sobre o decoro na interação no Facebook.

**Quadro I: Adaptação dos elementos da abordagem de Herring**

| Categorias             | Fenômeno  | Questões   |
|------------------------|---|--|
| Estrutura              | Ortografia, morfologia, sintaxe, estilos de discurso etc.   | Características do gênero, oralidade, eficiência, expressividade, complexidade, etc.                         |
| Significado            | Significado das palavras, afirmações, enunciados, atos de fala, trocas etc.   | O que o orador pretende, o que é realizado por meio da linguagem   |
| Interação              | Turnos, sequências, trocas, participação, reciprocidade, entrada em cena no discurso, reconhecimento etc.                   | Interatividade, tempo, coerência, interação, engajamento, solidariedade, normas de adequação etc.            |
| Comportamento social   | Expressões linguísticas de status, conflito, regras de interação, gestão da face, jogo; etc.                                | Dinâmica social, poder, influência, identidade, papéis, hierarquia, visão de mundo etc.                      |
| Comunicação Multimodal | Efeitos dos diferentes modos de linguagem, referências não-verbais, sentidos atribuídos, caráter emocional ou racional etc. | Escolha do modo não verbal, leitura de imagem, citações em imagens, animações e posição espaço-temporal etc. |

Fonte: Adaptado de Herring (2004, 2012)

Como já explicitado anteriormente, tomei como referência de análise dois casos postados, amplamente discutidos e que reuniu um número expressivo de postagens e apreciações. Os dois casos tratam de situações diferentes, mas que dão margem para a análise

do decoro no Facebook em circunstâncias diversas e que ocorrem no cotidiano em um espaço urbano, conforme meu objetivo nesta tese. Para a leitura analítica, levei em conta os enunciados a partir do lugar do qual é dito, os padrões verbais e não-verbais expressos nas figuras/desenhos/maiúscula, característicos da linguagem multimodal presente na comunicação intermediada pela tecnologia, o caráter emocional ou racional das postagens imediatas apoiadas em juízo de valor, as regras de interação em redes sociais, as situações marcadas por tensão, constrangimento, a organização discursiva dos participantes durante o debate, o sentido atribuído e a visão de mundo explicitado na interação. Ademais, considerei como os interlocutores entram em cena, ou seja, de que forma iniciam seus comentários; como se agrupam, se reconhecem, se estranham e se engajam no debate.

### 3 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A ERA DA TECNOLOGIA

Não é mais possível pensar a sociedade atual sem estabelecer uma relação com os avanços tecnológicos, com a internet e seu significado cultural na vida cotidiana. A tecnologia ganhou primazia porque está ligada diretamente às práticas sociais e as ações das pessoas, e saltam aos olhos exemplos – inspirados na observação do cotidiano – de como ela está relacionada ao dia a dia nas interações sociais, nas condutas, na construção da identidades, nas experiências subjetivas e na dinâmica rotineira no cenário contemporâneo.

Ao observar a hora do *rush*, situação corriqueira nos grandes centros urbanos, pode-se perceber que, embora as pessoas caminhem em paralelo para os seus respectivos destinos, muitas delas estão conectadas em seus dispositivos digitais móveis, comportando-se como se estivessem numa espécie de redoma invisível, conversando ou interagindo por meio de mensagens com alguém em diferentes lugares, longe dali.

Caminhando pelos espaços públicos de um centro urbano, pode-se captar um conjunto de outras situações, também rotineiras, que poderiam passar despercebidas não fosse a mesma peculiaridade: a conexão com a internet e relação não-presencial entre os interlocutores. É comum assistir a um executivo dando ordens e fazendo encaminhamentos através de seu dispositivo móvel enquanto toma uma bebida em uma cafeteria; o motorista do carro parado no sinal vermelho e consultando suas redes sociais ou enviando mensagens de texto e voz por meio de seu telefone (quando não o faz em pleno trânsito); a passageira do metrô tirando fotos e postando em sua rede social; amigos de trabalho almoçando juntos, na mesma mesa, embora cada um esteja entretido por um aplicativo de seu smartphone. Situações semelhantes se repetem em cinemas, shows, baladas, em grupo ou individualmente.

Também se tornam corriqueiros, por meio de relatos em rodas de conversa, situações em que mães, pais e filhos, para conseguirem dialogar, precisam recorrer a mensagens enviadas via Whatsapp, ou outros aplicativos, mesmo que estejam no mesmo ambiente. Ou cenas, na intimidade das residências, em que cada membro da família utiliza, simultaneamente, seu próprio dispositivo de acesso à internet para finalidades distintas.

Esses novos padrões de comunicação são desdobramentos dessa revolução tecnológica, concentrada nas tecnologias da informação, que remodelou a base material da sociedade em ritmo acelerado e inovador a partir das últimas décadas do século passado. Com efeito, houve uma intensificação nas comunicações, no sistema de informação, na rapidez dos meios de transportes, interdependência dos mercados financeiros, entre outras, demarcando o entrelace macro estrutural e os diferentes dispositivos sociais, como anuncia Castells: “Economias por

todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável”. (CASTELLS, 2016, p. 61).

Mas, para o sociólogo espanhol, a mudança social mais aparente e profunda percebida em suas pesquisas pode ter sido a transformação das formas de comunicabilidade. Isso porque, segundo ele, o uso consciente da comunicação é a característica que nos distingue enquanto humanos. A chegada e rápida ampliação das conexões por computadores, a criação de softwares de código aberto, o desenvolvimento da capacidade de interlocução e transmissão digital nas redes de telecomunicação levaram, segundo o autor, à expansão da internet após a sua privatização na década de 1990 e à generalização do seu uso em todos os campos da atividade.

(...) a internet, e sua variada gama de aplicações, é a base da comunicação em nossas vidas, para trabalho, conexões pessoais, informações, entretenimento, serviços públicos, política e religião. A internet é cada vez mais usada para acessar os meios de comunicação de massa (televisão, rádio e jornais), bem como qualquer forma de produto cultural ou informativo digitalizados (filmes, música, revistas, livros, artigos de jornal, bases de dados). (CASTELLS, 2016, p. 20)

Essa nova forma de comunicação, que tem como espinha dorsal a rede de computadores com linguagem digital e cujos transmissores interagem e estão distribuídos globalmente possibilita, conforme o autor, diversidade ilimitada e autonomia de produção que contribuem para a construção de significados sociais. E é por isso que Castells (2016) sugere o advento de uma nova cultura na qual redes digitalizadas de comunicação multimodal incluíram, de tal maneira, as expressões culturais e pessoais a ponto de terem transformado a virtualidade em uma dimensão fundamental na nossa realidade. Essa nova estrutura social é conceituada por ele como sociedade em rede.

Para compreender essas transformações tão complexas e, ao mesmo tempo, significativas da contemporaneidade, é preciso atentar para os elementos que formam nossa época e a distinguem das outras: o tempo e o espaço. Como ressalta Castells (2016), espaço e tempo são as principais dimensões materiais da vida dos homens e os momentos históricos de transformação social são caracterizados por mudanças dessas duas dimensões na experiência humana.

Em concordância, Santos (2013) afirma que nossa tarefa é aprender e definir o presente segundo a ótica da mudança desses elementos. O autor, partindo do entendimento de tempo como transcurso, a sucessão de eventos e sua trama; de espaço como o meio, o lugar material da possibilidade de eventos; e mundo como síntese, de eventos e lugares, afirma que as três categorias são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistemas.

Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições. (SANTOS, 2013, p. 39)

Conforme Santos, ao transformarmos o tempo em experiência vivida, tornando-o material, o mesmo passou a ser assimilado pelo espaço. É a técnica a responsável pela empiricização do tempo. Ressalta ainda que, pela primeira vez na história do homem, os sistemas técnicos se tornaram mundiais. “Esse é um dado essencial do processo de globalização, processo que não seria possível se não houvesse essa unicidade” (SANTOS, 2013, p. 39), ou seja, as técnicas participam da produção da percepção do espaço e também da percepção do tempo.

### 3.1. Espaço e tempo pós-revolução tecnológica

A noiva em um país. O noivo em outro. Os convidados espalhados em várias localidades do mundo, cada um em sua casa. Todos conectados pela internet. Por meio de videoconferência, acompanham a declaração final do juiz de paz – que também está em seu escritório: “Pelos poderes a mim concedidos, eu vos declaro marido e mulher”. Novamente, a cena pode parecer de ficção, mas não é. A empresa Proxi Marriage Now<sup>33</sup>, na Carolina do Norte, atende casais em todo mundo, realizando casamentos *online*.

A proximidade espacial, em muitos casos, deixou de ser obrigatória para o desempenho de muitas funções, compartilhamento de situações, tomadas de decisão nos campos social, político e econômico. O que não faltam, nos meios de comunicação, são exemplos de situações cotidianas nas microrredes pessoais ou situações políticas e econômicas nas macrorredes globais que, há poucas décadas, não seriam possíveis sem a presença física em lugares determinados.

Situações como um pai acompanhar o parto de seu filho, por transmissão online, porque está fora da cidade no dia do nascimento<sup>34</sup>; ou um filho acompanhar o velório do pai, também pela internet, porque seu voo internacional não conseguirá chegar a tempo para que possa

---

<sup>33</sup> Informações disponíveis no site <http://proxymarriagenow.com/>. Acesso em 19 de janeiro de 2017.

<sup>34</sup> Veja reportagem “Serviço de transmissão ao vivo pela internet permite a familiares acompanharem nascimentos de bebês”. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/interessa/comportamento/servi%C3%A7o-de-transmiss%C3%A3o-ao-vivo-pela-internet-permite-a-familiares-acompanharem-nascimentos-de-beb%C3%AAs-1.697480>. Acesso em: 19/01/2018.

acompanhar a cerimônia de sepultamento<sup>35</sup>; até decisões financeiras estratégicas tomadas por empresários durante videoconferências realizadas por meio de ferramentas para troca de mensagens ao vivo, com múltiplos participantes, como o Skype, Hangout e Zoom, executadas e comunicadas instantaneamente de seus computadores.

Já são comumente observadas situações como, por exemplo, o trabalho à distância, em *home offices*, ou seja, no escritório em casa, em cafés, hotéis, aeroportos, parques e espaços *coworkings*; as compras online em portais que hospedam lojas; assistir aos filmes e shows, entre outros entretenimentos, no conforto do lar; fazer cursos por meio do ensino à distância na internet; acessar serviços públicos, governos, operações bancárias por meio de *internet banking* e assim por diante<sup>36</sup>.

Essas práticas sociais proeminentes na atualidade não dependem mais da contiguidade, ou seja, de se estar próximo, vizinho, adjacente para que ocorram. Com a internet, o significado de espaço e tempo se transforma e os territórios e fronteiras ganham novas dimensões. Viver hoje em presença física e presença virtual de maneira híbrida só é possível pela existência de duas espacialidades: a dos espaços locais, físicos e geopolíticos – onde as pessoas constroem a sua identidade<sup>37</sup>, produzem e reproduzem a expressão da mesma –, e do espaço intangível, possibilitado pela internet, onde ocorre uma densa e crescente circulação de tecnologia, informação, capital, interações e representações sociais, simbólicas e culturais, bem como serviços e bens de consumo. Essa segunda espacialidade é, para Castells (2011), a base da sociedade em rede. A essa nova forma espacial de organização das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede ele definiu como espaço de fluxos.

O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. Práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. Por estruturas sociais dominantes, entendo aqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna

<sup>35</sup> Veja reportagem “Velórios entram na era da internet com transmissões ao vivo”. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/internet/velorios-entram-na-era-da-internet-com-transmissoes-ao-vivo,7ff85295fb6ea310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>. Acesso em: 19/01/2018.

<sup>36</sup> Para evitar a disseminação do novo coronavírus e atender aos protocolos de distanciamento social durante a pandemia, desde abril deste ano, as pessoas passaram a utilizar com maior frequência as videoconferências, o ensino remoto mediado por dispositivos eletrônicos, defesas de tese online, *e-commerce*, *internet bankings*, *lives*, *delivery de comida e produtos*, entre outros serviços virtuais.

<sup>37</sup> O autor entende por identidade “o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais” (CASTELLS, 2015, p.78).

desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral. (CASTELLS, 2016, p. 494).

Esse conceito pode ser melhor compreendido, segundo o autor, a partir de seu conteúdo. Esse espaço de fluxos pode ser descrito pela combinação de, pelo menos, três camadas de suporte materiais que, juntas, o compõem. A primeira, formada pelas redes eletrônicas de comunicação (tecnologia da informação, microeletrônica, telecomunicações, processamento computacional, sistemas de transmissão e transporte em alta velocidade). Esses equipamentos possibilitam, em nossa sociedade, a articulação espacial das funções dominantes na rede de interações. Nessa rede, nenhum lugar existe por si mesmo, porque as posições são definidas por intercâmbios de fluxos.

A segunda camada é formada pelas redes de comunicação ou nós – centros de importantes funções estratégicas e de comunicação. O espaço de fluxos, localizado em uma rede eletrônica, conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem definidas. Alguns desses lugares funcionam como intercambiadores, ou seja, centros de comunicação que coordenam a perfeita interação de todos os elementos integrados na rede. Ou melhor, “Outros lugares são os nós ou centros da rede, isto é, a localização de funções estrategicamente importantes que constroem uma série de atividades e organizações locais em torno de uma função chave” (CASTELLS, 2016, p. 495).

E, por fim, as redes de poder, formadas pelas elites gerenciais dominantes em torno das quais esse espaço é articulado. A elite empresarial tecnocrática e financeira que ocupa as posições de liderança em nossas sociedades “terá exigências espaciais específicas relativas ao suporte material/espacial de seus interesses e práticas” (CASTELLS, 2016, p. 497).

Santos (2013) também considera o espaço não como simples materialidade, mas como o teatro obrigatório da ação. E é sobre o paradigma da globalização que ele busca a compreensão e reconstituição do espaço geográfico. Ele chega à ideia de uma comunidade mundial, possível graças à unicidade das técnicas, que levou à unificação do espaço e tempo em termos globais. Segundo Santos, “o espaço é tornado único à medida que os lugares se globalizam. Cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo (no que ele é, mas também no que ele não é), já que todos os lugares são suscetíveis de intercomunicação” (SANTOS, 2013, p. 40).

A união dos lugares foi possível, segundo o geógrafo, graças aos avanços técnicos que possibilitaram a convergência dos momentos. Ele ressalta que a história do homem foi, durante milênios, a história dos momentos divergentes, a soma de acontecimentos dispersos, disparatados e desconexos. Por outro lado, a história do homem contemporâneo é aquela em

que os momentos convergiram, fazendo com que um acontecimento em qualquer lugar do planeta pudesse ser imediatamente comunicado a qualquer outro (SANTOS, 2013, p. 40). A unificação do espaço em escala global tem como réplica a unificação do tempo, ambos sob o efeito do paradigma da tecnologia.

A informação midiática em tempo real em todo o globo oferece instantaneidade temporal sem precedentes aos acontecimentos sociais e expressões culturais. As localidades ficam despojadas de seu sentido geográfico, uma vez que são subtraídas pelo espaço de fluxos, segundo Castells, e é como se o tempo cronológico fosse apagado no novo sistema de comunicação “já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem”. (CASTELLS, 2016, p. 458). As sociedades contemporâneas, afirma o autor, ainda estão em grande parte dominadas pelo conceito de tempo cronológico, mas esse tempo linear, irreversível, mensurável e previsível está sendo fragmentado na sociedade em rede.

A transformação é mais profunda: é a mistura de tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho, mas que se mantém por si só, não cíclico, mas aleatório, não recursivo, mas incursor: tempo intemporal, utilizando a tecnologia para fugir do contexto de sua existência e para apropriar, de maneira seletiva, qualquer valor que cada contexto possa oferecer ao presente eterno. James Gleick documentou a aceleração de “praticamente tudo” nas nossas sociedades, num empenho incansável de comprimir o tempo em todos os domínios das atividades humanas. Comprimir o tempo até o limite equivale a fazer com que a sequência temporal, e, por conseguinte, o tempo, desapareça. (CASTELLS, 2016, p. 516).

Essa transformação atual da temporalidade, que o autor chama de tempo intemporal, seria a forma dominante emergente do tempo social da sociedade em rede. O tempo intemporal ocorre “quando as características de um dado contexto, ou seja, o paradigma informacional e a sociedade em rede, causam confusão sistêmica na ordem sequencial dos fenômenos sucedidos naquele contexto” (CASTELLS, 2016, p. 543). Essa confusão pode resultar na compreensão dos fenômenos como instantâneos ou introduzir uma descontinuidade aleatória na sequência que pode gerar a ideia de eternidade, como afirma o autor: “A eliminação da sequência cria tempo não diferenciado, o que equivale à eternidade” (idem).

O poder do fluxo possibilita que as transações de capital sejam realizadas em fração de segundos e movimentem hoje um volume fenomenal de trânsitos financeiros. De acordo com Castells, “o mesmo capital é transportado de um lado para o outro entre as economias [globais] em questão de horas, minutos e, às vezes, segundos” (CASTELLS, 2016, p. 519), por meio de poderosos programas computacionais e habilidosos especialistas/analistas financeiros.

No mundo empresarial, na sociedade contemporânea, as organizações flexibilizaram a jornada de trabalho e passaram a demandar mão de obra qualificada para gerenciar seu próprio tempo de trabalho, algumas vezes acrescentando mais horas à jornada, outras adaptando-se a cronogramas flexíveis ou ainda reduzindo horas de trabalho e, conseqüentemente, o salário, desenhando assim características próprias. Ou seja, “o tempo é gerenciado como um recurso, não da maneira cronológica linear da produção em massa, mas como um fator diferencial em relação à temporalidade de outras empresas, redes, processo ou produtos” (CASTELLS, 2016, p. 520).

No que se refere ao sistema de saúde, observa-se o prolongamento da perspectiva de vida, superação das doenças, controle de nascimentos, redução de óbitos, e a construção do ciclo vital tendo como base determinadas categorias sociais como educação, tempo de serviço, padrões de carreiras e direito à aposentaria. A velhice, que no passado era considerada o último estágio homogêneo da vida, é agora um universo diversificado, melhor dito, com o aumento de expectativa de vida dado a uma complexidade de fenômenos que inclui a indústria farmacêutica, o grupo de aposentados passa a ser composto por uma diversidade de personagens, a título de exemplo, jovens com capacidade produtiva, idosos capazes e outros com vários graus de limitação. Isso resulta nos questionamentos sobre as alternativas apresentadas para explicar esse novo cenário, nas palavras de Castells: “agora os avanços organizacionais, tecnológicos e culturais característicos da nova sociedade emergente estão abalando definitivamente esse ciclo de vida regular sem substituí-lo por uma sequência alternativa” (CASTELLS, 2016, p. 528).

Essas questões mobilizam estudos sobre a revolução biológica e avanços de investigação médica, segundo o autor, a tendência predominante nas sociedades, como expressão da nossa ambição tecnológica, é apagar a morte da vida ou torná-la inexpressiva pela sua repetição na mídia visando a crença na infinidade da vida, e ressalta: “separando a morte da vida e criando um sistema tecnológico para fazer com que esta crença dure o suficiente, construímos a eternidade durante nossa existência” (CASTELLS, 2016, p. 535).

O advento da tecnologia nuclear e a possibilidade do holocausto planetário tiveram o efeito de cancelar os conflitos globais entre as grandes potências. Avanços da tecnologia militar nas últimas décadas propiciaram ferramentas para que as guerras se tornem mais curtas, instantâneas, limpas, cirúrgicas e secretas. Mas tais ferramentas são privilégio de nações tecnologicamente dominantes, em contraste com os numerosos conflitos internos e internacionais que ainda ocorrem no mundo, por anos seguidos, muitas vezes praticados com meios primitivos, embora a venda de armamento tecnológico já esteja no mercado (CASTELLS, 2016).

É notório que na sociedade contemporânea o sistema de comunicação tem o poder de influir nas experiências subjetivas dos sujeitos por meio de mensagens e imagens sedutoras, abrangentes e atraentes que são incorporadas em seu cotidiano alterando a sua realidade. Ao mesmo tempo, elas têm um caráter diversificado para todos os gostos, maleável – podendo ser adaptada aos meios sociais – e complexas, mesclando o presente, o passado e o futuro e confundindo o real com o simbólico (CASTELLS, 2016).

Essa cultura da virtualidade simbólica e real, associada a um sistema multimídia eletronicamente integrado, contribui para a transformação do tempo em duas formas: simultaneidade e intemporalidade. Além da instantaneidade temporal, que pode ser exemplificada pelo episódio terrorista nos EUA em 11 de setembro de 2001, com a informação em tempo real em todo o globo, há também a quebra da barreira temporal na comunicação mediada por computadores. Isto porque torna-se possível que as partes envolvidas na comunicação deixem passar alguns segundos ou minutos para trazer outras informações e expandir a comunicação, diferentemente do telefone, por exemplo, que não foi adaptado a longos silêncios (CASTELLS, 2016).

Mas a tentativa de aniquilar o tempo está presente também no nosso cotidiano, segundo Castells, quando tentamos fazer mais coisas em menos tempo ou estar presentes em todos os lugares usando a tecnologia. A utilização de transportes rápidos, telefonemas ou mensagens durante o deslocamento e a realização simultânea de múltiplas tarefas por meio da tecnologia mostram a busca pelo tempo intemporal, prática cujo objetivo é “negar a sequência para nos instalar na simultaneidade perene e na ubiquidade simultânea” (CASTELLS, 2016, p. 33).

Por outro lado, o autor ressalta que a ideia de intemporalidade não se trata da única forma de tempo da contemporaneidade. Ele coexiste com o tempo biológico e com o tempo do relógio. Esclarecendo, as sociedades são compostas por diferentes formas resultantes de várias camadas de organização social. O tempo intemporal, para Castells, pertence ao espaço de fluxos, “ao passo que a disciplina tempo, o tempo biológico e a sequência socialmente determinada caracterizam os lugares em todo o mundo, estruturando e desestruturando materialmente nossas sociedades segmentadas” (CASTELLS, 2016, p. 544).

Por fim, as principais características da sociedade contemporânea tempo e espaço são fundamentais na construção das identidades culturais, como afirma Hall (2015). É pela compressão de distâncias e de escalas temporais, “que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm impacto imediato sobre as pessoas e lugares situados a uma grande distância”. (HALL, 2015, p. 40). Temporalidade e espacialidade estão entre os muitos aspectos que influenciaram a mudança de entendimento do

sujeito ao longo da história e que continuam a provocar transformações no momento atual, como veremos no próximo tópico.

### **3.2. Identidade do sujeito na era digital**

As mudanças na forma da organização social na contemporaneidade, de maneira particular as transformações sociais, tecnológicas, econômicas e culturais e o uso crescente da Internet como meio privilegiado de comunicação em todos os campos da vida social e na maioria dos segmentos sociais, como dito anteriormente, permitiu a formação de comunidades virtuais, compostas por grupos humanos reunidos online por interesses comuns.

Essa readaptação social, de certa forma, possibilitou imaginar um sistema de crédito social, como o anunciado pela China para definir valores e identidades, a partir do comportamento dos integrantes de comunidades na internet. Mas é preciso tomar cuidado para não alinhar todas as diferentes identidades em uma “identidade mestra”, neste caso, de classe social. Ou pior ainda, retomar a crença na predominância no status, na classificação, na posição de uma pessoa “na grande cadeia do ser”, como nas antigas concepções de identidade. (HALL, 2015, p. 18)

Para compreender o processo de construção do que denomina “identidades culturais”, apoiado no dispositivo de "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais, recorreremos aos apontamentos de Stuart Hall (2015) que analisa o tema com base em três concepções de identidade ao longo da história: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. A primeira noção – o sujeito do Iluminismo – expressa uma visão individualista de sujeito, totalmente centrado e unificado, capacitado de razão e de consciência. Um sujeito portador de um núcleo interior que emerge no nascimento e permanece inalterado ao longo de sua existência.

A segunda, do sujeito sociológico, considera a complexidade do mundo moderno e a não autonomia e autossuficiência do sujeito. É constituída na relação com outras pessoas, responsáveis por serem mediadoras da cultura – valores, sentimentos e símbolos do mundo. Nessa visão, que se tornou a concepção clássica de sujeito na Sociologia, a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. Ainda permanece o núcleo interior, mas este é constituído pelos mundos culturais exteriores. Assim, preenche o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público, costurando o sujeito à estrutura.

Hall, em sua leitura sobre as duas primeiras concepções, sinaliza que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo

surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2015, p. 8). O processo de globalização, segundo ele, está deslocando os quadros de referência que ancoravam os indivíduos ao mundo social, e gerando uma “crise de identidade”.

Isto está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essa perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. (HALL, 2015, p. 10)

Para o autor, a globalização tem o efeito pluralizante sobre as identidades, “produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas, unificadas ou trans-históricas” (HALL, 2015, p. 51), como ocorria em outros períodos da história. O autor denominou essa nova identidade como sujeito pós-moderno, de acordo com a terceira concepção de identidade. Ancorado nessa concepção, não existe uma identidade fixa, essencial ou permanente. Ela está suspensa, em transição, entre diferentes posições. É formada e transformada por complicados cruzamentos e misturas culturais do mundo globalizado, e torna-se uma “celebração móvel”. Assume contornos históricos e não biológicos e o sujeito apropria-se de identidades diferentes em momentos diferentes, identidades às vezes contraditórias, que impulsionam suas ações em inúmeras direções, de modo que suas identificações são continuamente deslocadas.

Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu". A identidade plenamente identificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2015, p. 12)

Como Hall, Castells (2015) ressalta que, na atualidade, nossas sociedades estão se estruturando cada vez mais em oposição bipolar entre a rede e o ser. Num contexto de ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais, a identidade está se tornando a principal fonte de significado. Se por um lado, a revolução tecnológica, concentrada nas tecnologias da informação, está integrando o mundo em redes globais de intercâmbios instrumentais; por

outro, ganha significado social a tendência de as pessoas se reagruparem em torno de identidades primárias, como as religiosas, étnicas, territoriais e nacionais. E afirma: “cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são” (CASTELLS, 2016, p. 63).

As transformações identitárias, segundo Hall (2015), são influenciadas pela tensão entre o local e o global, ou melhor, os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” entre pessoas que estão distantes umas das outras, o espaço e tempo. A globalização estimula, então, consumidores para os mesmos bens, clientes para os mesmos serviços e públicos para as mesmas mensagens.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (HALL, 2001, p. 43).

Sendo assim, pode-se dizer que o sujeito pós-moderno, que avança na era digital, é aquele que consome, assimila e se apropria de diferentes culturas, informações, gostos, serviços, produtos e identidades. É capaz de realizar ações e ser influenciado por elas em tempo real num espaço sem fronteiras, devido à conexão mundial, via redes virtuais. Pode, ao mesmo tempo, resgatar ou desarticular as identidades estáveis do passado, bem como criar novas identidades; e pode escolher, a cada novo instante da sua vida cotidiana, um determinado papel diante de tantos que cabe a ele desempenhar socialmente. É sobre esse sujeito e sua relação com o consumo que iremos tratar no próximo tópico.

### **3.3. Consumo na era digital**

A identidade está, segundo Campbell (2006), no cerne das questões referentes ao consumismo moderno. Seria justamente em resposta à “crise de identidade” que o homem contemporâneo ou pós-moderno teria se lançado na cultura do consumo para afirmar, confirmar ou até mesmo construir suas mutáveis identidades e estilos de vida. Dois aspectos são destacados por Campbell como sendo cruciais ao consumismo moderno: o desejo e o individualismo.

A ligação fundamental entre os dois “é o simples fato de que o consumismo moderno está, por sua própria natureza, mais preocupado em saciar vontades do que em satisfazer

necessidades” (CAMPBELL, 2006, p. 49). Assim, explica o autor, o ato de consumir está mais ligado a sentimentos e emoções (na forma de desejo) do que ao calculismo e à razão porque, em sua natureza, é mais individualista do que público.

Após a observação de anúncios de classificados de jornais e revistas de pessoas que buscam parceiros para relacionamentos, Campbell (2006) verificou que a maneira como os anunciantes apresentavam sua identidade ao público e aos potenciais interessados, quase sempre, especificam, na verdade, seus gostos. Nos exemplos analisados por ele, os itens mais comumente especificados, com destaque, pelos autores dos anúncios, foram seus gostos em termos de música, literatura, artes, comidas e bebidas, e do que gostam de fazer.

Sendo assim, segundo ele, “quando se trata da questão crucial de nossa ‘real’ identidade, aí efetivamente consideramos que somos definidos por nossos desejos, ou por nossas preferências”. E complementa mais adiante: “É aí que percebemos que nossa exclusividade como indivíduos – nossa individualidade – realmente existe” (CAMPBELL, 2006, p. 52). O autor sugere que o verdadeiro local onde reside a identidade está nas reações do sujeito ao produto e não nos produtos em si, ou seja, na observação do que gosta e do que não gosta é que começamos a descobrir quem somos.

É importante notar que essa maneira de conceber a própria identidade é muito nova. Realmente, levando-se em conta o tempo histórico, acabou de acontecer. Por isso, é pouquíssimo provável que nossos avós, até mesmo nossos pais, pensassem sobre esse assunto dessa maneira. Para eles, antes de tudo, a identidade estava muito mais relacionada ao status e à posição que ocupavam em várias instituições e associações, como família, trabalho, religião, raça, etnia e nacionalidade. Tudo isso era muito mais importante do que algo tão insignificante quanto o gosto pessoal. Consequentemente, suas autodefinições tendiam a enfatizar seu status de fazendeiro, pescador, pai, presbiteriano, católico, inglês ou sueco etc., e não seu gosto por vinho, literatura, música ou atividade de lazer. (CAMPBELL, 2006, p. 53)

A questão central para Campbell (2006) é que o consumismo moderno incorpora uma teoria sobre a identidade pessoal, juntamente com uma epistemologia individualista. Ele pondera ainda que, mesmo com as mudanças de gostos e preferências, característica do homem contemporâneo – cuja identidade não é fixa e, sim, cambiante e temporária –, o consumo mantém seu apelo quando o foco é a necessidade humana mais profunda de reafirmar a realidade do *self*. Sendo assim, “o consumo pode nos confortar por nos fazer saber que somos seres autênticos – isto é, que realmente existimos (CAMPBELL, 2006, p. 56). Com isso, o slogan “compro, logo existo”, inspirado na famosa frase de Descartes (“penso, logo existo”), ganha sentido literal.

Assim, embora a exposição ao uma vasta gama de bens e serviços ajude a nos dizer quem somos (por permitir que expressemos nossos gostos), essa mesma exposição

exerce a função ainda mais vital de nos convencer de que nosso self é de fato “autentico” ou “real”. Dessa forma, enquanto o que desejo (e também o que não gosto) me ajuda a me dizer quem sou, o fato de eu desejar intensamente ajuda a me convencer de que realmente existo. (CAMPBELL, 2006, p. 57).

O autor ressalta que vivemos em uma cultura em que a realidade é equiparada à intensidade da experiência. A segurança da autenticidade da nossa existência, por meio da exposição à experiência do consumo, depende diretamente da intensidade da nossa reação emocional, ou seja, “quanto mais forte for a reação experimentada, mais ‘real’ será considerado o objeto ou o evento que o produziu. Ao mesmo tempo, quanto mais intensa for nossa reação, mais ‘reais’ – ou verdadeiros – nos sentiremos naquele momento” (CAMPBELL, 2006, p. 57). Assim, “conclui-se que é através da intensidade do sentimento que os indivíduos adquirem a confiança para superar sua angustiada existência e se convencerem de que estão de fato vivos” (idem).

Mas, ainda devido às mudanças de gostos e preferências dos indivíduos contemporâneos e, conseqüentemente, da identidade, ele explica que a exposição às experiências de consumo – que produzem nossas reações emocionais – não será única, porque é psicológica e precisa ser satisfeita repetidas vezes. Segundo Campbell, a exposição repetida aos mesmos produtos e serviços pode nos levar ao tédio, visto como uma ameaça porque destrói aos poucos o senso de identidade.

Por isso, o autor destaca a necessidade constante de estímulos novos, que produzam em nós forte reação; e ressalta “a importância da moda – como mecanismo de introdução regular e controlada de ‘novos’ produtos – assim como o fato de os consumidores ficarem mesmo tentados a fazer, regularmente, mudanças significativas em suas ‘identidades’” (CAMPBELL, 2006, p. 58). Para o autor, o consumismo moderno implica também a crença no poder dos sentimentos.

Mudanças e/ou transformações, inovação e comunicação em fluxo são categorias decisivas da sociedade contemporânea, especialmente pela revolução tecnológica e da informação, que invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares, e mudou o modo de pensar e viver das pessoas. Elas também permeiam esse momento de transição, tornando os tempos confusos e complexos, e devem continuar sendo o motor das mudanças que ainda estão por vir.

Mas, uma coisa é fato. A tecnologia se instalou na vida das pessoas e é quase impossível, na atualidade, não estar integrado a ela. Já não concebemos um mundo isolado sem todos os mecanismos de informação e comunicação de que dispomos, sem poder estabelecer contato

com pessoas que estão longe ou saber o que se passa em todos os cantos do mundo. Não há mais limites para a conexão entre duas ou mais pessoas desde que tenham acesso às tecnológicas e interesses comuns. Parentes que antes não se comunicavam porque estavam distantes, separados pela barreira física, hoje, podem se falar diariamente e estreitar seus laços. Pessoas em qualquer lugar do mundo podem criar relações entre si, descobrir gostos, aptidões e desejos em comum. Todos, desde que tenham acesso à internet, podem se conectar à rede.

Por fim, a sofisticação e a proliferação da tecnologia ressignificam os sentidos e a dimensão simbólica das interações sociais no campo virtual, que interfere nos processos socioculturais, nos modos de vida, visão de mundo, localização dos sujeitos no cenário contemporâneo, na nova forma de estruturação da sociedade em rede, no consumo, sobretudo midiático, e põe em questão: o sujeito contemporâneo, tal como apresenta Hall, consome a tecnologia ou é consumido por ela?

Certo é que o consumo é permeado pelos meios de comunicação em rede que implica necessariamente a interação entre o emissor e o receptor com habilidade e capacidade de interferir nos estilos, nas necessidades, desejos, trocas, interação, sociabilidade, inclusão, pertencimento e na racionalidade interativa, econômica e política.

Quando traduzido para as redes sociais virtuais, têm se observado um crescente número de pessoas, independentemente de idade, gênero, raça, classe social, que aderiu a essa forma de comunicação. Nesse contexto, as redes sociais criam mecanismos de inovação, de fluxo e de adequação ao cenário contemporâneo, para não cair em desuso, a exemplo do Orkut<sup>38</sup>. Ao mesmo tempo, surgem outros formatos inovadores, centralizando a comunicação entre diferentes perfis e de variados espaços que interagem entre si, por meio de mensagens que provocam reações, conflitos, identificações e sociabilidade. Nesta tese doutoral, dentre tantos outros formatos de redes, elegemos o Facebook, que passaremos a apresentar no próximo capítulo.

---

<sup>38</sup> Rede social lançada pelo Google em janeiro de 2004 e desativada em setembro de 2014. Segundo o próprio criador, Orkut Büyükkökten, o declínio do serviço ocorreu por não acompanhar a evolução das redes sociais. “As redes sociais que não evoluem ao longo do tempo correm o risco de ficar desatualizadas e irrelevantes”. Disponível em: <https://www.leiaja.com/tecnologia/2019/01/24/por-que-o-orkut-acabou-rede-social-nascia-ha-15-anos/>; acesso em: 22/06/2020.

#### 4 REDES SOCIAIS NA INTERNET E O FACEBOOK

Para introduzir o dispositivo escolhido para a análise do decoro na rede social Facebook, é importante tecer uma reflexão, ainda que breve, sobre as redes sociais na internet. As redes sociais podem ser entendidas, conforme Martino (2015, p. 55), “como um tipo de relação entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes”. Embora o termo rede social esteja em uso há muito tempo, tanto no sentido sociológico quanto popular, somente na década de 1970 os sociólogos cunharam um conceito, como peça central de uma perspectiva da vida social (JOHNSON, 1997).

Nesse contexto, o conceito de redes sociais está atrelado às conexões entre as pessoas no âmbito familiar, na escola, na comunidade em que vivem e no trabalho, enfim, nas relações que ligam essas pessoas, grupos e organizações nos espaços físicos. Cada indivíduo tem sua função, papel ou papéis sociais e relação com outros membros do grupo formando um conjunto que representa a rede social.

Mas o conceito foi ressignificado e ganhou destaque novamente quando os avanços tecnológicos, no final do século passado, possibilitaram a formação e evolução das comunidades virtuais, ou seja, dos agrupamentos sociais construídos a partir de relações interpessoais mediadas por uma tela digital, na qual estão informações sobre o grupo (MARTINO, 2015, p. 45), a exemplo das salas de bate-papo e dos grupos no correio eletrônico. O termo "rede social" tornou-se sinônimo de tecnologia da informação e comunicação e seu uso foi sendo apropriado dessa forma pelos atores sociais.

A noção de redes sociais no ambiente web passa, então, por uma adaptação do modelo de análise social para o espaço virtual e incorpora as características desenvolvidas pelas primeiras comunidades virtuais. As redes sociais na internet tornam-se espaços virtuais onde grupos de pessoas ou empresas se relacionam por meio do envio de mensagens, da partilha de conteúdo, entre outros recursos. Nesse ambiente, os laços tendem a ser mais fracos e, em geral, são formados a partir de interesses, temas e valores compartilhados, mas sem o controle das instituições e com uma dinâmica de interação específica.

Ao contrário de agrupamentos humanos em espaço físico, nos quais existem vínculos fortes, fundamentados em valores mais ou menos compartilhados, nas redes na internet não se exigem ligações exclusivas, ou seja, as conexões podem ser criadas, mantidas e/ou abandonadas a qualquer momento, bem como não existe a obrigatoriedade de um ritmo específico de atividades (MARTINO, 2015, p. 56 e 57).

Nas comunidades virtuais – qualidade compartilhada pelas redes sociais – a fronteira do espaço e tempo entre os participantes foi unificada. Estar no mesmo grupo, pertencer a uma comunidade ou rede não significa mais a proximidade e nem tão pouco a materialização de lugar físico, ao contrário, as categorias tempo e lugar confluem por meio da comunicação virtual intermediada pela tecnologia. Para participar de uma comunidade online, o sujeito precisa de uma identidade compatível com o grupo no qual quer ingressar. “Isso permite iniciar todo um processo de invenção virtual de si mesmo, algo consideravelmente difícil de fazer no mundo real – afinal, é possível disfarçar algumas características pessoais, mas não todas”. (MARTINO, 2015, p. 46).

Em termos de estrutura, segundo Recuero (2010), uma rede social é formada por dois elementos: os atores (pessoas, instituições ou grupos, os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Os atores, devido a não presença física e identidade fluída, seriam, segundo a autora, representações ou construções identitárias do ciberespaço, indivíduos que agem através de performances de si mesmos. Eles não precisam ser, necessariamente um ser humano: uma empresa, um grupo, um blog, uma fanpage podem ser considerados atores, nesse sentido, ligados à “ação”. As conexões, em termos gerais, são constituídas dos laços sociais que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores. “Uma das principais características das redes sociais é seu caráter relacional. Em uma rede, as relações entre os participantes dão o tom de seu funcionamento mais do que as características específicas de cada um” (MARTINO, 2015, p. 57).

No início dos anos 1990, os modelos de comunidade virtual foram atualizados quando a *Word Wide Web*<sup>39</sup> estava começando a se disseminar entre as pessoas comuns, e surgiram os primeiros serviços que permitiram aos usuários configurarem uma página pessoal e, em alguns casos, atrelar essas páginas criadas a de outros internautas, a exemplo do TheGlobe.com, Geocities e Tripod (KIRKPATRICK, 2011, p. 78). Essas se tornaram características fundantes dos sites de redes sociais, conforme ressaltam as sociólogas Danah Boyd e Nicole Ellison.

Definimos sites de redes sociais como serviços baseados na Web que permitem que os indivíduos (1) construam um perfil público ou semipúblico em um sistema limitado, (2) articulem uma lista de outros usuários com os quais compartilham uma conexão e (3) visualizem e percorram a lista de conexões e as feitas por outras pessoas no sistema. (BOYD; ELLISON, 2007, p. 211)

---

<sup>39</sup> Rede mundial de computadores, também conhecida pelos termos web www, é um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na Internet. Os documentos podem estar na forma de vídeos, sons, hipertextos e figuras.

A era das redes sociais modernas, como conhecemos hoje, teria começado em 1997, com uma *startup* novaiorquina chamada sixdegress.com, fundada pelo advogado Andrew Weinreich, que inaugurou um serviço considerado inovador à época e que tentava utilizar a identificação real dos usuários. O nome da rede social, sixdegress.com, evocava “o conceito especulativo de que todas as pessoas no planeta podem ser conectadas por meio de uma cadeia ampliada de relacionamentos que começa com os amigos imediatos, prossegue para o ‘grau’ seguinte – os amigos dos amigos – até chegar ao sexto ‘grau’” (KIRKPATRICK, 2011, p. 78).

A rede social permitia criar um perfil pessoal que contivesse informações sobre você e seus interesses, com base em seu nome verdadeiro. Em seguida, ajudava-o a estabelecer uma ligação eletrônica com amigos. Podia se pesquisar os perfis e pedir a amigos que o apresentassem a pessoas interessantes que você descobria. Havia dois recursos-chave no sixdegress quando foi lançado. O primeiro era “conecte-me”. Se você escrevesse o nome de alguém, ele criava um mapa de seu relacionamento com aquela pessoa por meio de vários outros membros. O outro era “ponha-me em rede”, que permitia especificar determinadas características que você estivesse procurando, de forma que o serviço pudesse identificar membros que coincidiam com aquelas características. (KIRKPATRICK, 2011, p. 79 e 80)

Segundo Kirkpatrick, apesar de todos os investimentos em funcionários, serviços caros, licenças de software e desenvolvedores de recursos na internet, a primeira rede social enfrentou várias limitações. O modem discado deixava a conexão e o serviço lentos e, apesar de os perfis comportarem várias informações, a fotografia não era um recurso viável naquela época porque as pessoas não tinham câmeras digitais. Outro entrave é que não estava claro para os internautas, tanto aos membros quanto aos não usuários, que a rede social pretendia ser um serviço de encontros, uma rede de negócios ou ambos. Mesmo assim, em 1999, o site atingiu 3,5 milhões de usuários cadastrados e foi vendido a uma grande empresa por US\$ 125 milhões. “Entretanto, nunca gerou muita receita e, na esteira do estouro da bolha ponto-com, os novos proprietários fecharam a empresa deficitária no final de 2000” (KIRKPATRICK, 2011, p. 80).

Na primeira década dos anos 2000, a internet seria palco para inúmeras iniciativas, após o fenômeno das redes sociais atingir o Vale do Silício e São Francisco. Entre as redes sociais que foram surgindo se destacam, no levantamento feito por Kirkpatrick<sup>40</sup>, o Friendster, Tickle, LinkedIn, Tribe.net, MySpace, Clube Nexus, Orkut e o Thefacebook. Quando o Thefacebook foi lançado, em fevereiro de 2004, o MySpace tinha mais de 1 milhão de membros e estava se tornando a principal rede social norte-americana.

---

<sup>40</sup> Para uma visão mais detalhada do histórico do surgimento das redes sociais no início da primeira década dos anos 2000 consulte o capítulo 3 – As redes sociais e a internet –, in: KIRKPATRICK, D. O efeito Facebook: os bastidores da história da empresa que conecta o mundo. Tradução Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

#### 4.1. A explosão do Facebook

O Facebook foi criado pelo estudante norte-americano Mark Zuckerberg e pelos colegas de faculdade Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes como uma ferramenta para melhorar o relacionamento entre as pessoas, principalmente os estudantes universitários. Inicialmente denominado Thefacebook, o site limitava-se à participação dos estudantes da Universidade Harvard, mas, gradualmente, passou a dar suporte a alunos de outras universidades antes de abrir para a participação de estudantes do ensino médio, em outubro de 2005, e para qualquer pessoa com treze anos ou mais em outubro de 2006. O site de rede social se tornou oficialmente Facebook, sem o The, em setembro de 2005, após a aquisição do endereço facebook.com, da empresa Aboutface.

Em 2010, o Facebook já possuía mais de 600 milhões de usuários ativos, sendo 143 milhões somente nos Estados Unidos. Operando em 75 idiomas à época, os dez países nos quais mais havia crescido até novembro daquele ano, de acordo com dados do Facebook Global Monitor, apresentados por Kirkpatrick (2011), foram Romênia, Coreia do Sul, Hungria, Tailândia, Ucrânia, República Dominicana, Letônia, Iraque, Brasil e Equador. Segundo o autor, talvez seja a empresa de mais rápido crescimento de toda a história mundial.

Atualmente, é um dos sistemas com maior base de usuários no mundo, com 2,221 bilhões de usuários ativos por mês, segundo dados do relatório Digital in 2019 do site We Are Social<sup>41</sup>, seguido pelo YouTube, com 1,9 bilhão e pelo Whatsapp, com 1,5 bilhão. No Brasil, o YouTube – principal rede social de vídeos online da atualidade – tornou-se a mais utilizada, conforme os dados do relatório, com a adesão de 95% dos internautas brasileiros. Mas o Facebook continua sendo o segundo mais utilizado, com 130 milhões de contas ativas, colocando o país como terceiro principal usuário da rede social, junto com a Indonésia, atrás somente de Índia e dos Estados Unidos.

Como ferramenta de comunicação baseada na interação entre as pessoas, o Facebook é uma rede social versátil, que reúne muitas funcionalidades no mesmo lugar. Serve tanto para se relacionar com amigos e família, conhecer pessoas, informar-se, gerar negócios, dentre outros. A empresa não cobra pelo uso da rede social, mas estabelece um contrato com o usuário, definindo regras e diretrizes. Os Termos e Políticas do Facebook<sup>42</sup> – que são apresentados ao internauta no

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em 03/06/2020.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/policies/>. Acesso em: 04/06/2020.

momento em que ele se inscreve na rede social e com os quais ele deve concordar para se tornar usuário; e o faz, muitas vezes, sem ao menos ler o seu conteúdo –, são compostos por três documentos principais: Termos de Serviço (a declaração de direitos e responsabilidades), a Política de Dados (as informações recebidas pelo Facebook e como elas são utilizadas) e os Padrões da Comunidade (o que é ou não permitido na rede social). Além disso, existem outras páginas que complementam as regras, como parâmetros para anúncios, páginas e promoções. O texto que define os termos e políticas é extenso, com várias subseções que detalham as regras. Destacaremos aqui alguns pontos considerados relevantes para a compreensão do funcionamento da rede social no contexto desta pesquisa.

#### **4.2. Termos de Serviços**

Ao entrar no Facebook, muitos nem fazem ideia de que estão cedendo suas informações e os conteúdos que postam para uso da empresa que administra o site de relacionamento. Em troca do acesso e utilização da rede social de forma gratuita, o interessado concorda em receber anúncios definidos a partir do uso de seus dados pessoais, que são empregados para determinar, a partir de seus interesses, a relevância da peça publicitária que será exibida no seu perfil.

Não vendemos seus dados pessoais para anunciantes e não compartilhamos informações de identificação pessoal (como nome, endereço de e-mail ou outras informações de contato) com os anunciantes, a menos que tenhamos sua permissão específica. Em vez disso, os anunciantes nos informam os tipos de público que desejam que vejam os anúncios, e nós mostramos esses anúncios para pessoas que podem estar interessadas. Oferecemos aos anunciantes relatórios sobre o desempenho dos anúncios para ajudá-los a entender como as pessoas estão interagindo com o conteúdo. (Facebook. Termos de Serviços)

Ainda nesta seção, no item 3, entre as concessões feitas pelo usuário está a permissão para usar o conteúdo que cria e compartilha. Isso significa, por exemplo, que, se a pessoa compartilhar uma foto no Facebook, permite à empresa armazená-la, copiá-la e compartilhá-la com outras pessoas. O usuário dá permissão também para acesso ao seu nome, foto do perfil e informações sobre suas ações com anúncios e conteúdo patrocinado. Neste caso, por exemplo, o Facebook pode mostrar para seus amigos que você tem interesse em um evento anunciado ou que curtiu uma página criada por uma marca que pagou para exibir anúncios na rede social, entre outras. Além de autorizar o uso de suas informações, ao clicar em "aceito" os termos, o usuário também está permitindo que aplicativos ligados ao Facebook tenham acesso aos seus dados.

Embora a empresa afirme garantir a segurança dos dados, dois grandes escândalos envolvendo a rede social colocaram em xeque sua política de privacidade. O primeiro ocorreu após denúncias feitas, em 2013, pelo analista de sistemas Edward Snowden, de que o Facebook, entre outras empresas, teria colaborado com o programa de vigilância eletrônica dos Estados Unidos conhecido como Prism, da Agência de Segurança Nacional (NSA)<sup>43</sup>. Snowden, ex-administrador de sistemas da CIA e ex-funcionário da NSA, teve acesso a documentos que comprometiam várias empresas.

Segundo a denúncia, que veio a público em reportagens dos jornais *The Guardian* e *The Washington Post* e foi amplamente divulgada pela mídia<sup>44</sup>, o programa de vigilância do governo norte-americano permitiria que os dados dos usuários do Facebook fossem armazenados indefinidamente nos computadores da NSA. Entre os dados coletados estariam o correio eletrônico, conversas por áudio e por vídeo, vídeos, fotos, transferências de arquivos, notificações de login e outros detalhes pertinentes a redes sociais. O Facebook e as demais empresas citadas na denúncia negaram que houve colaboração e que somente fornecem informações de seus usuários por meio de ordem judicial.

Em 2018, a empresa foi novamente alvo de polêmica divulgada pela imprensa<sup>45</sup> por uso indevido de informações dos usuários da rede social pela empresa Cambridge Analytica. Desta vez, foi acusada de ter dado acesso aos dados de aproximadamente 87 milhões de usuários. Mark Zuckerberg foi convocado pelo Senado dos Estados Unidos a prestar esclarecimentos sobre a política de privacidade da rede social, as ferramentas de proteção dos dados e ações para se evitar as *fakenews*, principalmente com enfoque político e eleitoral. Zuckerberg assumiu o uso indevido das informações de usuários pela Cambridge Analytica, mas negou que o Facebook realiza a venda de dados de seus usuários. Confirmou a utilização de todo o conteúdo para fins publicitários com o objetivo de "melhorar a experiência do usuário".

---

<sup>43</sup> “EUA tem acesso direto aos servidores de Google, Facebook e Apple, diz jornal”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/eua-tem-acesso-direto-aos-servidores-de-google-facebook-e-apple-diz-jornal-5976/>; acesso em: 04/06/2020.

<sup>44</sup> “Entenda o caso de Edward Snowden, que revelou espionagem dos EUA”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>; acesso em: 04/06/2020.

<sup>45</sup> “Como a Cambridge Analytica recolheu dados do Facebook”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/como-a-cambridge-analytica-recolheu-dados-do-facebook.shtml>; acesso em: 04/06/2020. “O uso ilegal de dados do Facebook pela Cambridge Analytica”. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/03/19/O-uso-ilegal-de-dados-do-Facebook-pela-Cambridge-Analytica.-E-o-que-h%C3%A1-de-novo>; acesso em: 04/06/2020.

Resultado de estudos da empresa de análise de negócios Mixpanel, segundo notícia divulgada pelo site Uol<sup>46</sup>, aponta uma queda de 20% no engajamento dos usuários do Facebook após o escândalo envolvendo a Cambridge Analytica. Os dados mostram uma queda quase contínua na quantidade de curtidas, compartilhamentos e posts feitos na rede social em julho, outubro e dezembro de 2018, além de janeiro de 2019.

### **4.3. Política de Dados**

No documento sobre a Política de Dados, a empresa comunica a seus usuários sobre as informações que são coletadas durante o uso de seus produtos, inclusive os dados que são cadastrados quando se cria uma conta, cria ou compartilha conteúdo, envia mensagens ou se comunica com outras pessoas. Isso pode incluir informações presentes ou que se refira ao conteúdo que você fornece (como metadados), como a localização de uma foto ou a data em que um arquivo foi criado.

Coletamos informações sobre como você usa nossos produtos, como o tipo de conteúdo que você visualiza ou com o qual se envolve; os recursos que você usa; as ações que você realiza; as pessoas ou contas com que você interage; e o tempo, frequência e duração das suas atividades. Por exemplo, registramos quando você está usando e a última vez que usou nossos produtos, quais publicações, vídeos e outro conteúdo você visualizou nos nossos produtos. Nós também coletamos informações sobre como você usa recursos como nossa câmera. (Facebook. Política de Dados)

Essas informações são usadas pela empresa, segundo o documento, para, além de oferecer produtos, personalizar recursos e conteúdo, fazer sugestões aos usuários sobre serviços entre outras utilidades. Essas informações são compartilhadas com outros integrantes da rede social; aplicativos, sites e terceiros que usam os produtos da empresa; com anunciantes; com fornecedores e provedores de serviços, pesquisadores e acadêmicos, entre outros parceiros da empresa.

### **4.4. Padrões da Comunidade**

Entretanto, o documento mais relevante para esta pesquisa é o que expressa os Padrões da Comunidade, um guia do que é ou não permitido no Facebook, ou seja, as diretrizes que devem ser

---

<sup>46</sup> “Uso do Facebook caiu 20% desde escândalo de Cambridge Analytica. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/06/20/uso-do-facebook-caiu-20-desde-escandalo-de-cambridge-analytica.htm>; acesso em: 04/06/2020.

seguidas pelos membros da comunidade, uma vez que a normas de comportamento não são imediatamente discerníveis no espaço online. “É nesse espírito que pedimos aos membros da comunidade do Facebook para seguir estas diretrizes”, ressalta trecho do documento. Segundo a empresa, esses padrões são construídos a partir do *feedback* da comunidade e dos conselhos de especialistas de algumas áreas, como tecnologia, segurança pública e direitos humanos.

No documento, a empresa reconhece que a internet cria novas e muitas oportunidades de abuso e, por isso, limita a expressão com base em um ou mais dos seguintes valores: autenticidade, segurança, privacidade e dignidade. Quanto à autenticidade, a preocupação é que as pessoas não usem o Facebook para falsificar a própria identidade ou o que estão fazendo e produzindo, garantindo que o conteúdo postado seja autêntico. Segundo Kirkpatrick (2011), desde a criação da rede social houve a preocupação dos administradores com a uso da identidade verdadeira, e essa prática continua sendo uma diretriz importante no Facebook.

Anonimato, identidades falsas, pseudônimos e manobras de todo tipo sempre foram rotina na internet (...) A menos que interaja com os outros se apresentando como você mesmo, seus amigos não vão reconhecê-lo ou não vão querer acrescentá-lo como amigo. Uma maneira fundamental de outras pessoas no Facebook saberem que você é quem diz ser é examinando sua lista de amigos. Esses amigos de fato validam sua identidade. E para iniciar esse processo de validação circular, você precisa usar seu nome real. (KIRKPATRICK, 2011, p. 21)

O segundo valor é a segurança, cujo objetivo é conter ameaças que possam intimidar, excluir ou silenciar as pessoas o que, segundo o documento, não é permitido no Facebook. O tema começa a ser discutido na Parte I, que trata sobre o “Comportamento violento e criminoso”, que visa evitar a violência e incitação, e que potenciais danos *offline* possam estar relacionados ao conteúdo do Facebook. “Removeremos conteúdo, desativaremos contas e poderemos acionar as autoridades locais se notarmos um risco real de dano físico ou ameaça direta à segurança pública”, aponta trecho do documento.

Há restrições ainda à presença de organizações ou indivíduos que anunciem uma missão violenta ou que estejam envolvidos em violência física e simbólica. Isso inclui organizações ou indivíduos envolvidos nas seguintes atividades: ação terrorista, ódio organizado, assassinato em massa (incluindo tentativas) ou chacinas, tráfico humano, violência organizada ou atividade criminosa. Coíbe-se ainda a divulgação de crimes para evitar o comportamento de imitação. “Permitimos que as pessoas debatam e defendam a legalidade de atividades prejudiciais e criminais, bem como chamem a atenção para atividades desse tipo que possam ter presenciado ou vivenciado, desde que não haja defesa ou coordenação de danos.”

Para garantir a segurança, neste tópico, o texto informa ainda que é proibido que indivíduos, fabricantes e varejistas tentem comprar, vender ou negociar drogas não medicinais, medicamentos

e maconha. “Também proibimos no Facebook a compra, venda, doação, permuta e transferência entre particulares de armas de fogo, inclusive peças de armas e munição”, ressalta a diretriz. Outra orientação aborda a fraude e o dolo. Para evitá-los, a empresa promete remover conteúdo destinado a enganar pessoas para obter vantagem injusta, privar de dinheiro, propriedade ou direito legal.

Na Parte II, a segurança é o título da seção, que informa que haverá remoção de conteúdos que incentivem o suicídio ou a automutilação – agressão intencional e direta ao corpo, inclusive distúrbios alimentares. Também registra a proibição de conteúdo que explore sexualmente ou coloque crianças em perigo, mesmo que se tratem de imagens de crianças desnudas compartilhadas pelos próprios pais, sem más intenções. “(...) geralmente removemos essas imagens devido ao potencial de abuso por parte de outros e para evitar a possibilidade de reuso ou apropriação indevida dessas imagens por terceiros”, explica o texto do documento. A exploração sexual de adultos também é rechaçada, com remoção de conteúdo que exiba, defenda ou coordene serviços sexuais comerciais ou atos sexuais sem o consentimento de uma das partes, como prostituição e serviços de acompanhante. “Fazemos isso para evitar facilitar transações que possam envolver tráfico, coerção e atos sexuais sem consentimento”.

A privacidade, presente nas regras definidas nos Termos de Serviço e Política de Dados, reaparece nessa seção como terceiro valor fundamental. O texto do documento reafirma que a empresa investe grande esforço para garantir a segurança das contas e a proteção das informações pessoais e alerta os usuários para não publicarem informações pessoais ou confidenciais de outras pessoas sem o consentimento prévio delas.

A dignidade, o quarto valor que pauta as diretrizes, traz um apelo às pessoas para que respeitem o outro. Neste sentido, a prática de *bullying* e assédio são ações proibidas na interação no Facebook. A diretriz é clara ao informar que não há tolerância a esses comportamentos porque impedem que as pessoas se sintam seguras e respeitadas na rede social.

No caso de figuras públicas, removemos ataques graves, bem como certos ataques em que elas são marcadas diretamente na publicação ou no comentário. Para indivíduos privados, nossa proteção vai além: removemos conteúdo publicado com o objetivo de degradar ou constranger, como alegações sobre a atividade sexual de alguém. Entendemos que o bullying e o assédio podem ter um impacto emocional maior em menores de idade. Por isso, nossas políticas oferecem proteção intensificada aos usuários com idades entre 13 e 18 anos. (Facebook. Padrões da comunidade)

O documento também informa que conteúdos que facilitem ou coordenem a exploração humana, incluindo tráfico de pessoas – que compreende trabalho forçado, exploração sexual, ou qualquer outra prática imposta contra a vontade de uma pessoa – estão proibidos. “Eles se valem

do engano, da força e da coerção, e degradam os seres humanos ao privá-los de sua liberdade, beneficiando econômica ou materialmente quem as pratica.”

O discurso de ódio, que se disseminou nas redes sociais na última década, ganha um tópico específico na Parte III deste documento, intitulado Conteúdo Questionável. Essa forma de discurso também é proibida na rede, conforme as diretrizes, por criar um ambiente de intimidação e de exclusão que, em alguns casos, pode promover a violência no mundo físico. O Facebook define o discurso de ódio como um ataque direto a pessoas com base no que a empresa classifica como características protegidas: raça, etnia, nacionalidade, filiação religiosa, orientação sexual, casta, sexo, gênero, identidade de gênero e doença grave ou deficiência. A respeito do nível de gravidade dos ataques feitos durante a interação na rede social, o Facebook classifica os discursos em: violentos ou degradantes, declarações de inferioridade e incentivo à exclusão ou segregação (veja quadros em anexo).

Outras restrições são consideradas nesta parte do documento (Conteúdo Questionável), como a remoção de conteúdos que exaltem a violência ou celebrem a humilhação ou o sofrimento de outras pessoas, e a exibição de imagens com nudez ou atividade sexual. Tais temáticas são removidas, conforme texto do documento, para impedir o compartilhamento de produções que envolvam menores ou não tenham consentimento dos atores envolvidos. Embora a política do Facebook restrinja algumas imagens de seios femininos que incluam o mamilo, por exemplo, permitem outras imagens, incluindo as que mostram atos de protesto, mulheres engajadas ativamente na causa da amamentação e fotos de cicatrizes pós-mastectomia. Também são permitidas fotos de pinturas, esculturas e outras obras de arte que retratem figuras nuas.

Na parte IV, que trata da integridade e autenticidade, além das identidades genuínas, a orientação do Facebook é que os usuários não disseminem *spam* – termo usado para se referir às mensagens eletrônicas que são enviadas sem o seu consentimento do destinatário e que, geralmente, são despachadas para um grande número de pessoas – e notícias falsas. A mídia manipulada, ou seja, imagens, áudios ou vídeos editados e alterados para enganar, também é passível de ser removida. A propriedade intelectual é tratada na Parte V do documento. O texto orienta o usuário a, antes de publicar um conteúdo, verificar se tem o direito de fazê-lo em função dos direitos e propriedade intelectual. “Solicitamos que você respeite os direitos autorais, marcas comerciais e outros direitos legais alheios.”

A maioria dos temas e/ou conteúdos sujeitos a proibições e restrições nas orientações propostas pelos Termos e Políticas do Facebook, no entanto, podem ser permitidos quando as postagens visam ajudar as pessoas a gerar conscientização sobre algumas dessas questões; valorizam o debate de temas relevantes, como, por exemplo, a violação dos direitos humanos ou

atos de terrorismo; sejam usados para, em vez de violar padrões, fortalecer uma causa ou ser pauta educativa. “Em todos esses casos, permitiremos o conteúdo, mas esperamos que as pessoas indiquem claramente suas intenções, o que nos ajudará a compreender melhor por que compartilharam o referido conteúdo. Se a intenção não for clara, poderemos remover o conteúdo.”

O Facebook conta com as pessoas, usuárias e não usuárias da rede social, para que o conteúdo com potencial de violação das regras seja denunciado aos administrados do site. Podem ser alvos das denúncias: páginas, grupos, perfis, conteúdo individual e comentários. Além disso, os usuários ganham ainda controle sobre a própria experiência, podendo bloquear, deixar de seguir ou ocultar pessoas e publicações. As consequências da violação dos Padrões da Comunidade variam de acordo com a gravidade e com o histórico do usuário na plataforma. As punições vão desde a notificação por uma primeira violação às políticas, por exemplo, até a restrição da possibilidade de publicar no Facebook ou mesmo desativação do perfil caso a violação persista. Além disso, quando os administradores julgarem que há risco real de danos físicos ou ameaça direta à segurança pública, as autoridades serão notificadas.

Estes termos, que anteriormente eram conhecidos como Declaração de Direitos e Responsabilidades, constituem o acordo integral e atual – conforme última consulta feita ao documento online, em junho de 2020, entre o usuário e o Facebook. Eles substituem quaisquer acordos anteriores e podem ser atualizados, segundo a política da empresa, a qualquer momento para refletir de forma precisa os serviços e práticas. Caso haja alteração, o usuário deve ser notificado com um prazo mínimo de 30 dias de antecedência para que possa analisar as alterações e decidir se quer continuar usuário da rede social. Se após o prazo, continuar usando os serviços, será vinculado automaticamente às novas regras.

## 5 DECORO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

A noção de decoro é bastante utilizada no campo das ciências sociais; o termo, embora não tenha sido formalmente conceituado, é encontrado, particularmente, nos estudos de dois autores centrais da teoria sociológica contemporânea: Norbert Elias em *O processo civilizador* (2011) e Erving Goffman em *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face* (2011) e *A representação do eu na vida cotidiana* (2014). Apesar de os autores não serem representantes de uma mesma linhagem ou tradição sociológica – Elias é um expoente da Sociologia Figuracional<sup>47</sup> alemã, enquanto Goffman se destaca como um teórico de uma Sociologia das Ocasões<sup>48</sup> –, a opção pelo recorte temático sobre o decoro, nesta tese doutoral, nos permite dialogar com ambas as correntes. Enquanto Elias constrói uma sociologia a partir da análise processual histórica dos costumes e maneiras coletivas; Goffman adota uma perspectiva interacionista, concentrando-se nos detalhes concretos do que acontece entre indivíduos na vida cotidiana.

A exemplo de outros autores do campo das ciências sociais que fazem menção ao decoro, podemos ressaltar Bronislaw Malinowski, um dos fundadores da antropologia social, em seus estudos sobre *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*, publicado em 1926. O autor analisou as sociedades primitivas que não tinham a presença do Estado, mas observou uma forma de ordem jurídica baseada no respeito entre os membros do grupo e na reciprocidade das atividades. No trecho abaixo, entre outras passagens da obra, registra-se o uso do termo decoro.

Depois de sondar a questão com maior profundidade e reunir informações concretas, verifiquei que a quebra da exogamia – no que diz respeito a relações sexuais e não a casamentos – não é de modo algum ocorrência rara e que a opinião pública é condescendente, decididamente hipócrita. Se o caso é mantido às escondidas, guardado certo decoro, e se ninguém cria problema, a “opinião pública” bisbilhotará, mas não exigirá nenhum castigo rigoroso. (MALINOWSKI, 2003, p. 64)

Em outra publicação, *A Vida Sexual dos Selvagens*, três anos depois (em 1929), Malinowski dedica um tópico especial no capítulo Moralidades e Costumes para tratar de Decência e Decoro. Nesse relato, dá uma ideia dos costumes dos nativos, reunindo fatos da vida íntima e da fisiologia da alimentação, da excreção e dos cuidados com os aspectos anatômicos

<sup>47</sup> Caracteriza-se por estudar as pessoas de modo plural, e esses seres humanos são interdependentes numa variedade de modos, e as suas vidas são moldadas pelas figurações sociais que formam em conjunto.

<sup>48</sup> Estudo da ritualidade das pessoas em situações de interação, por meio da análise de olhares, gestos, posturas e as afirmações verbais intencionais ou não-intencionais. Interessam as pequenas condutas e os pequenos grupos ou reuniões, considerados “entidade móveis” ou “interações temporárias”.

do corpo, para mostrar o “respeito dos selvagens pelos sentimentos dos outros e a certos princípios biológicos sadios em que baseiam seu cotidiano” (MALINOWSKI, 1982, p. 435).

Nossa opção nesta investigação é tomar como referência Goffman e Elias para analisar os sentidos atribuídos ao conceito de decoro e sua influência nos modos de vida e nas novas sociabilidades contemporâneas. Antes de prosseguir, no entanto, vale a pena esclarecer a origem e os significados atribuídos à palavra decoro. O termo provém do latim *decorum* e significa decência, conveniência, conforme Rezende e Bianchet (2014). *Decorum* deriva da raiz *decor*, cuja acepção é o que fica bem, o que convém. Neste caso, duas ideias básicas parecem se fundir ao conceito de decoro: a decência, também derivação do latim *decentia*, que evoca o sentido de recato, compostura e honestidade de cada pessoa; e a conveniência, também do latim *convenientia*, de ser adequado, estar de acordo com as convenções, ou seja, agir em consonância com as regras morais e éticas preestabelecidas. Tomando como referência o sentido construído de decoro, passamos a analisar de que forma o termo está tratado pelos autores privilegiados neste capítulo.

Em *O processo civilizador – uma história dos costumes*, trabalho considerado sua obra-prima, Norbert Elias (2011)<sup>49</sup> reproduz o termo decoro como uma palavra utilizada habitualmente e de entendimento coletivo e público. A expressão se repete pelo menos duas dezenas de vezes ao longo de sua obra, em citações feitas a outros pensadores e nos trechos dos tratados e nos poemas para representar maneiras cortesias e códigos de conduta, como exemplo, em Erasmo, Castiglione, Della Casa, padre La Salle entre outros.

Nos seus estudos, Elias tem como ponto de partida a Idade Média, e busca compreender as transformações ao longo do tempo das estruturas de personalidade e comportamentos dos seres humanos até o início da era moderna. O autor ressalta que, antes mesmo desse período, muitos outros estudiosos já haviam se ocupado desse assunto. É ao longo de sua obra, porém, na condução da sua teoria sobre o desenvolvimento dos modos de conduta, que se torna possível perceber o emprego do termo decoro às primeiras regras de comportamento instituídas ainda na sociedade de corte<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Publicado originalmente sob o título *Über den Prozess der Zivilisation*, vol. I, em 1939, por Haus zum Falken, de Basileia, Suíça.

<sup>50</sup> Sociedade dotada de uma corte (real ou principesca) e inteiramente organizada a partir dela. Constitui uma forma particular de sociedade, cujo regime era centralizado e absolutista, em que o poder era concentrado nas mãos do rei. Refere-se ao Ancien Régime (antigo regime), sistema social e político aristocrático estabelecido na França, bem como ao modo de viver das populações europeias nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII.

Logo no primeiro capítulo do livro sobre a história dos costumes – da sociogênese dos conceitos de “civilização” e “cultura” – em que destaca a antítese entre os conceitos de *Kultur* e *Zivilisation*<sup>51</sup>, Elias, em uma referência à obra do filósofo alemão Immanuel Kant de 1784, apresenta o decoro com sentido de compostura e regras de comportamento, ressaltando: “Cultivados a um alto grau pela arte e pela ciência, somos civilizados a tal ponto que estamos sobrecarregados por todos os tipos de decoro e decência social...” (KANT, 1784, *apud* ELIAS, 2011, p. 27). Num segundo momento, ainda nesse capítulo inicial, Elias traz à tona novamente o termo como “leis prescritas” ao destacar uma observação de Fontane.

O inglês, observa Fontane, tem mil confortos, mas nenhum conforto. O lugar de conforto é tomado pela ambição. Ele está sempre pronto para ser recebido e conceber audiências... Muda de roupa três vezes ao dia; à mesa observa – e também na sala de estar e de visitas – certas leis prescritas de decoro. É um homem distinto, um fenômeno que nos impressiona, um mestre de quem recebemos lições. Mas com nosso assombro se mistura uma nostalgia infinita de nossa Alemanha pequeno-burguesa, onde as pessoas não têm mesmo uma vaga ideia de como representar, mas são capazes de tão esplêndida, confortável e aconchegantemente viverem. (ELIAS, 2011, p. 48)

Outra menção ao decoro é feita por Elias justamente quanto apresenta a primeira evidência literária da evolução do verbo *civiliser* (*civilisation*). Segundo o autor, esse registro surge inicialmente na literatura, na obra de Mirabeau, na década de 1760.

Maravilho-me de ver, diz ele, como nossas opiniões, falsas em todos os sentidos, se enganam no que consideramos ser civilização. Se perguntar o que é civilização, a maioria das pessoas responderia: suavização de maneiras, urbanidade, polidez, e a difusão do conhecimento de tal modo que inclua o decoro no lugar de leis detalhadas: e tudo isso me parece ser apenas a máscara da virtude, e não sua face, e civilização nada faz pela sociedade se não lhe dá por igual a forma e a substância da virtude. (MIRABEAU *apud* ELIAS, 2011, p. 51).

Observa-se, neste caso, que na busca do autor por evidenciar os primórdios do uso do conceito francês de *civilisation*, a palavra decoro já era utilizada com regularidade e seu sentido, por não suscitar explicações, supõe-se que era bem compreendido. O substantivo decoro continua a ser empregado quando Elias mostra que o termo *civilité* (civilidade) foi cunhado e adquiriu sentido para a sociedade ocidental, no segundo quartel do século XVI, por meio do curto tratado de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade em crianças), de 1530. O livro de Erasmo trata do comportamento social das pessoas em sociedade

---

<sup>51</sup> Elias discute os conceitos de *Kultur* e *Zivilisation* no desenvolvimento das relações sociais na Alemanha e França, desde o século XVI. Para os alemães, o termo civilização é um conceito de segunda categoria, uma vez que não alude a características intelectuais do povo alemão, e sim a comportamentos e atitudes, como é o caso francês no desenvolvimento do mesmo conceito.

e, embora não exclusivamente, ‘do decoro corporal externo’ e teria sido escrito para a educação das crianças.

Com grande cuidado, Erasmo delimita em seu tratado toda a faixa de conduta humana, as principais situações da vida social e de convívio. Com a mesma naturalidade fala das questões mais elementares e sutis das relações humanas. No primeiro capítulo, trata das “condições decorosa e indecorosa de todo o corpo”, no segundo da “cultura corporal”, no terceiro de “maneiras nos lugares sagrados”, no quarto em banquetes, no quinto em reuniões, no sexto nos divertimentos e no sétimo no quarto de dormir. (ELIAS, 2011, p. 69)

Muitas vezes, ao longo do estudo de Elias, frases destacadas dos códigos analisados reafirmam o decoro como costume enraizado que deveria ser seguido por “atitudes decorosas”; caso contrário seria julgado negativamente ou no sentido da falta de decoro ou “indecorosas”, como na citação feita no parágrafo anterior.

Faz parte do decoro e do pudor cobrir todas as partes do corpo, com exceção da cabeça e das mãos. (...) [De Les règles de la bienséance et de la civilité chrétienne, de La Salle, Rouen, 1729, p.45 e segs.] (ELIAS, 2011, p. 132)

É vil limpar o nariz com a mão nua ou assoar-se na manga ou nas roupas. É inteiramente contrário ao decoro assoar o nariz com dois dedos e, em seguida, lançar a sujeira no chão e enxugar os dedos na roupa. [De Les règles de la bienséance et de la civilité chrétienne, de La Salle, Rouen, 1729, no capítulo intitulado “Do Nariz e da Maneira de Assoar o Nariz e Espirrar”, p.23] (ELIAS, 2011, p. 145).

Ouço frequentemente dizer que povos inteiros viveram com tanta moderação e se conduziram com tanto decoro que escarrar tornou-se inteiramente desnecessário para eles. [De Galateo, de Della Casa, extraído da edição em cinco idiomas – Genebra, 1609, p. 570] (ELIAS, 2011, p. 151).

Quando se despir, quando se levantar, não esqueça do decoro e cuidado para não expor aos olhos de outras pessoas qualquer coisa que a moralidade e a natureza exigem que seja ocultada. [De Civilitate morum puerilium, de Erasmo, Cap. 12, “Do Quarto de Dormir”, 1530] (ELIAS, 2011, p. 158).

Nessa perspectiva, os preceitos da sociedade de corte reaparecem e se refinam ao longo do percurso civilizatório. As regras reafirmam como não cair em tentação e se tornar um glutão em relação à comida, no hábito higiênico de lavar as mãos antes de jantar, os anátemas contra escarrar, assoar-se, o uso indevido da faca, o vestuário, referências às funções corporais, o comportamento sexual. Explica: “Vemos que Erasmo, como outros autores que antes e depois dele escreveram sobre conduta, é acima de tudo um compilador de boas ou más maneiras, que encontra a própria vida social” (ELIAS, 2011, p. 81).

Elias percorreu diversos períodos históricos analisando como se deu o refinamento das ações dos indivíduos diante de seus pares e a transposição de ações consideradas vergonhosas e nojentas apenas para o plano privado da vida individual. Esse recolhimento de determinadas ações é o resultado da coação entre os indivíduos e no ato de observação de uns sobre os outros.

O sociólogo considera o tratado de Erasmo como um ponto na curva da civilização que representa uma elevação do patamar de vergonha, em comparação com épocas precedentes e, se comparado com tempos mais recentes, à falta de vergonha que, para muitos, pode parecer incompreensível e embaraçosa. Mas, ao mesmo tempo, fica claro em sua obra que esse tratado tem precisamente a função de cultivar sentimentos de vergonha.

(...) impulsos ou inclinações socialmente indesejáveis são reprimidos com mais rigor. São associados ao embaraço, ao medo, à vergonha ou à culpa, mesmo quando o indivíduo está sozinho. Grande parte do que chamamos de razões de “moralidade” ou “moral” preenche as mesmas funções que as razões de “higiene” ou “higiênicas”: condicionar as crianças a aceitar determinado padrão social. (ELIAS, 2011, p. 148)

A vergonha passou a acompanhar formas de comportamento que antes haviam estado livres desse sentimento. Nesse quesito, enfatiza Elias, ao analisar o hábito de usar camisolas especiais contrapondo o costume de, até então, dormir nu, por exemplo. A nudez passa à esfera íntima e privada e assume, sobretudo para os mais jovens, uma conotação moralística específica, reforçando o sentimento de vergonha. Determinados comportamentos e os valores a eles atribuídos contribuem para alterações na estrutura mental e emocional das pessoas e no autocontrole das ações, emoções e, com efeito, na transformação da personalidade dos indivíduos. Em decorrência, são criados códigos de conduta, garantindo o direcionamento da vida e das relações das pessoas estabelecendo estilos de vida e formas de visualizar o mundo, explica Elias. “Esses poemas e tratados são em si mesmo instrumentos diretos de ‘condicionamento’ ou ‘modelação’, de adaptação do indivíduo a esses modos de comportamento que a estrutura e situação da sociedade onde vivem tornam necessários”. (ELIAS, 2011, p. 90). O autor realça que os paradigmas de conduta social são construídos na interação entre os membros de uma sociedade, portanto tem um aspecto relacional.

A análise eliasiana mostra que o processo civilizador não segue uma linha reta, ao contrário, é construído, reconstruído e transformado de acordo com a lógica histórica e social. “Em todas as fases ocorrem numerosas flutuações, frequentes avanços ou recuos dos controles internos e externos” (ELIAS, 2011, p. 178). Nesse processo, a ideia a respeito da redução ou perda da vergonha contrapõe-se ao esforço de escondê-la. Elias esclarece que, nos manuais de comportamento e etiqueta – analisados por ele dos séculos 13 ao 19 –, a vergonha é a emoção mestra no controle do comportamento social e do decoro. Mas, a partir do século 18, ela foi gradualmente menos evidenciada e citada nos próprios manuais, que, na opinião do autor, silenciaram-se no que diz respeito às funções corporais e à sexualidade, por exemplo, dando ênfase ao orgulho, ao respeito, à evitação da vergonha e ao embaraço.

A partir do século 19, conforme Elias, as regras do decoro não são mais estipuladas por intermédio do discurso entre os adultos, com a definição de justificativas direcionadas aos mesmos. Inclui também as crianças com o intuito de preservar e reforçar atitudes aprovadas socialmente e marcar aquelas proibidas que acabam por implicar o conceito de vergonha.

Convém ressaltar que Elias se preocupou em entender a interação social pautada por um processo civilizador como um fluxo aberto, mas direcionado, de avanço do limiar da vergonha e da repulsa, e pelas configurações que emergem das relações de interdependência entre os indivíduos, racionalização e diferenciação das esferas sociais, com a conseqüente diminuição dos contrastes e o aumento das variações nas mesmas; Goffman, por sua vez, preocupou-se em desvendar como os indivíduos constroem essa interação, teorizando a indeterminação social, mesmo em mundos sociais moralizados, e os múltiplos sentidos da comunicação em variáveis interacionais tensas e criativas.

Em *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face* (GOFFMAN, 2011)<sup>52</sup>, uma coletânea de artigos resultados de pesquisas realizadas entre 1950 e 1960, baseadas em etnografias que buscam identificar o comportamento de pessoas em situação de interação, o sociólogo vai construindo, ao longo do estudo, as bases para a compreensão do decoro nas relações face a face.

Desde o primeiro ensaio do livro, "Sobre a preservação da fachada: uma análise dos elementos rituais na interação social", em sua análise a respeito do esforço de manter uma atitude coerente diante dos outros, Goffman mostra que na expressão de atos verbais e não verbais a pessoa sustenta um comportamento-padrão, que está diretamente relacionado às regras. "Parece que em qualquer sociedade, sempre que surge a possibilidade física da interação falada, um sistema de práticas, convenções e regras de procedimentos entra em jogo, funcionando como um meio de orientar e organizar o fluxo de mensagens" (GOFFMAN, 2011, p. 41). Partindo dessa premissa de que as pessoas acabam agindo de acordo com as convenções, também em ocasiões de fala, Goffman aponta que o sujeito demonstra preocupação de como lidar consigo próprio e com outros envolvidos na interação. Essas regras de conduta são construídas em determinada lógica interna e com certos sentidos, podendo ser mantidas ou interrompidas provocando conseqüências para as interações sociais, como bem ressalta o autor no capítulo "A natureza da deferência e do porte". Neste ensaio, o autor declara que as regras e as punições relacionadas à desobediência das mesmas têm uma importância fundamental como elemento de equilíbrio e de referência significativa de determinado grupo social:

---

<sup>52</sup>Título origina em inglês: *Interaction Ritual – Essays on face-to-face behavior*, de 1967.

Uma regra de conduta pode ser definida como um guia para a ação, recomendada não porque ela é agradável, barata ou eficiente, mas porque é apropriada ou justa. As infrações caracteristicamente levam a sentimentos de desconforto e a sanções sociais negativas. As regras de conduta impregnam todas as áreas de atividade e são mantidas pelo nome e honra de quase tudo. (...) A ligação a regras leva a uma constância e padronização de comportamento; ainda que esta não seja a única fonte de regularidade nas atividades humanas, ela certamente é importante. (GOFFMAN, 2011, p. 54).

Nesse desenho de direcionamento das interações e estilos de vida está incluído o decoro, que ganha destaque no final do quinto ensaio, "Sintomas mentais e a ordem pública", como uma espécie de desvio aos códigos reguladores de comportamento.

As regras de conduta de face a face que prevalecem numa dada comunidade estabelecem a forma que a comunhão face a face deve ocorrer, e resulta então uma espécie de "Paz do rei", garantindo que as pessoas respeitarão umas as outras através do idioma de respeito disponível, manterão seu lugar social e seus compromissos interpessoais, emitirão e não se aproveitarão do fluxo de palavras e pessoas e tratarão bem a ocasião social. As ofensas contra essas regras constituem impropriedades situacionais; muitos desses delitos prejudicam os direitos de todos os presentes e constituem ofensas transmitidas publicamente, independentemente do fato de que muitas parecem ser motivadas pela relação particular do ofensor com pessoas particulares presentes, ou mesmo com pessoas ausentes. Essas impropriedades não são, em primeira instância, um tipo linguístico de comunicação interpessoal, e sim exemplos de desvios de conduta públicos – um defeito não na transmissão de informação ou de relações interpessoais, mas do decoro e do porte que regulam a associação face a face. (GOFFMAN, 2011, p. 143).

Goffman trata também do decoro em sua obra intitulada *A representação do eu na vida cotidiana*<sup>53</sup>. Neste estudo, o autor anuncia o decoro relacionado à representação social e certifica que "a representação de um indivíduo numa região de fachada pode ser vista como um esforço para dar a aparência de que sua atividade nessa região mantém e incorpora certos padrões" (2014, p. 121). Ele divide esses padrões em dois grandes grupos: polidez e decoro.

Os padrões de polidez se referem à maneira pela qual o ator trata a plateia, enquanto está empenhado em falar com ela ou num intercâmbio de gestos que substituam a fala. Já os padrões de decoro tratam do comportamento do ator enquanto está ao alcance visual ou auditivo da plateia, mas não necessariamente empenhado em conversar com ela. Goffman, ao analisar o decoro, estabelece dois subgrupos: moral e instrumental.

Os requisitos morais são um fim em si mesmo e presumivelmente se referem a regras que dizem respeito a não ingerência nos assuntos dos outros, e à tranquilidade destes, regras concernentes à propriedade sexual, o respeito pelos lugares sagrados etc. Os requisitos instrumentais não são fins em si mesmo e presume-se que se referem a deveres tais como os que o empregador poderia exigir de seus empregados (...). (GOFFMAN, 2014, p. 121 e 122).

---

<sup>53</sup> Título do original em inglês: *The Presentation of Self in Everyday Life*, de 1959, de Goffman, editado por Doubleday Anchor Books.

Mas, ao examinar a ordem mantida em uma dada região, Goffman verifica que tanto a modalidade de exigência moral quanto a instrumental parecem afetar de maneira semelhante o indivíduo, e que ambos são usados como justificativas para a conservação de muitos padrões. “Desde que o padrão seja mantido por sanções e por alguém que as exerça, será geralmente de pouca importância para o ator saber se o padrão se justifica principalmente por motivos instrumentais ou morais, ou se lhe pedem ou não, que incorpore o padrão” (GOFFMAN, 2014, p. 122).

Reitera o autor que, embora o comportamento decoroso possa demonstrar respeito pela região e pelo cenário, pode também ser motivado pelo desejo de impressionar positivamente a plateia, evitar sanções, entre outras. Segundo ele, é importante notar que os requisitos de decoro são mais penetrantes que os da polidez porque, de maneira geral, o decoro está mais associado com a expressão emitida. “Os atores podem deixar de se expressar [ser polidos], mas não podem deixar de emitir expressões [se comportarem]” (GOFFMAN, 2014, p. 122).

No que se refere às instituições sociais, apesar de ser difícil, é importante entender e descrever os padrões de decoro que prevalecem. “É difícil fazê-lo, porque os informantes e os estudiosos tendem a considerar naturais esses padrões, não percebendo que procederam assim até que ocorre um acidente, uma crise ou circunstância peculiar” (GOFFMAN, 2014, p. 122). Em seus estudos, Goffman analisa uma série de exemplos de decoro – em escritórios, nas conversas informais de funcionários, em locais sagrados e de trabalho, na simulação de trabalho e da ociosidade – procurado desnaturalizar os padrões.

Ademais do decoro, o autor apresenta outros conceitos centrais como self, ordem moral, ritual de interação, interação simbólica, jogo social, relação linha-fachada, manipulação de identidade e carreira moral, que, nesta tese, especialmente, escolhemos nos ater à questão do decoro. Entendemos o decoro numa relação binária com a polidez e isso inclui o sujeito, a ordem moral, o ritual de interação, temas tão bem trabalhados na literatura goffmaniana.

Ao atentar para os sentidos atribuídos ao decoro tanto no estudo de Elias quanto nas obras de Goffman, percebe-se que o termo remete a ideias de conduta aceitável, decência, conveniência e, sobretudo, relacionado à moral. Para melhor compreensão, vale a pena entender o significado de moral. A palavra provém do latim *moralis*, *morale* que diz respeito aos costumes. Ambas vêm da raiz *mores*, que são o conjunto de normas que define ideias fundamentais sobre o certo e o errado, louvável e repugnante, bom e mau, virtuoso ou pecaminoso, entre outras antinomias do comportamento humano, segundo Johnson (1997).

Os mores são importantes não só porque regulam o comportamento, mas porque a visão moral sobre a qual se baseiam constitui uma grande fonte de coesão e de continuidade sociais em comunidades humanas. Normas que proíbem o incesto, o assassinato, a traição e outras formas de deslealdade, o abandono das obrigações familiares e a profanação de símbolos religiosos e civis são todas elas partes dos mores da maioria das sociedades. Devido à sua importância, os mores assumem tipicamente a forma de leis, com fortes sanções tais como prisão, exílio, ostracismo e execução. (JOHNSON, 1997, p. 154)

Johnson apresenta ainda no conceito de *mores* quatro características básicas do comportamento moral do ponto de vista sociológico: jamais tem o interesse pessoal do ator como objetivo principal; inclui um aspecto de comando, o que faz com que todas as pessoas sintam obrigação de fazer o que é certo; é vivenciado como sendo desejável e dele se tira certa satisfação, prazer; e é considerado como sagrado, no sentido em que sua autoridade é experimentada como além do controle humano. Em síntese, afirma o sociólogo, “ao contrário de outros tipos de normas, os *mores* são considerados imutáveis e inerentes à vida social, e não como uma criação social sujeita a mudança” (JOHNSON, 1997, p. 154).

Mas na perspectiva dos estudos realizados por Elias, e por Goffman também, o desenvolvimento tanto dos modos de conduta como da moral não é um processo natural do homem, nem um legado divino, pelo contrário, foram construídos por um longo processo de condicionamento e de adestramento.

A “civilização” que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social particular, e de correspondentes formas de comportamento (ELIAS, 2011, p.70).

Nesse sentido, essa linha de pensamento que busca compreender o processo de transformação na estrutura psíquica e comportamental dos homens remete à filosofia nietzschiana, que confronta o homem – por meio de um estudo genealógico da moral – para também compreender a origem desses valores (seu nascimento, sua invenção), bem como o valor desses valores.

Necessitamos uma crítica dos valores morais, e antes de tudo deve discutir-se o “valor destes valores”, e por isso é de toda a necessidade conhecer as condições e os meios ambientes em que nasceram, em que se desenvolveram e deformaram (a moral como consequência, máscara, hipocrisia, enfermidade ou equívoco, e também a moral como causa, remédio, estimulante, freio ou veneno) conhecimento tal que nunca teve outro semelhante nem é possível que o tenha (NIETZSCHE, 2002, § 6, p. XIV).

A genealogia nietzschiana contrasta com a ideia de que moral se define como algo imutável. Ao afirmar que tudo veio a ser, para Nietzsche, não existem fatos eternos nem verdades absolutas. Ele critica a falta de sentido histórico dos filósofos e afirma que tudo o que

se declara sobre o homem não passa de testemunho sobre o homem de um espaço de tempo bem limitado. “(...) inadvertidamente, muitos chegam a tomar a configuração mais recente do homem, tal como surgiu sob a pressão de certas religiões e mesmo de certos eventos políticos, como a forma fixa de que se deve partir” (NIETZSCHE, 2002, § 2, p. 16).

Conforme Nietzsche, foi preciso que pela dor, suplícios, martírios e sacrifícios cruentos, auxílio mais poderoso da memória, o homem fosse educado e disciplinado, para lembrar bem de suas promessas e, com efeito, não as descumprir.

O prodigioso trabalho daquilo a que eu chamei moralização dos costumes, o verdadeiro trabalho do homem sobre si mesmo durante o mais longo período da espécie humana, todo o seu trabalho pré-histórico, toma aqui a sua significação e a sua justificação, qualquer que seja o grau de tirania, de crueldade e de estupidez que lhes é própria; unicamente, pela moralização dos costumes e pela camisa de força social, chegou o homem a ser realmente apreciável (NIETZSCHE, 2002, §2, p. 29).

Ainda que Nietzsche tenha trabalhado a coerção e a violência no campo da filosofia, também podemos pensá-las na sociologia de Elias e Goffman. Para Elias, tais conceitos são eficazes na moralização dos costumes e a abordagem processual deveria ser indispensável para a sociologia ou teorias de outra natureza que se propõem a tratar dos seres humanos e do desenvolvimento progressivo da sociedade humana. Da mesma forma, a coercitividade é uma característica geral atribuída por Goffman às regras sociais. Elas se evidenciam nos modelos ou impressões conceituais do espaço, da linguagem, do jogo, entre outras combinações. Grande parte da obra deste sociólogo é dedicada à observação e descrição de tipos de comportamento que violam as regras de interação social.

Oliveira (1994) considera a moralidade como um dos componentes estruturais da cultura, nesse sentido, constitutivo de qualquer sociedade, e recorre a Simmel para firmar a distinção entre costume e moralidade associando a esta última a razão como elemento essencial. Ainda segundo Oliveira, o costume está relacionado às convenções estabelecidas em uma sociedade e a moralidade é entendida como “ação proba, baseada em princípios”. Para o autor, se distinguimos costume e moralidade e aceitamos que a moralidade deve ser orientada “por normas sujeitas à argumentação racional, significa que os juízos morais sempre podem ser negociados no interior de comunidades de comunicação, tal como sugere a ética discursiva”. (OLIVEIRA, 1994, p. 114). Esse entendimento ancora as análises desta investigação.

A partir dessas tradições sociológicas, resultantes tanto dos estudos de Elias sobre as maneiras e os costumes que nos conduziram aos nossos dias, quanto da compreensão de Goffman das situações de interação que causam embaraço ou informam quando duas pessoas estão juntas, percebe-se que o decoro – conjunto de normas construídas socialmente em um contexto específico, obedecendo uma lógica própria que regula o comportamento humano no

convívio social, ditando princípios do permitido e proibido pelas convenções sociais – é também resultante desse processo histórico evolutivo do homem e, portanto, passível das mudanças decorrentes dos diferentes períodos de desenvolvimento social.

A questão por que o comportamento e as emoções dos homens mudam é, na realidade, a mesma pergunta por que mudam suas formas de vida. Na sociedade medieval, desenvolveram-se certas formas de vida e o indivíduo era obrigado a viver dentro delas como cavaleiro, artesão, ou servo de gleba. Em sociedades posteriores, diferentes oportunidades, diferentes formas de vida surgiram, às quais o indivíduo tinha que se adaptar. Se pertencia à nobreza, podia levar a vida de cortesão. Mas não podia mais, mesmo que isso desejasse (e muitos desejaram), levar a vida mais desinibida do cavaleiro. A partir de certo tempo, essa função, esse estilo de vida, desapareceu na estrutura da sociedade (ELIAS, 2011, p. 193-194).

E como acontece em períodos de transição entre diferentes formas de organização da sociedade, o quadro certamente muda ao se tratar das formações sociais contemporâneas. Como bem retrata Castells (2016), vivemos em tempos confusos e as categorias intelectuais cunhadas no passado para compreender o que acontece à nossa volta podem não dar conta do novo. Desde o final do século XX, várias transformações sociais, tecnológicas, econômicas e culturais importantes ocorreram, gerando o que o autor chama de “a sociedade em rede”, ou seja, uma sociedade caracterizada pela globalização das atividades econômicas, por sua organização em redes, por uma cultura da virtualidade real construída por um sistema de meios de comunicação onipresentes, interconectados e diversificados.

Por ser formada por interconexões em todas as dimensões fundamentais da organização e práticas sociais, houve um “rápido crescimento da demanda social por organização em rede de qualquer coisa, suscitada tanto pelas necessidades do mundo empresarial quanto pelo desejo do público de criar suas próprias redes de comunicação” (CASTELLS, 2016, p. 18). Essas estruturas de comunicações horizontais foram construídas em torno das iniciativas, desejos e interesses das pessoas que, de diferentes modos, utilizam recursos múltiplos, como documentos, fotografias, projetos cooperativos, músicas, filmes, movimentos de ativismo social, político e religioso, fóruns com envio global de vídeos, áudios e textos. Nos espaços virtuais é possível observar uma multiplicidade de conteúdo que é disparado dando um caráter diversificado e difuso ao ambiente, retratando um estilo de vida contemporâneo, sobretudo para os jovens, como afirma Castells: “Para centenas de milhões de usuários de internet com menos de 30 anos de idade, as comunidades on-line se tornaram uma dimensão fundamental da vida cotidiana que continua a crescer em toda parte (...)” (CASTELLS, 2016, p. 22).

Na leitura do sociólogo espanhol, atualmente, vivemos hibridamente em presença física e virtual nas redes interativas de computadores, que estão influenciando as vidas

contemporâneas em um fluxo constante e veloz. Explica o autor: “As mudanças sociais são tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica” (CASTELLS, 2016, p. 62). Com efeito, é notável os níveis de complexidade nunca antes atingidos e uma crise que afeta todos os setores da sociedade, bem como os processos de interação social e, conseqüentemente, a concepção e percepção das regras de conduta, decoro e moral.

Essa crise atinge também o âmago do sujeito pós-moderno, que tem efeito pluralizante sobre as identidades, segundo Hall (2015, p. 51), “produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas, unificadas ou trans-históricas”, como ocorria em outros períodos da história.

Para o sujeito pós-moderno, ainda segundo Hall, não existe uma identidade fixa, essencial ou permanente. Ela está suspensa, em transição, entre diferentes posições. É formada e transformada por complicados cruzamentos e misturas culturais do mundo globalizado, e torna-se uma “celebração móvel”. Assume contornos históricos e não biológicos e o sujeito apropria-se de identidades diferentes em momentos diferentes, às vezes contraditórias, que impulsionam suas ações em inúmeras direções, de modo que suas identificações são continuamente deslocadas. Nesse contexto, é possível verificar os conflitos de identidade, que entre outros elementos estão inscritos no consumo como estilo contemporâneo (CAMPBELL, 2006). Seria justamente em resposta à “crise de identidade” que o homem contemporâneo ou pós-moderno teria se lançado na cultura do consumo para afirmar, confirmar ou até mesmo construir suas mutáveis identidades e estilos de vida.

Nesse cenário de novas formas de sociabilidades mediadas pela interação virtual, pela cultura e economia globalizadas, pelas múltiplas identidades individuais e social, pelo consumismo e narcisismo; a noção de capitalismo informacional globalizado gerador de fluxos materiais e simbólicos, de Castells, conjugada às noções de sujeito pós-moderno, de Hall, e crises de identidade, de Campbell, vão de encontro aos postulados eliasianos e goffmanianos de que o indivíduo, enquanto subjetividade co-dependente vinculada em figurações sociais móveis – para Elias – e enquanto ator e agente social, jogador do jogo social e imagem moralizada e reflexiva de si e para o outro – em Goffman –, está em constante acomodar-se, manipular-se e reconstruir-se emocional e moralmente.

A mediação das relações sociais pela tecnologia diferencia este momento histórico de outros, como a sociedade de corte, analisada por Elias, e a civilização industrial, época em que se desenvolveram os estudos de Goffman, períodos em que o conceito de decoro já era utilizado. Na sociedade contemporânea, o significado atribuído ao decoro enquanto domínio comum dos

costumes tem se tornado cada vez mais complexo e de difícil definição, portanto, lançar mão de autores clássicos das ciências sociais, como os aqui referenciados, contribui para mobilizar novas reflexões, tomando-os como base e linha de ancoragem.

## 6 DISCUTINDO O DECORO NO FACEBOOK: ESTUDOS DE CASO

### 6.1. Primeiro Caso: Você está falando com polícia!

O caso que apresentamos faz referência a um vídeo, de 29 segundos, que registra o desentendimento entre dois homens em uma rua do bairro Recanto das Emas, em Brasília, e que ganhou ampla repercussão no Facebook. A publicação, feita no *feed* de notícias de um usuário da rede social no dia 9 de agosto de 2017, registrou, até dezembro de 2019, 14 mil comentários, 233 mil compartilhamentos, 7,7 milhões de visualizações e mais de 17 mil manifestações por meio do botão *Reactions* (Curti, Amei, Haha, Uau, Triste e Grr).

Optamos por reproduzir a filmagem em fotografias (resumida abaixo na sequência de imagens capturadas do vídeo) que mostram um homem branco, de meia idade, trajando camisa social clara com listras escuras, de mangas longas, colocada por dentro da calça – jeans azul marinho –, calçando tênis branco com detalhe em preto; abordando um transeunte de pele escura, que aparenta ser mais velho devido à barba e aos cabelos grisalhos, usando uma camisa preta, com as mangas dobradas até a altura dos cotovelos, por fora da calça – jeans desbotado –, com sapatos marrons, carregando uma lata semelhante a um spray de tinta. A rua, com carros estacionados junto ao meio fio e também sobre a calçada, registra pouca movimentação de pessoas.

**Figura1: Cenas da abordagem policial ao transeunte**



Fonte: vídeo disponível em: <https://youtu.be/pYq6IsNEnLM>. Acesso em 03/10/2019.

O homem de camisa listrada manda o transeunte encostar (1). “Por favor, encosta ali”, diz, abrindo uma carteira, supostamente uma credencial, mostrando-a rapidamente e guardando-a no bolso novamente. O transeunte questiona a ordem e responde: “Que encostar rapaz. Vai encher seu cu de rola” (2). Com a reação inesperada do transeunte, o homem de camisa listrada o empurra e o derruba no chão (3 e 4), no meio da rua, e grita: “Você tá doido, rapaz? Você tá falando é com um polícia. Não está falando com moleque não! Respeita!”, apontando o dedo indicador para o rosto do senhor que foi abatido. “Respeita você!”, retruca o passante, ainda deitado no chão, e com o outro sobre o seu corpo (5). O homem que se declarou policial continua gritando: “Você está falando com polícia!”. O transeunte dá um sorriso irônico e pergunta: “Você é polícia?”. O outro responde: “Eu sou polícia, tô falando para você!”. O passante questiona mais uma vez: “Tem certeza disso?”, apontando o dedo indicador para ele (6). “Absoluta, aqui ó”, responde o policial, retirando o que provavelmente seria sua identidade profissional e novamente exibindo-a próximo ao rosto do transeunte (7). Em seguida, guarda o documento, se afasta, deixa o passante se levantar e acrescenta: “Você não faz o que está fazendo não!”. Em resposta, o transeunte retruca: “Que que é isso rapaz!” (8). Aparentemente, o fato foi presenciado por três pessoas: duas que observavam do outro lado da rua e que não tiveram seus rostos filmados, e a terceira que fez a gravação do vídeo. Por fim, o homem que se identificou como policial diz ao transeunte: “Se levanta e encosta ali. Estou te mandando encostar ali. Estou falando para você que sou polícia! Encosta ali!” (9).

O policial foi identificado pelo autor da postagem como delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, Haendel Fonseca. O ato da fala do homem que se autodeclarou policial na filmagem: “Você tá falando é com um polícia” nos remete ao texto de Roberto Damatta (1997) “Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil”. Explica o autor que esse é um ritual autoritário da sociedade brasileira, especialmente em situação de conflito, para registrar a hierarquia, a separação e o status social dos personagens envolvidos.

A cena postada na rede social mostra a reação do policial, que sentiu sua autoridade ameaçada publicamente em um cenário de disputa e de desordem. O conflito parece se estabelecer, neste caso, por falha de comunicação e pela performance “à paisana” do delegado que é incoerente com o papel e a atividade desempenhados e o status de autoridade na escala de valores sociais da cultura brasileira. Com trajes de cidadão comum, naquela situação específica, em uma abordagem que é atribuída aos policiais militares, uniformizados de acordo com o seu lugar de autoridade, dificilmente seria reconhecido como agente da polícia pelo transeunte abordado. Ademais de ser um delegado – responsável por administrar a delegacia,

coordenar o trabalho dos policiais civis na investigação de crimes, solicitar prisões, medidas protetivas e auxiliar o trabalho da Justiça – o policial civil, nesse caso, ocupava um cargo administrativo de chefe de gabinete da Secretaria de Justiça e Cidadania e, por isso, não lhe é exigido o uso de farda que torne visível seu lugar de autoridade policial.

O vídeo é acompanhado pelo texto do autor da postagem: “ABSURDO! O Chefe de gabinete do secretário de Justiça e Cidadania, ARTHUR BERNARDES, o Delegado Haendel Fonseca da PCDF, AGRIDE IDOSO no Recanto das Emas. Olha só o despreparo desse servidor público. Um verdadeiro absurdo!”

O autor revela seu posicionamento logo na primeira palavra grafada em letra maiúscula: ABSURDO!, algo fora da normalidade, sem propósito, razão ou sensatez; com o uso do ponto de exclamação, sinal gráfico que expressa sentimentos, neste caso de indignação, raiva e espanto. Ele identifica, no texto, o delegado pelo nome próprio: Haendel Fonseca e o vincula à chefia de gabinete do secretário de Justiça e Cidadania, ARTHUR BERNARDES, em letras maiúsculas para chamar a atenção dos integrantes da rede social e atribuir responsabilidade também ao secretário pelo ocorrido, singularizando a personagem.

Por outro lado, não identifica o transeunte pelo seu nome próprio, que não é revelado na postagem e nos comentários, mas pelo substantivo comum IDOSO – pessoa que, devido à idade avançada, requer mais cuidados e atenção –, em letras maiúsculas para destacar a palavra. A interpretação de que o homem é um idoso, embora sua idade não seja explicitada, se dá pelo julgamento da imagem, ou seja, pelo aspecto físico aparente e vestimentas utilizadas. Com a generalização, o sujeito torna-se representante do grupo de pessoas acima dos 60 anos e, portanto, detentor das características que definem os pertencentes à parcela da população nesta faixa etária.

A palavra IDOSO está destacada após o verbo AGRIDE (presente do indicativo do verbo agredir, também em caixa alta), reforçando a interpretação negativa e violenta da ação do policial contra um vulnerável, que, segundo o autor da postagem, não teria preparo adequado para a ação. Cabe ressaltar que o termo idoso será adotado também pelos participantes do debate no Facebook. Milhares de integrantes da rede social expuseram suas opiniões, como nos exemplos selecionados e expostos abaixo:

**Neiva** Pra começar a história o policial (Delegado) fez a abordagem correta, falou educadamente e mostrou a identificação... (...) Nesse caso o vídeo está pela metade não se sabe o que o "pobre velhinho" fez, mas só o fato de ter falado para outra pessoa, (independente de ser polícia ou não) VAI ENCHER TEU CÚ DE ROLA...já era motivo pra encher a cara de porrada. Velho bêbado e sem vergonha...apanhou foi pouco. Parem de defender o errado...invertendo os valores. Por isso o Brasil tá essa "M"..."

(...)

**Lucas** Abordagem totalmente errada, não se identificou e partiu logo pra agressão sem motivo algum que a justifique, abuso de autoridade e despreparo total. Espero que o MP, tome as medidas cabíveis contra a super autoridade! Deve ter esquecido como se deve abordar alguém, lugar de polícia é na rua e não requisitado em gabinete mamando nas tetas do governo.

(...)

**Wesley** Despreparo é o cacete, o vagabundo diz palavrão com um delegado de Polícia cometendo desacato e a bosta dos esquerdotas observam o empurram. Acho engraçado que pra faltar com respeito com autoridade o safado é idoso, né?! Pra vagabundo a lei não tem idade, desobediência a uma ordem legal também é proibido. Tem que descer o braço mesmo!!!

(...)

**Edir** Estou lendo todas as postagens possíveis e verifico a que ponto chegamos: um desrespeita a autoridade policial descaradamente e o outro utiliza a força excessiva desnecessária. Ninguém, mais ninguém foi ao âmago da questão, nossa sociedade está doente, incapaz de ver a realidade deprimente que vivenciamos. Se portam como torcidas de futebol, uma sinto-me da casa, outra do time visitante. Triste, muito triste!

As opiniões se dividem. No primeiro exemplo, sob o argumento da ofensa ao policial, Neiva justifica sua concordância com a agressão desferida ao transeunte e critica a inversão de valores (certo e errado) ao seu ver. Lucas se posiciona contra a abordagem policial pela falha na identificação do agente público e abuso da autoridade; Wesley aponta o desacato à autoridade e questiona que a suposta idade do transeunte não o exime de respeitar o policial, e, por fim, para Edir ambos os envolvidos no episódio cometeram falhas durante a interação e que a audiência comporta-se como torcida em uma partida de futebol. Percebe-se, no conjunto de comentários, uma disputa de juízo de valores entre os integrantes da rede social sobre quem agiu certo ou errado. Esse é o tom para as opiniões postadas: um quadro de julgamentos da conduta do outro feito a partir de percepções individuais, tendo como base fatores culturais, morais, sentimentais, ideológicos, pré-conceitos pessoais entre outros, que refletem, de certa forma, alguns dos parâmetros do decoro para o grupo envolvido neste debate.

Perscrutando os argumentos, identificamos as principais regras desse decoro e seus efeitos no processo de interação na rede social.

### **6.1.1. Respeitar para ser respeitado**

Entendemos o respeito como um valor social que na escala hierárquica das relações e práticas sociais interativas está colocado em um status mais elevado porque diz respeito à alteridade, condutas de reciprocidade, seja nas relações horizontais como no reconhecimento e obediência às normativas sociais e à autoridade. Nas postagens examinadas, o apelo ao respeito

como norma de comportamento vai aparecer em inúmeros comentários e situações deste caso. O uso mais comum do termo na nossa cultura é o de respeito ao próximo, ou seja, tratar as pessoas do mesmo modo como gostaríamos de ser tratados, com consideração e deferência, reconhecendo o outro como um ser de direito e deveres individuais e sociais, e que está no plano interacional. O respeito pode também estar ligado ao temor ou receio e se exprimir com relação às leis, à religião, ao desconhecido, ao incontrolável e às autoridades como pais, avós, policiais entre outras. Neste caso, respeito torna-se quase sinônimo de obediência, ou seja, submissão à vontade de alguém significante, aceitação de uma determinação, cumprimento de ordem, como fenômeno originário da hierarquia, divisão social, autoridade e legitimidade. Nos seus vários sentidos, torna-se um valor essencial para uma convivência harmoniosa e boas maneiras de convivência. A falta de respeito gera desordem, desequilíbrio, violência e conflitos. Sendo assim, usa-se a premissa de reciprocidade. Vejamos alguns exemplos de como o respeito emerge nos comentários opinativos referentes ao vídeo postado.

**Luis** Abuso de poder. Respeito é uma troca, não posso exigir se eu não der o exemplo.

**Silvana** Falta de respeito com o próximo e abuso de autoridade

**Nazinha** Falta de respeito dos dois lados, o cidadão por agredir verbalmente e o policiais por agredir fisicamente!

**Roberto** Grande coisa é ser polícia, não vai ser melhor e nem mais homem do que os outros, muito pelo contrário tem que ter respeito com o povo são eles que pagam o salário dos funcionários dos estados

**Antonio** Os que eram pra dar respeito perderam totalmente as estruturas que se deve conduzir ou chegar até uma pessoa, muita falta de educação, despreparo,. Tem que voltar a aprender bons modos boas maneiras de servir a comunidade que pagam os salários deles ou dele.

**Gustavo** Ele ta é certo, não se tem mais respeito pelas autoridades, e menos pelo próximo, duvido se vocês defensores de otários e cheios de mimimi, quando você estiver cumprindo seu trabalho e vem um folgado e mal educado e manda você encher seu cú de rola, ou outro palavrão qualquer, se você vai dar beijinhos entregar flores pra ele. Isso além de desacato é um desrespeito com o próximo. Há não importa a idade, porque pilantra também envelhece. Parabéns a esse policial, te garanto que esse otário vai medir as palavras antes de mandar alguém encher o cú de rola.

Os preceitos e percepções sobre o respeito estão explícitos nos registros postados no Facebook. Nos excertos selecionados para a análise desse caso, é nítida a noção de reciprocidade sobretudo quando se refere à regra de convivência de ambos os personagens, à posição social ocupada, os bons modos e boas maneira de relacionamento, e sua importância para a harmonia das relações sociais cotidianas. É possível perceber que os integrantes da rede social focam na conduta dos sujeitos envolvidos na trama apresentada, fazendo julgamento de valor e opinando em relação ao respeito. Nas postagens analisadas, esse princípio vai perpassar

todo o debate e será, muitas vezes, associado a outros valores e regras, como se observa no *thread* a seguir, iniciado pelo comentário de Ana.

**Ana** - O povo quer Polícia forte, segurança pública eficiente mas não apoia uma ação policial como essa... fico incrédula... o que esse senhor fez foi no mínimo desacato... aliás não se deve tratar ninguém como esse senhor tratou um policial... O delegado se identificou... A reação desse senhor foi correta? Socorro!!! Ou apoiamos e fortalecemos as nossas polícias ou os bandidos vão tomar conta... 😏😏😏😏

(...)

Nessa postagem, o respeito está relacionado ao status social da autoridade policial e à obediência civil. A interlocutora utilizou ainda uma repetição de emojis de uma carinha com um sorriso no canto da boca, geralmente utilizado como sinal de ironia ou para expressar certa arrogância, sentimento de estar com a razão, de superioridade.

**Gledson** - Deixasse ser com teu pai ou alguém da tua família pra ver se tu ia ta falando assim

(...)

**Lourdes** - Se empurrasse seu pai, certamente não estava aqui defendendo. Violencia contra idoso é crime.

(...)

Nas duas respostas à publicação de Ana, observa-se o apelo emocional, especialmente por se tratar do pai, personagem que, ao mesmo tempo que é uma autoridade para o filho, desperta sentimento de afeição, proteção e amor. Apresentar o pai invoca a subjetividade e o papel social do progenitor.

**Ana** - Só hj estou vendo inúmeros comentários à minha opinião sobre esse vídeo. Fico estarecida com a falta de respeito de alguns, suposição de outros. Se fosse meu pai, ele jamais trataria um policial com tanto desrespeito, ele já é falecido e tinha muito educação e consideração pela polícia que é quem põe a vida em risco pra proteger a sociedade. Existe ser humano lixo em qualquer profissão e lugar, mas enquanto o povo criticar, debochar, desrespeitar a polícia, a bandidagem vai deitar e rolar. Depois não adianta reclamar não. Quem quer ser respeitado em suas ações e opiniões precisa aprender a respeitar primeiro. (...)

Ana, após observar diversos comentários, emite a sua opinião relativizando o fato ocorrido, atentando para o capital social, para as normas e papéis sociais. De toda forma, via de regra, a família é o primeiro núcleo social responsável pela conduta das pessoas, pelas orientações direcionadas ao comportamento social ético, responsável pelos sentimentos e costumes que estão na base dos relacionamentos e da vida pública, e pelas regras de convivência. Sendo assim, a família é um dos pilares para a construção e prática do decoro. Ao defender o chefe do seu núcleo familiar e os ensinamentos e valores que representa, ela busca manter a impressão de que vive à altura dos padrões utilizados para seu julgamento nesta situação.

Para além dos conteúdos acerca das publicações nas redes sociais, existem também aqueles que, por diferentes motivações, registram mensagens soltas e fora do contexto do debate, que podem motivar reação, instigar raiva e ofensa. Como exemplo, podemos citar Jonas, que participava do fórum desta discussão com Ana:

**Jonas** - Vc deve fazer dieta a base de merda, energúmena.

A agressão verbal de Jonas está relacionada ao desprezo, chegando ao extremo de considerá-la energúmena (imbecil, idiota, ignorante etc.) colocando-a no lugar de não humano, desqualificando-a. Talvez pelo fato de ser uma postagem fora de lugar ela não produziu nenhum efeito ou reação dos demais participantes além de Ana, que interpreta essa mensagem como uma ofensa pessoal, especialmente no quesito respeito. Vejamos:

**Ana** - Jonas vc é um senhor, e completamente sem educação... retribuindo o seu tratamento, quem faz dieta de merda é vc, "energúmeno." Quem não sabe respeitar tem que estar preparado pra ser desrespeitado. Foi o que aconteceu com o outro senhor, boca suja como vc.

É possível observar que Ana, ao se referir à Jonas, usa o tratamento “senhor” (empregado para se referir a homens mais velhos, indicando respeito ou referência, e que deveria, por isso, dar exemplo de respeito) e sem educação (grosseiro, indelicado, arrogante) e utiliza dos mesmos xingamentos proferidos pelo agressor (como retribuição) para rebater o ataque e, com isso, mostrar a Jonas que, como o transeunte abordado pelo delegado (no post no *feed* de notícias do Facebook), ele também faltou com a educação e ambos desconsideraram uma das regras básicas do decoro social: **respeitar para ser respeitado**.

Ao final do debate, Ana volta a reforçar a fala de uma apoiadora:

**Ivone** - Ana apoiada, resumindo para essas pessoas que criticaram sua opinião referente o video, pra quem será que eles ligam quando um bandido entram na casa deles, roubam seus pertences ou ainda ocorre um acidente fatal???? POLICIA. Minha familia respeita a policia, eu mesma já fui parada varias vezes, abro o vidro do carro, entrego os documentos, já fiz bafometro muitas vezes e sempre com todo respeito agradeço e sigo viagem. QUEM NÃO DEVE NÃO TEMER.

**Ana** - Ivone exatamente, cidadão de bem tem nada a temer...

Ivone demonstra sua aprovação aos argumentos de Ana, ressaltando o discurso da autoridade e da obediência. A frase – QUEM NÃO DEVE NÃO TEMER –, em letras maiúsculas, dá a entender que a pessoa está fazendo um registro agressivo, impositivo –, termo muito usual entre os brasileiros, neste caso, associado à consciência dessa obediência à autoridade formal, ou seja, quem não tem culpa de ter feito algo incorreto, não tem medo de ser punido. A punição

a que as pessoas podem ser submetidas é uma medida de controle em caso de descumprimento de uma lei ou norma social.

Parece haver, tanto na frase de Ivone quanto na resposta de concordância de Ana, “cidadão de bem tem nada a temer”, uma insinuação de culpa. Presume-se a culpa com base em elementos indiciários, ou seja, no comportamento do transeunte, que se recusou a submeter-se à abordagem do delegado.

No próximo bloco de postagem, uma categoria importante será associada ao respeito, de maneira especial a condição de idoso que, na legislação brasileira, é definido pela idade superior a 60 anos. No discurso popular é usual considerar o centenário, ancião ou velho.

### **6.1.2. Respeito ao idoso X canalhas também envelhecem**

Mesmo não sendo explícita a idade dos envolvidos no caso apresentado pelo vídeo postado no Facebook, a suposição de o homem abordado pelo delegado ser um idoso trouxe para o debate o respeito ao idoso e ao mesmo tempo o desrespeito praticado pelo suposto idoso em relação ao policial. Além de a deferência às pessoas de idade avançada estar na base da formação moral dos cidadãos, geralmente introduzido pela família e pela escola – primeiras experiências de vida em sociedade e, portanto, fundamentais como espaço de aprendizagem dos valores morais –; o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003<sup>54</sup>) prevê, no seu artigo 3º, que o respeito seja assegurado ao idoso, como um direito, ao lado de outros direitos (à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, à convivência familiar e comunitária), pela família, pela comunidade, pela sociedade em geral e o Poder Público.

No caso em análise, se por um lado o respeito aos mais velhos será argumento para o julgamento e defesa do transeunte no debate, por outro, o questionamento dessa regra será a justificativa dos defensores de que idade não é sinônimo de respeito e boa índole. A frase “canalhas também envelhecem” será uma das principais premissas desse grupo. O quadro abaixo confronta as alegações do respeito ao idoso e os fundamentos para a desconstrução desse conceito.

---

<sup>54</sup> Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>. Acesso em: 16/03/2020

**Quadro 2: Construção e desconstrução do respeito ao idoso**

| <b>Respeito ao idoso</b>   | <b>Canalhas também envelhecem</b>   |
|--|---|
| <p><b>Tarcy</b> Se fosse eu dava uma pesada no estômago dele pra aprender a respeitar os idoso bicho nojento</p> <p>(...)</p> <p><b>Benilda</b> Por mais que seja Policia, não lhe dá o direito de agredir ninguém quanto mais um Idoso, realmente para você conhecer alguém de poder a ele...essa é qualidade de nossos políticos</p> <p>(...)</p> <p><b>José</b> Despreparado e adusivo.. Não faz isso nos morro do Rio. Faz com um pobre idoso indefeso</p> <p>(...)</p> <p><b>Maria</b> Dá nojo ver esse tipo desrespeitando um idoso.</p> <p>(...)</p> <p><b>Klebson</b> Policia burro não conhece o estatuto do idoso se eh polícia deve ter sido treinado como abordar idoso 🚫</p> <p>(...)</p> <p><b>Quiliano</b> Eu trabalho na segurança privada e nem tudo se resolve na porrada. até porque agressão verbal não é porrada .e o máximo que o delegado poderia fazer era prende-lo por desacato e pronto sem precisar empurrar o que poderia ter causado à morte do idoso se viesse à cair com a cabeça no chão.</p> | <p><b>Marcelo</b> DEFENDER VELHO COOZÃO MAL EDUCADO É O CARALEO, VAI SEE PHODER BANDO DE MERDHAS, TINHA DE TER MANDADO A MÃO PRA CARA DESSE LIXO AÍ NO CHÃO, CABELO GRISALHO NÃO É SINÔNIMO DE RESPEITO... VÃO SEE PHODER!!!</p> <p>(...)</p> <p><b>Ednilson</b> Antes de acusar...observe que foi solicitado com educação ao senhor que respondeu com palavras de baixo calão, antes de alegar idade, observe-se que os canalhas também envelhecem.</p> <p>(...)</p> <p><b>Patrícia</b> As pessoas não prestaram atenção no início, o fato de ele ser " Idoso" já causou revolta, ser IDOSO não significa ter boa índole, só idade mais avançada, pois o país está cheio de "idosos" pedofilos, assassinos, tarados e por aí vai !!!</p> <p>(...)</p> <p><b>Silvia</b> Ele se identificou mostrou a carteira de+ policial , colocou no bolso , e o idoso sem educação chingou o policial, aí ele teve q mostrar novamente a carteira , é idoso mas não presta , os canalhas tb envelhecem , deveria ter conversado com o policial e não chingado , mesmo se o policial não tivesse se identificado , Educação é bom né</p> <p>(...)</p> <p><b>Célia</b> Não respeite o homem só por seus cabelos brancos pois os canalhas tbm envelhecem ! E outros já são babacas jovem</p> <p>(...)</p> <p><b>Roberto</b> Policia não pode ser frouxo, esse cidadão deve ter feito alguma coisa errada, Canalhas também envelhecem</p> |

Fonte: O próprio autor, a partir das respostas à postagem no *news feed* do Facebook

As postagens selecionadas a favor mostram as reações à inobservância ao decoro, ou seja, às regras e lei de respeito ao idoso nas manifestações de reprovação à ação policial, nos questionamentos ao poder de agredir uma pessoa idosa, o despreparo e abuso do servidor público, que será também chamado de bicho (desprovido de humanidade) nojento (que causa aversão, náusea) e burro (desprovido de inteligência, comparado a um animal, sem humanidade). Nos registros, percebe-se também a associação do respeito ao idoso à carência, à dependência, à vulnerabilidade (pobre idoso indefeso); à fragilidade física (poderia ter causado

a morte do idoso se viesse a cair com a cabeça no chão). Um dos interlocutores utiliza ainda um emoji que expressa raiva para demonstrar sua repulsa e indignação à atitude do policial.

Em contraponto, nas publicações do quadro “canalhas também envelhecem”, observa-se a desconstrução da regra de respeito ao idoso como princípio, são acionados adjetivos para desqualificá-lo como pessoa digna de respeito, como velho cusão (velho no sentido de imprestável, improdutivo, ultrapassado; e cusão – pessoa de mau caráter, que aproveita de sua condição ou situação para tirar vantagem), mal educado (grosseiro, rude) e lixo (que é sujo, inútil, descartável). A frase “CABELO GRISALHO NÃO É SINÔNIMO DE RESPEITO”, demonstra que o envelhecimento (representado aqui pelo embranquecimento dos cabelos) não impede que uma pessoa tenha atitudes reprováveis em relação a outra, portanto, não merece respeito. As letras maiúsculas em todo o texto da postagem, além do uso da expressão VAI SEE PHODER BANDO DE MERDHAS (vai se fuder – xingamento com o mesmo sentido de vai de danar, vai se lascar, se dar mal; bando de merdas – no sentido de pessoas sem serventia, insignificantes), dão o tom agressivo e suscitam a sensação de que o interlocutor está esbravejando.

O uso da expressão: “canalhas também envelhecem” – frase memorável do escritor Rui Barbosa –, atribuída por um dos interlocutores ao longo das postagens, sugere que se alguém viveu a vida como canalha – ou seja, como um mau-caráter, desonesto e vil –, essa condição permanece até a velhice. O passar dos anos e a experiência acumulada de vida, por este ponto de vista, não suavizam os defeitos e nem mudam as atitudes da pessoa. Na mesma linha, a frase “ser idoso não significa ter boa índole”, sinaliza que o ato de envelhecer não corresponde diretamente a uma alteração de caráter, ou seja, envelhecer não torna a pessoa do bem. No *thread* a seguir, Janylle vai usar esses e outros argumentos para justificar o valor moral que está implicado no conflito.

**Janylle** Velho imundo! Não sei como tem gente que ainda defende um imundo desses. O cara ainda foi legal, merecia um balaço na boca para aprender a respeitar as pessoas. Vagabundos também envelhecem...

**Mareska** Tu è ridícula

**Giselle** Podia ser teu pai sua asquerosa..

**Janylle** Com certeza não seria meu Pai, pois meu Pai não é imundo e boca podre igual a esse sebo. Só enxergo uma asquerosa aqui VOCÊ, que não tem vergonha em defender um velho boca podre. #VagabundosTambémEnvelhecem

**Janylle** Mareska melhor ridícula à seus olhos do que defensora de vagabundo velho. #VagabundosTambémEnvelhecem

**Luh** Sua vadia

**Janylle** Luh, acabei de chegar do trabalho, só consigo ver uma VADIA aqui VOCÊ, pq pra defender um velho sebo desses só sendo igual a ele. #VagabundosTambémEnvelhece

**Jamylle** Cada um tem o que merece, não é pq é idoso que deve ser respeitado. Todos nós independente de idade merecemos ser respeitado. Velho desbocado, imundo... Não desejei mal, apenas disse que o policial está mais que certo, se ele fosse com essa boca podre pra cima de uma pessoa mais esquentada poderia comer bala para lavar a boca. O que Deus tem haver com essa imundície?

Jamylle expressa sua opinião de forma colérica e desencadeia uma série de diálogos com xingamentos e respostas ríspidas. Nesta sequência de postagens, na sua avaliação para o transeunte apresentado pelo vídeo, ela usa “velho” associado a “vagabundo”, “debochado”; reforçando o preconceito associado à palavra velho como imprestável, ultrapassado, sem ocupação, e que não leva nada a sério, que vive caçoando. Externa ainda seu nojo e repulsa ao associar a palavra velho aos adjetivos “imundo”, “seboso” e ao termo “boca podre”, sinônimos de sujeira, de putrefação, de algo estragado, em decomposição. Além disso, incita a violência física ao dizer que o suposto idoso “merecia um balaço na boca”. Utiliza várias vezes a expressão “vagabundos também envelhecem”, com hashtag (símbolo gráfico também conhecido como jogo da velha), recurso usado em uma postagem para atrair mais pessoas, ganhar mais engajamento, e agrupar palavras em categoria específica para facilitar sua localização. Neste caso, ela adapta a frase original (canalhas também envelhecem) e substitui a palavra canalhas por vagabundos, utilizadas como sinônimos.

Na reação agressiva de seus interlocutores, ela é chamada de ridícula (esquisita, digna de riso), asquerosa (suja, nojenta, sórdida), e vadia (desocupada, promíscua, que possui modos de vida considerados amorais). Jamylle responde às acusações recebidas com os mesmos xingamentos que lhe foram direcionados, criticando os interlocutores por apoiarem o transeunte e reforçando seu ponto de vista quanto ao suposto idoso. Além de comparar seus defensores ao “velho” personagem do vídeo, atacando e desconstruindo a imagem estereotipada do passante, age como se a sua concepção sobre a atitude condenável do mesmo garantisse-lhe o direito de tratá-lo com desrespeito e agressividade. Na troca de mensagens seguinte, Jamylle é questionada por sua violência e busca justificar com a lei da ação e reação.

**João** Mas para quer tanta violencia, um balaco na boca. se ele tivesse falado com jeito com o idozo nao tinha ouvido bobagem, madar alguém encosta sem se idetificar tem mais quer ouvir bobagem.

**Angelita** Exatamente Jamylle João

**Jamylle** Mas não é violência e sim lei de ação e reação. Você já se colocou no lugar do policial? As pessoas tem em mente que idoso, menor, deficientes, pessoas com problemas mentais e gestante merecem mais respeito e cuidados que qualquer outra pessoa. Eu n concordo, já vi histórias terríveis de todos esses, inclusive uma pessoa com atestado psiquiátrico que se vale disso para ser pedófilo, idosos que praticam zoofilia e pedofilia, gestantes que traficam se valendo da barriga, que assaltam e menor nem se fala né, cometem atrocidades todos os dias, o dia todo, mas tem o respaldo da idade e da justiça morta do nosso país.

(...)

A expressão lei da ação e reação integra o grupo de termos (causa e efeito, semeadura e colheita etc.) que no nosso cotidiano é utilizado para afirmar que tudo que fazemos tem uma consequência, uma reação, uma resposta. Jamylle usa uma analogia entre a lei da física (de Newton) e a regra de convívio social para mostrar que a intensidade que usamos em nossas ações direcionadas ao outro nas interações provoca outra ação (reação) em resposta, com a mesma intensidade, dirigida de volta a nós. Com isso, ela faz referência à violência física na mesma proporção da agressão verbal desferida pelo transeunte à autoridade policial.

Ela busca ainda reforçar sua argumentação com exemplos de supostas histórias de pessoas que, embora seja comum à sociedade requerer a elas mais atenção e respeito – como gestantes, menores, deficientes etc. –, também cometem crimes e atrocidades. Nessa linha de raciocínio, busca agregar elementos para sua justificativa de que o respeito aos idosos e a outros grupos – muitas vezes classificados como minorias – não deve ser uma regra que se sobreponha ao respeito a todos, independentemente de idade ou outra condição. Na sequência, na última mensagem do diálogo entre Neusa e Jamylle, João usa como exemplos o médico Roger Abdelmassih e os canibais de Garanhuns:

**Neusa** Jamylle você é uma pessoa podre! Você falando em respeito? Imagino eu, que você não herdou a educação dos seus avós! Se você tivesse herdado a educação dos seus avós, você não estaria atacando um ancião, porque ele falou algumas palavras sem nexos. O que significa a palavra Cu? O que significa a palavra rola? Que diabo de dicionário que você tem na sua casa? Você é tão ignorante quanto este delegado. Ainda bem que gente como você nunca sai do lugar. Vai envelhecer e morrer com esta mentalidade pobre.

**Jamylle** Vc n me conhece, n sabe nada da minha vida, quem n sai do lugar é vc, com essa sua hipocrisia... Meus avós foram grandes seres humanos. Ancião? Cadê o ancião? O que vejo no vídeo é um velho vagabundo, imundo, mau caráter... Quer dizer que pra vc "encher o cú de rola" são palavras sem nexos? O dicionário que tenho em casa não ensina que devo sair por aí ofendendo as pessoas. Meus Avós e meus Pais n me ensinaram a tratar o próximo com esse palavreado imundo. Agora, eu não tenho nada haver com sua vida e com sua educação. Se vc gosta de encher seu cú de rola, aí o problema é seu, creio que se vc fosse uma policial e fosse abordar um Ancião educado desses, vc iria adorar ouvir essas belas palavras e iria fazer o que ele mandou né? #Hipocrisia

(...) **Neusa** Jamylle, você falando em respeito? Que diabo de dicionário você tem em casa? Você infelizmente não herdou a genética, educação e cultura dos seus avós! A sua cultura é tão pobre quanto do delegado! Que pena que você não foi capaz de herdar a educação destes avós que você tenta se espelhar. Nem tenta me enviar seu dicionário pobre que você tem na sua mente. É tão pobre que você criou um perfil fake. Adeus Querido.

**Jamylle** Neusa perfil fake? Você só pode tá bêbada ou drogada igual ao bom velhinho que vc defende. Não preciso me esconder atrás de fakes. Se pra vc ser rica em cultura é defender velhinhos bandidos, pedofilos, mau caráter... Prefiro ser sem cultura alguma e ter meus princípios de educação e respeito. Pra seu governo n sou querido e sim querida MULHER. O velho escrito do vídeo deve ser igual seu pai seu avô seu macho né? Velho nojento merecia no mínimo um soco na cara pra engolir alguns

dentos. Tá se doendo por ele, leva pra casa, vc já deve tá acostumada a conviver c esse tipo de gente c essa boca limpa e toda essa educação. Sem mais Querida.

(...)

**João** Neusa Você deveria pensar duas vezes antes de falar. Ou você é burra ou ignorante !!! Ou deve ser do tipo de pessoa que se acha politicamente correta !!! Mas no fundo é uma hipócrita que não sabe o que fala nem tem discernimento sobre o que diz. Vá se consultar com o médico Roger Abdelmassih !!! Ele é velhinho também !!! Sua hipócrita !!! Drogada e bêbada é você !!! Aprenda a ler e vá procurar se informar melhor !!! Ou procure um tratamento psiquiátrico !!! Porque se um vídeo não consegue fazer você distinguir o certo do errado, você precisa, urgentemente, de um tratamento !!!! Mas se você não se convenceu, que tal você chamar os canibais de Garanhuns pra jantar na sua casa ? Acho que a velhinha que esquartejava os corpos pra depois preparar as coxinhas pode até lhe ensinar algumas receitas !!!! HIPOCRISIA NOJENTA !!!!!

João saí em defesa de Janylle e, além de atacar a imagem de Neusa e tentar desqualificá-la ao debate com o uso de termos como burra (desprovida de inteligência, desumana), ignorante (pessoa que ignora a opinião alheia, que pensa que só ela está certa, e que só a opinião dela é válida), hipócrita (falsa, fingida, que faz coisas que na verdade não faria em outra situação); traz ao debate exemplos de crimes hediondos cometidos por idosos para agregar prova de verdade e probabilidade de que o personagem do vídeo pode fazer parte desse mesmo grupo e de que envelhecimento não é sinônimo de virtude. Numa atitude agressiva, manda Neusa se consultar com o médico Roger Abdelmassih, especialista em reprodução humana, condenado em 2010 a 278 anos de prisão por 52 estupros e quatro tentativas de estupro a 39 pacientes, enquanto estavam sob efeito de sedativos. E ressalta, “Ele é velhinho também!!!”, usando de deboche.

Em seguida, João acusa Neusa de ser hipócrita novamente e reforça os xingamentos de Janylle de que ela está bêbada e drogada (pessoa dependente de substâncias entorpecentes lícitas e ilícitas e que está sob seus efeitos, portanto, fora de controle de suas atitudes), ignorante e que tem problemas mentais e, por fim, sugere que ela convide os canibais de Garanhuns para jantar na sua casa e aprenda receitas com a “velhinha que esquartejava os corpos”. Canibais de Garanhuns é como ficou conhecido o trio de criminosos preso em 2012 e condenado por assassinar, esquartejar, consumir e vender carne humana e salgados recheados com carne humana no agreste de Pernambuco. Na época, o casal Jorge Beltrão da Silveira e Isabel Cristina Pires da Silveira, ambos com 51 anos, moravam com Bruna Oliveira, 22 anos, e formavam um triângulo amoroso. De forma agressiva, João quer provar a Neusa que nem todos os idosos merecem o mesmo tratamento e busca reforçar o pensamento – comum entre outros integrantes dessa discussão – cuja premissa se fixa no lema “canalhas (covardes) também envelhecem. Ele encerra seu comentário na postagem com as palavras HIPOCRISIA NOJENTA!!!!, em letras

maiúsculas, recurso usado quando a pessoa quer dar a entender que está esbravejando ou gritando, e com a repetição de pontos de exclamação – nesta e em outras frases da postagem – para expressar sua raiva e descontentamento.

Neste trecho do diálogo, ressalta-se também o tema família quando Neusa põe em dúvida que Janylle tenha herdado a educação dos avós. Postagens no debate recorrendo aos pais e avós, seja em apelos a favor do transeunte ou em argumentos contrários, são citações comuns ao longo dos comentários lidos e observados em campo. Percebe-se a relevância desses representantes da instituição familiar quando se quer acionar padrões e valores morais herdados da família. Nesse sentido de herança, o termo ancião, utilizado por Neusa durante a interlocução, é questionado por Janylle. Enquanto o termo ancião está associado ao homem de idade que acumulou experiências e vivências ao longo dos tempos e que, por isso, deve ser venerado e respeitado; o termo velho ganha um tom pejorativo, de pessoa imprestável, ultrapassada e ociosa.

A acusação de Neusa de que o perfil de Janylle é *fake* (falso) também inflama a discussão. Os perfis falsos são feitos por pessoas mal-intencionadas com o objetivo de enganar outros usuários, aplicar golpes ou disseminar informações e notícias inverídicas. Essa acusação, além de atacar diretamente a imagem/identidade da usuária, põe em xeque sua opinião, credibilidade, índole e caráter. Os termos com os quais os usuários do Facebook concordam ao ingressar na rede social (que muitas vezes nem são lidos) são bastante claros quanto aos perfis falsos. Segundo os Padrões da Comunidade<sup>55</sup>, que detalham a regras para o uso do Facebook, não são permitidas representações falsas na plataforma. Entre as proibições estão o uso de data de nascimento e identidade ilegítima, além da apropriação de imagens de terceiros com o objetivo explícito de enganar as pessoas.

Ao se despedir, Neusa usa: Adeus, Querido!, no masculino, colocando em dúvida também seu gênero sexual. O adjetivo querido, embora tenha um significado positivo (pelo tom afetivo), soa aqui como rude e ofensivo, por tratar uma mulher como homem, e irônico, caracterizando um eufemismo.

Em resposta às provocações, Janylle ataca a imagem da interlocutora dizendo que a mesma só pode estar bêbada ou drogada igual ao bom velhinho que defende. Ao insinuar que Neusa se entrega à embriaguez e às drogas, busca de maneira negativa trazer prejuízo à reputação e ao poder de julgamento dela. Usa de ironia com o emprego do termo “bom velhinho” e compara Neusa ao alvo de seu desafeto. Reafirma sua feminilidade com a palavra MULHER, em letras maiúsculas; e compara o “velho escroto”

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/communitystandards/introduction>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

(associando a palavra velho no sentido de imprestável, inútil, com o termo escroto - indecente, medíocre, sacana) ao pai, avô ou macho (no sentido chulo de amante, amásio) de Neusa para ferir a honra e sua família .

Curiosamente a palavra casa é recorrente nos diálogos, seja quando se refere ao tipo de dicionário que se tem em casa, jantar na sua casa ou “tá se doendo por ele, leva para casa”, uma variação da usual expressão comumente utilizada pelos brasileiros: “tá com dó, leva para casa”, repetida por pessoas que priorizam seus interesses em detrimento aos dos outros, principalmente quando se tratam de pobres e minorias; por aqueles que ficam sem argumentos e querem impor seus pontos de vista e, também, por pessoas que querem se eximir de responsabilidade em questões sociais coletivas. O sentido atribuído à casa é de unidade de habitação onde são construídos valores morais, identidades, princípios morais e éticos, formas de visualizar o mundo, laços de parentesco e afetivos. Nos excertos examinados, as referências à casa e à família tem um conteúdo moral e de regra de decoro.

Encerra sua fala “Sem mais, Querida”, usando querida, no feminino, no sentido de revidar de forma elegante em vez de usar de grosseria para deixar o outro desconcertado e envergonhado por sua atitude, mas ainda assim ocultando um eufemismo.

Já o significado das palavras contidas na expressão “encher o cu de rola”, mencionadas na interlocução entre Neusa e Janylle, será contemplado no próximo tópico por estar diretamente conectado à regra de decoro e ser tema de outros debates estabelecidos entre os integrantes da rede social, provocados pela postagem do vídeo.

### 6.1.3. Não fira a hombridade alheia

O próximo argumento apresentado pelos interlocutores no debate está fundado na reprovação ao insulto à hombridade de uma pessoa. Um dos principais motivos para a desaprovação da atitude do transeunte na abordagem pelo policial, por integrantes da rede social, foi o uso da expressão: “vai encher o cu de rola”, xingamento que está no grupo das ofensas que, na cultura brasileira, entre outros sentidos, indica o desprezo e visa atingir e afrontar a masculinidade. No trabalho de campo, observei a repetição da expressão nos depoimentos, como nos exemplos destacados:

**Amuedo** Ele tinha q ter ganhado era um murro na boca onde já se viu vc nem conhece o cara nem sabe quem é e vai mandando o cara encher o cu de rola tinha q ter levado um monte de murro da boca pra ficar esperto e aprender ter respeito com as pessoas se ele fez isso com um policial imagina com as outras pessoas na rua não deve ter um pingão de educação com ninguém.

(...)

**João** Quer seja ou não polícia ms o cidadão falto com respeito. Com palavras debaixo calão. ACHO o cidadão por ser idoso não tem direito de ofender a moral de um homem.

(...)

**Leide** Porra mais como outro falou com ele encher o anos do outro de rola o qual o homem e homem não leva pra casa um desaforo desse eu só que o senhor perdeu sua razão quando já chega ofendendo devemos respeitar todos independente de que seja mais ofender não.

(...)

**Dulcinéia** Onde se já viu falar para um homem hétero encher o cú de rola sou contra agressão mas esse mereceu

(...)

**Rosy** O velho ta errado de mandar o cara encher o cu de rola tinha que fazer isso mesmo falta de respeito que nojo

(...)

**Karillos** Se o cara for homem . Ele vai fazer o mesmo que oh policia . Agora se o cara . Gostar de rola no cu . Ai ele vai ficar de boa . Se fosse eu . Tinha era dado uma porrada

A expressão foi associada a outras questões além do sentido simbólico da ofensa, insulto e dúvida sobre a masculinidade, na acepção de heterossexualidade; assim como falta de respeito, ataque à moral e à honra, desaforo, nojo e coloca em pauta a coragem, valentia e a dignidade do sujeito. “Vai encher o cu de rola” significa uma relação sexual entre pessoas do mesmo sexo e literalmente introduzir um pênis no ânus, podendo causar dor, nojo, repulsa, incômodo e/ou humilhação ao indivíduo ou a quem o termo é dirigido ou prazer daqueles que aderem à sua prática. Na cultura brasileira, decorrente de todo processo sócio-histórico, o machismo e o sexismo são traços marcantes, por essa razão, dizer a um homem para “encher seu cu de rola” é o mesmo que chamá-lo de homossexual ou questionar sua hombridade.

Por outro lado, apesar de ter sido observado em campo, nas análises das publicações, que o uso da expressão pelo transeunte contra o delegado tenha sido considerado ofensivo e julgado inapropriado e condenável por parte dos integrantes da rede social, os próprios membros que compartilham o Facebook, que criticam seu uso, utilizam a expressão para ofender e humilhar uns aos outros. Vejamos o *thread* a seguir:

**Pedro** Quem defende esse "velhinho" deve ser porque se agradou com a frase 'vai encher seu cu de rola', mas só pra esclarecer isso foi um desrespeito grande, e vocês não sabem o motivo do policial ter mandado ele encostar. Mas pra vc que está defendendo ele deixo meu recado pra vc VÁ ENCHER SEU CU DE ROLA!

(...)

**Camila** Policial que age assim, depois não sabe porque amanhece com a boca cheia de formiga na rua.

**Pedro** Camila vá encher seu cu de rola.

(...)

**Camila** Pedro pela sua educação é nítida e notória sua índole e caráter. Não me espanta você defender covardia. Passar bem

**Pedro** Camila eu só imaginei que você tivesse gostado da bela frase desse senhor.

(...)

**Antonio** qualquer coisa q ele tenha feito nao justifica esta atitude..vc deve ser um analfabeto sem educacao...

**Pedro** Eu não te fiz nada e você me vem com ofensa, como quer criticar o policial por sua atitude? Quer saber? Antônio vá encher seu cu de rola.

**Pedro** Sai daí hipócrita. Não sou tão baixo quanto você, e nem tão analfabeto vai aprender escrever.

**Antonio** O cara q se diz policial n passa de um covarde e despreparado. Se vc n concorda então vá encher seu cu de rola!

(...)

**Danilo** Vai toma no meio do seu cu seu filho da puta, duvido não que vários colega teu deve fala tanta merda pra você e você ainda acha graça arrombado, me traz um parente seu de idade e manda fala isso pra mim se eu senta porrada se vai da razão pra mim filho da puta?

(...)

**Pedro** Danilo você é contra a agressão do policial, mas suas palavras de agressão são bem piores, imagine se você tivesse no lugar do policial? Você é um descontrolado.

Pedro abre seu comentário com provocação e ofensa aos defensores do transeunte (a quem ele chama de velhinho no sentido pejorativo), usando o verbo pronominal “se agradaram” para dizer que gostaram, sentiram prazer, se satisfizeram com o xingamento. E encerra com um recado aos seus opositores, repetindo o mesmo: VÁ ENCHER SEU CU DE ROLA! Registrada com letras maiúsculas, a frase soa como um grito ou registro agressivo e, de certa forma, revela sua pré-disposição a colérico no contexto do diálogo.

Camila não responde diretamente a Pedro, mas faz uma crítica à atitude do policial, dando a entender que ações como essa podem levar à morte do agente público por vingança. Em resposta ao comentário, Pedro utiliza novamente o xingamento, agora nomeando Camila. A expressão, dirigida a uma mulher, mantém seu teor ofensivo por reunir palavras de baixo calão, desrespeitosas, corresponder a um xingamento, e pelo estilo ofensivo à honra por contraposição à moral sexual e aos preceitos religiosos. Ela responde a Pedro afirmando que sua falta de educação define sua índole e caráter, ausentando-se do diálogo com o dito “Passar bem”, que, mais do que uma despedida, representa sua insatisfação pela situação e o desejo de encerrar a conversa a fim de não alongar o incômodo. Pedro, mesmo após a advertida de Camila, responde de forma irônica, como se ela tivesse gostado da “bela frase desse senhor”, usando de eufemismo.

Após alguns comentários, Antonio entra na conversa se dirigindo a Pedro acusando-o de analfabeto e sem educação. Em resposta, Pedro afirma não ter feito nada a Antonio para ter sido ofendido e, novamente, usa a expressão “vai encher seu cu de rola” e o chama de hipócrita, baixo (inferior) e analfabeto, mandando-o aprender a escrever (possivelmente para envergonhá-lo e desconcertá-lo publicamente pelo fato de ter escrito a palavra qualker com k). Na tréplica, Antonio afirma que o policial é despreparado e, caso ele (Pedro) não concorde, que “va encher seu cu de rola”, e, ao mesmo tempo, faz justiça a si próprio, pelo fato de Pedro, que perpetrou a ofensa inicialmente, não poder se queixar da situação e nem exigir a razão da situação para si.

Mais adiante, na sequência de comentários, Danilo entra no debate desferindo uma série de ofensas a Pedro e parece interpretar que o uso repetido da expressão “vai encher seu cu de rola” o coloca favorável ao transeunte, embora Pedro seja defensor da postura do policial. Danilo usa o insulto “vai tomar no meio do seu cu”, uma variação da frase “vai encher seu cu de rola”; “filho da puta” (xingamento também usual no Brasil que busca ofender a pessoa atacando a honra da sua mãe, ao chamá-la de puta – prostituta, meretriz –; e que pode ganhar inúmeros sentidos como covarde, maldoso, descarado, vagabundo etc.); e “arrombado” (no sentido de ter o anus alargado por ato sexual, fodido, gay, e também pode ser usado com outras conotações como digno de desprezo, ignorante, babaca etc.), e desafia Pedro a trazer algum parente idoso para testar a sua reação. Pedro responde que, embora ambos compartilhem do mesmo posicionamento favorável ao policial, Danilo fez uso de palavras muito mais agressivas do que as que foram proferidas ao policial. Finaliza o diálogo, titulando Danilo de “descontrolado”, ou seja, que perdeu o domínio sobre si mesmo.

Percebe-se nesse diálogo que Pedro toma os comentários de seus interlocutores como ameaça ao seu raciocínio e argumentos. Ele se coloca numa posição reativa automática de defesa e agressividade. O comportamento de Pedro consegue desestabilizar seus interlocutores até que outro integrante da rede social (Danilo), aparentemente mais irritado e agressivo que ele, entra em cena e assume seu papel. A reação de Pedro e o reconhecimento de que Danilo está “fora de controle” pode ter funcionado como um chamamento de Pedro à razão sobre suas próprias atitudes durante a interação, marcando também a sua saída do debate. Ele não volta a se pronunciar, apesar de terem sido registradas outras respostas aos seu comentário.

O uso da expressão “vai encher o cu de rola”, que mobilizou críticas – por ser ofensiva, atacar a imagem, a moral e a honra a quem é direcionada –, mas que foi, por vezes, utilizada pelos interlocutores em momentos de conflitos, remete-nos à decência e à compostura, elementos fundantes das regras do decoro.

#### 6.1.4. Conduta policial também deve obedecer às regras

O ato de abordagem do policial provocou polêmica, particularmente no que concerne à forma como a autoridade se apresentou a um cidadão comum, transeunte pelas ruas do bairro. A crítica mais contundente foi focada na não identificação adequada do policial e mobilizou outro debate quanto às suas normas de conduta. O procedimento de se aproximar e interpelar uma pessoa considerada suspeita, em situação duvidosa ou que apresente característica controversa a fim de identificá-la e/ou proceder à busca, apreensão e de cuja ação poderá resultar na prisão ou orientação, desencadeou a troca de mensagens. É comumente observada nas práticas policiais a abordagem de pessoa duvidosa, ainda que ela não tenha cometido nenhum delito no momento. Esses procedimentos não se encontram claramente definidos na legislação e dependem de uma interpretação subjetiva do agente da segurança pública.

No caso em análise, percebo que em função da falta de contextualização dos fatos que foram expostos no *news feed* do Facebook, o julgamento e a interpretação do caso pelos integrantes da rede social ganharam sentidos diferentes de acordo com seus interesses, percepções e interpretações. Por diversas vezes, ao longo do debate, a falta de informação sobre o que antecedeu à abordagem do policial apareceu como questionamento e insinuações como, por exemplo, em trecho da postagem de Neiva, apresentado no início da análise: “(...) Nesse caso o vídeo está pela metade não se sabe o que o ‘pobre velhinho’ fez (...)”; e no de Roberto, no quadro de exemplos Canalhas também envelheceu: “(...), esse cidadão deve ter feito alguma coisa errada (...)”, como indício de culpa do transeunte.

Para compreender melhor o contexto do caso, pesquisei publicações de notícias<sup>56</sup> divulgadas à época do início da repercussão nas redes sociais (em agosto de 2017) que revelaram que, na versão do delegado Haendel, o homem estaria usando spray para pichar um carro estacionado irregularmente em via pública, quando foi abordado por ele. No vídeo, pode-se perceber que o transeunte está, de fato, carregando uma lata semelhante a um spray de tinta, mas não é possível identificar pela embalagem qual é o conteúdo do produto. Embora essa informação não esteja explicitada nas mensagens analisadas, e não seja possível saber se os integrantes da rede social tiveram acesso à essas mesmas explicações antes de participarem do debate, torna-se relevante tratar desse tema no contexto da pesquisa para entender a situação

---

<sup>56</sup> Notícia: “Comissão de Disciplina vai apurar agressão de delegado do DF a idoso”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/comissao-de-disciplina-vai-apurar-agressao-de-delegado-do-df-a-idoso?amp>. Acesso em: 24/04/2020.

que envolveu o conflito e o motivo da abordagem. Supondo que a versão do delegado seja verdadeira, o transeunte se encontrava em situação passível de ser interpretada como crime ao patrimônio de terceiros.

Independentemente da motivação para a abordagem policial, o artigo 249 do Código Penal brasileiro aponta que qualquer pessoa que seja abordada tem o direito de saber o motivo da interpelação e o nome do policial (inclusive o civil) ou do guarda. O policial não pode atuar anonimamente. Todo policial deve estar identificado e, quando solicitado, precisa apresentar sua carteira funcional. Outra regra que deve ser seguida é que o policial não pode gritar ou xingar a pessoa que está sendo revistada e deve tratar respeitosamente familiares que se aproximam para pedir informação sobre o ocorrido. Caso contrário, o agente pode incorrer em injúria ou abuso de autoridade. Vejamos como parte da audiência do Facebook, que participa desse debate, organiza suas opiniões quanto a postura do policial no ato da abordagem:

**Rosana** Do nada manda encostar sem se identificar o velhinho nao estava apresentando ameaças foi abuso de poder sim a primeira coisa que o policial deve fazer é se indentificar-se

(...)

**Gessi** Gente esses policiais despreparados primeiro antes de fazer o que ele fez tinha que se identificar segundo jamais agredir um cidadão que não reagiu e não está armado por mais que o cidadão agrediu verbalmente o policial era só se identificar depois sim algema-lo por desacato não precisava dessa violência toda meu Deus as pessoas em geral estão cada vez mais violentos sem paciência nenhuma triste isso

(...)

**Priscila** Se te alguma autoridade perdeu no momento que agrediu o idoso Poderia muito bem se identifica como policial que tenho certeza que o homem iria encosta sem problema,mas não resolveu primeiro falar sem se identificar e depois agredir o idoso

(...)

**Mary** Abuso de poder! Um policial , a paisana, sem primeiro se identificar , não pode agredir o cidadão e só depois se identificar. Um funcionário público que atua como policia é para segurança e o bem da população. A atitude do tal funcionário público é um insulto ao povo.

(...)

**Lia** Policia do cão, falta de profissionalismo, chega do nada, mandando encostar sem se identificar sem nada, ainda que ele tivesse mostrado o distintivo, foi tao rapido que nem deu pro Sr. Identificar com tantos pilantras que se passam por policias pra agir de ma fé, tantos policias que agem de ma fé hoje em dia, que até eu ia chingar, se alguém me aborda assim sem eu saber do que se trata, qual o risco o Sr. Se ele queria respeito como autoridade agisse de forme coerente, pra não ser abusivo. Ja se queimou seu delega.

(...)

**Flávio** Não justifica a abordagem do policial, totalmente fora dos padrões e técnicas, a primeira coisa que ele deveria ter feito é se identificar como policial, se você não entende do assunto não dê palpite... covardia desta forma é crime de agressão... !!!

As observações postadas nos comentários, baseadas nas regras que deveriam ter sido seguidas pelo policial, reforçam o argumento de que houve lapso de conduta na abordagem ao transeunte por omissão do delegado. Em uma delas, inclusive, pondera-se que a rapidez com que o policial mostrou o distintivo pode ter impossibilitado o transeunte de confirmar o status do agente de segurança. Quanto à condução do procedimento, nas opiniões postadas, o cidadão abordado não apresentava ameaça por não estar armado e não ter reagido. Ao mesmo tempo, criticam o comportamento do policial por suposta covardia, “atitude de bandido”, melhor dito, por não adotar conduta ética e moral, agir como moleque, estar despreparado e desequilibrado para a função. No *thread* selecionado sobre o tema, Marcos, um integrante da rede social, opina:

**Marcos** O cara pede pro cara encostar e sequer se identifica pro cidadão, abordagem e conduta totalmente equivocada.

**Gilberto** Ele apresenta a carteira para o velho mal educados. E depois age

**William** Pois é Gilberto, eu me pergunto, será que estas pessoas não viram ele se identificando no início do vídeo ou realmente são tão mal caráter em querer ignorar este fato...

**Marcos** Voces certamente desconhecem dos principios base do uso da força, Legalidade, Necessidade, Proporcionalidade e a Conveniência.

**Lelis** Vc é um idiota alienado

**Humberto** Falou o que sabe de muita coisa.

**Marcos** Humberto se vc acha inteligente entao debata com argumentos e nao com o seu achismo.

Em resposta a Marcos, os interlocutores Gilberto e Willian defendem que o agente de segurança se identificou e insinuam que os participantes do debate são “mal caráter” ou ignoraram o fato. Marcos afirma que seus interlocutores desconhecem os princípios de legalidade (usar força só para conseguir o objetivo legal e dentro da lei), necessidade (usar força mais intensa, apenas quando níveis menores de força não atingirem o objetivo legal requerido), proporcionalidade (usar força sempre compatível ou proporcional à ameaça representada pelo agressor), e conveniência (não usar força causadora de danos maiores que o objetivo pretendido), normas que visam o controle e o uso da força pela autoridade evitando o conflito.

Em seguida, com novos interlocutores que têm uma atitude mais agressiva, Marcos é chamado de idiota alienado (tolo, ignorante, estúpido e fora da realidade, alheio) e tem seus conhecimentos questionados. Marcos convida Humberto a um debate com argumentos e não com achismo. A partir desta postagem, Marcos silencia, mas os comentários de outros interlocutores prosseguem:

**Carlos** A primeira coisa que fez foi mostrar a identificação, assista direito!

(...)

**Eduardo** Olha a porra do vídeo o cego se identificou sim cego do crai

(...)

**Henrique** Vc é cego ou é doido?

(...)

**Vivi** Procura oculista

(...)

**Gilberto** Não viu o vídeo não idiota

(...)

**Adriano** Esse óculos que vc usa é para que mesmo?

Com expressões como “assista direito”, “olha a porra do vídeo”, você é cego ou doido, cego do crai (caralho), “procura oculista”, insinuam que Marcos, autor da postagem que gerou esse debate, não assistiu ao vídeo, não prestou atenção, está doido ou tem uma possível deficiência visual, argumentos para atingir sua imagem e desqualificar sua opinião no debate. Novamente, percebe-se a estratégia de, por meio de ataques com xingamentos e agressões, tentar impor um ponto de vista que se quer dominante, constranger o interlocutor e obrigá-lo a se calar ou abandonar a discussão. Os argumentos conflitantes quanto à identificação correta ou não do policial durante a abordagem revelam o dissenso da percepção dos interlocutores sobre o cumprimento das regras do decoro na conduta do delegado.

### **6.1.5. Desacato à autoridade é crime**

O argumento do desacato à autoridade também emerge na discussão como regra de comportamento que, na interpretação de alguns interlocutores, foi infringida pelo transeunte. Segundo o artigo 331 do Código Penal, é crime desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. A pena prevista é de seis meses a dois anos de detenção ou multa. A lei entende por desacato menosprezar, menoscar, desprezar, humilhar o funcionário público. O sentimento de desdém depende, diretamente, do grau de sensibilidade, vaidade ou, ainda, necessidade de registrar o papel de autoridade daquele que se diz ofendido. Essa tipificação criminal é controversa e considerada por muitos especialistas como inconstitucional por violar a liberdade de expressão, e, muitas vezes, ser usada de forma manipuladora pelos agentes públicos. Por outro lado, percebo também neste caso que, em defesa da autoridade e da obediência, muitos integrantes da rede social parecem assumir posturas semelhantes aos agentes da justiça, ou seja, exaltam o dever de cumprir a lei com o fim em si mesma. Nesse sentido, para esse grupo, parece, ao meu ver, que se privilegia a obediência, negando a

possibilidade da transgressão ou classificando-a pura e simplesmente como crime. Nas postagens selecionadas para exemplificar a opinião dos integrantes da rede social sobre o tema, parece haver uma concordância:

**Matheuss** A polícia vez certinho veio sem vergonha tinha que algemar e prender na hora desacato autoridade é crime

(...)

**Kleitton** Tem muito policial vagabundo que abusa do poder de autoridade, mas nesse caso aí o senhor estava errado, ele se identificou e com educação pediu para o senhor encostar, e o senhor desacatou a autoridade

(...)

**Maxweell** Mandou o policial encher o cu de rola e vcs ainda acha que o policial está errado? O idoso que tem que ter respeito à idade não muda a educação de ninguém, desacato a autoridade é crime!

(...)

**Rosangela** Se é polícia era só dar voz de prisão por desacato, não precisava agredir, ficou tão errado quanto!

(...)

**Allan** Ambos errados ! O policial não se identificou! Ele disse que era policia! Isso qualquer um pode dizer! Não justifica um representante da lei agora dessa forma! Não minimizando o desacato do cidadão!

(...)

**Moreira** Se ele for delegado é pra manter mais o controle de q uma pessoa q n teve tal treinamento. Agr faço a pergunta, desacato é pra prender ou espancar?

Independentemente do lado assumido no debate, se do policial ou do transeunte, as opiniões nesses exemplos parecem convergir quanto ao fato de ter havido desacato ao agente da segurança. Outras questões e justificativas voltam a ser articuladas em torno da defesa do argumento de afronta como o uso da frase: “vai encher o cu de rola”, o desrespeito do idoso, a agressão e a falta de educação. Mas, a conduta do policial continua a ser questionada. No *thread* a seguir, esses temas permeiam a interação:

**Pedro** Houve o **desacato**.... Esse homem aparentemente embriagado deve ter feito algo alem de desacatar a altoridade policial!! Vai encher seu c..... De peia agora velho vacilao.! No meu ponto de vista o policial esta coberto de razão

**Moises** o vei deu mole. nao por ser policial deve se respeitar, mas respeitar a todas pessoas em geral.

**Débora** Tá coberto de razão! Concordo com vc plenamente e com seu ponto de Vista!

**Mareska** Não interessa olha a idade do senhor, tu è um idiota

**Val** Mareska, o delegado, deve ter mais ou menos, a mesma idade! Isso é pra ele aprender a respeitar os outros e pelo jeito, não foi a primeira vez! Se garantindo na "LEI DO IDOSO " ...

**Claci** Pedro vc vai ficar velho ai tomara que algum policial fia da puta faça pior com vc porque vc nao vale nada se você com seu pae vc acharia bom acho que vc nao tem pae filho de chocadeira

**Wellington** Claci más porque é idoso nunca deve desrespeita ninguém pode ser até uma criança vc eu temos que respeitar, o senhor ai perdeu toda a razão falou besteira manda um policial encher o c de rola vc vai vê o que vai acontecer e nem precisa see policial que vai dá zebra kkkkk

(...)

**Wemerson** Pedro primeiramente aUtoridade se escreve com U, o senhor desacatou um caralho nem sabia quem era o policial ele que se acalmasse se identificasse e fizesse o trabalho dele de forma correta é um covarde

A postagem de Pedro em defesa ao argumento de ultraje, além de insinuar que o transeunte estava embriagado, lança sobre ele suspeitas de ter cometido outras transgressões, e expressa sua agressividade ao mandá-lo “encher o cu de peia” (peia – termo de baixo calão para pênis), usando uma variação da mesma expressão ofensiva ao delegado. Pedro chama o transeunte de “velho vacilão” – velho, substantivo carregado de um sentido pejorativo de ser ultrapassado, improdutivo e inativo; vacilão, termo usado quando a pessoa diz ou faz algo sem considerar os efeitos de suas ações ou palavras, causando problemas –, e endossa a conduta do policial. Tem a anuência de Debora e de Moises, o qual evoca outro valor: o respeito a todas as pessoas.

Val censura a Lei do Idoso, insinuando que o transeunte está tirando vantagem do estatuto para infringir as regras de comportamento e outras leis. Claci tentar intimidar Pedro, lembrando a ele que irá envelhecer e desejando que um policial “fia da puta” (filho da puta – no sentido de maldoso, covarde) faça-lhe pior e o acusa de valer nada (inútil, dispensável, fútil, sem princípios e valores). Na sequência indaga sobre a sua reação se a situação fosse com seu pai, mas, em seguida, afirma ser ele “filho de chocadeira”, ou seja, a exemplo das aves que são cuidadas pelos pais, mas quando saem do ninho não retornam mais e rompem os vínculos paternos.

Em outro comentário à postagem de Pedro, Wemerson chama sua atenção para a grafia correta de autoridade (com u e não com l), uma forma de tentar envergonhá-lo e desqualificá-lo por um erro de português; discorda do desacato pelo fato de o cidadão não saber que se tratava de um policial. Argumenta também que o delegado deveria ter se acalmado, se identificado e feito seu trabalho corretamente, qualificando-o de covarde por agredir alguém que, supostamente, não consegue se defender. O comentário de Wemerson, com tom emocional, busca desqualificar tanto Pedro quanto o policial.

No *thread*, Pedro inicia o debate, mas não responde aos seus interlocutores. São outros participantes, que provavelmente concordam com sua linha de raciocínio, que respondem às investidas contra ele e aos seus argumentos. O diálogo parece ser guiado pelos sentimentos dos participantes, que usam mais agressividade do que argumentos para defenderem seus pontos de

vista. O respeito é o principal valor a ancorar os pontos de vista de ambos os grupos, os contrários e os favoráveis à tese do desacato, podendo ser identificado, neste caso, como um dos princípios do decoro.

#### 6.1.6. Abuso de autoridade: o direito de um cessa onde começa o do outro

O abuso de autoridade aparece nas postagens como argumento em relação aos limites do direito do policial sobre o do transeunte, visto muitas vezes pelos integrantes do Facebook, no caso analisado, como idoso. Questiona-se a imoderação do poder do agente levantando dúvidas sobre a sua legitimidade por uso excessivo, injusto ou inadequado. Embora seja um poder instrumental do Estado o exercício de atos coercitivos para assegurar o bem-estar público ameaçado, quando utilizado de forma desproporcional, com emprego arbitrário da força e da violência contra o cidadão civil, constitui formas abusivas e arbitrárias não toleradas em estado democrático de direito. Legalmente, o uso do poder pela polícia é lícito e o abuso, ilícito. Estados democráticos, como o brasileiro, inspiram-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Nesse sentido, entre as opiniões postadas no *feed* de comentários, são recorrentes a interpretação dos usuários da rede social de que houve abuso de poder e de autoridade, como nos exemplos abaixo:

**Marcones** Abuso de autoridade, não ouve nenhum tipo de resistência do indivíduo, atitude desnecessária. entra no artigo abuso de autoridade e agressão ao idoso

(...)

**Sebastiao** Abordagem totalmente fora da lei esse camarada deveria receber punição da corregedoria por abuso e truculência de autoridade

(...)

**Rogério** Um idiota abuso de poder pra que isso sem preparo sem moral sem nada sem vergonha um lixo

(...)

**Wagner** Abordagem totalmente errada, não se identificou e partiu logo pra agressão sem motivo algum que a justifique, abuso de autoridade e despreparo total. Espero que o MP, tome as medidas cabíveis contra a super autoridade! Deve ter esquecido como se deve abordar alguém, lugar de polícia é na rua e não requisitado em gabinete mamando nas tetas do governo.

(...)

**Layra** Isso tem um nome. Abuso de poder. Independente do que esse senhor fez, não dar o direito desse policial despreparado agir dessa forma. Certo?

(...)

**Maria** Nada justifica espancar o cidadão É abuso de poder e ã tem justificativas. Contra fatos ã tem contestação. Policial desequilibrado ã tem controle emocional nem competência profissional usa a for que é mais cômodo. Já pensou se todo professor q

lida com 45 alunos de escolas públicas em áreas de risco espancasse cada um que lhe fere com palavras e gestos? Ora bolas....COVARDIA PURA.

No debate, prevalece a regra legal como norteadora do comportamento. Às alegações de descomedimento do poder, juntam-se outros argumentos: agressão injustificada, covardia policial, passividade do transeunte, truculência, falta de moral, de vergonha, despreparo profissional, descontrole emocional. No post de Maria, por exemplo, ganha força o argumento de que a força física não deve ser usada como resposta a uma agressão verbal. Esses temas vão pontuar o debate em diferentes *threads*, como no exemplo a seguir:

**Ronaldo** Perdeu totalmente seus direitos de polícia... Uma grande falta de respeito com o Idoso, o Idoso não estava dando perigo nenhum de fuga. Então não precisa daquele abuso de poder! Esse cidadão quer se apresentou como policial tem que prestar esclarecimentos dos fatos para seus superiores vê si abrir uma sindicância contra sua pessoa, por abuso de poder e si á vítima acionar á Justiça entrar contra ele por Danos Morais.

**Lelis** É por mentes iguais à sua que o Brasil tá do jeito que tá, tudo é processo, tudo é danos morais que dó de pessoas assim. Sugiro que vc assista o vídeo com alguém para que vc ouça e veja o que realmente aconteceu.

(...)

**Ronaldo** Lelis, vamos sermos corretos o Estado não paga o Policial para bater no cidadão! Então isso ele já perdeu seus direitos... Vc conhece á Lei e sabe como funciona!

**Lelis** Mas vc ouviu o que o cidadão falou pra o policial quando pediu pra encostar :o cidadão mandou ele encher o cu de rola, se eu fosse o policial naquele momento bateria na boca dele

(...)

**Ronaldo** Lelis, o policial é obrigado á ter essa paciência, ele é treinado pra isso... Jamais pode bater no cidadão; no momento que ele bater no cidadão perdeu seus direitos. O dever dele é si identificar fazer abordagem si achar algo que não enquadra na Lei, aí sim encaminhar ele para á DP para o Delegado Finalizar o Procedimento.

Na sequência de mensagens, Ronaldo menciona o direito de a vítima acionar a Justiça por danos morais, o que causa reação imediata de Lelis, que considera exagero processar, dando a entender que lutar por direitos prejudica o andamento do país. Ele usa eufemismo para dizer que “tem dó de pessoas assim”. Ronaldo argumenta que, legalmente, o policial não é pago para agredir e, por isso, perdeu seus direitos e lembra a Lelis que os policiais têm que ter paciência e, por serem treinados para fazer abordagens, devem seguir as regras.

No decorrer do debate, após uma sequência de respostas ao seu post defendendo o policial, Ronaldo volta a se manifestar:

**Fabio** Ele poderia ter pedido a identificação primeiro mas o que ele usou foi palavras de baixo calão. São esses tipos de coisas que fazem o cidadão aprender a ser gente. Atitude correta. Ele caiu de bebado que estava.

(...)

**Raquel** O idoso disse p ele... vai encher o c... de rol...

(...)

**Alexandre** Ronaldo ele paga é pra ser xingado? Vc gostou da frase encher seu cu de rola né?

(...)

**Diogo** o velho indefeso causou um acidente de carro se você não sabe e ele ainda estava bêbado, o policial se identificou com toda calma e sofre desacato e tem que bater palma? Vai encher teu cu de rola

(...)

**Ana** desrespeito foi o idoso mandar o outro encher o c\*\*\* de rola , porque isso nao se faz qdo vc tem respeito pelo próximo, e o policial mostrou sim a carteira de identificação ao pedir para ele se encostar . Antes de criticar veja o video com mais atenção. A policia poderia usar outro meio menos agressivo , porém nao usou , minha opiniao é q nao tem vitimas nesse video ,os dois estao errados.

(...)

**Romario** Quem faltou com respeito primeiro? Se não segue a ordem na educação tem que ir sem educação mesmo.

(...)

**Ronaldo** Vcs que estão defendendo o Polícial!!! Então ele é pago do nosso dinheiro para bater no cidadão ou para resolver á situação?!? Então gente vamos sermos mais transparente com á situação; TODOS os policiais são pagos e treinados para solecionar esses tipo de situações não importa si é bêbado ou marginais, si, for recebido com palavras então manda palavras, si for recebido com porrada mobilizar o indivídu, e o encaminhar á DP agora si for recebido com bala manda chumbo neles... Á constituição do Polícial é fácil de entender!

**Giovani** Direito de idoso? Me mostra onde fala que idoso pode desacatar autoridade e ter que ser respeitado por isso?

**Ronaldo** Meu amigo, por isso que á Polícia trabalha com esses abursos de autoridade! O Senhor está fora de si... Então, tem que bater? Então, não precisa de punir e nem de delegado e muito menos de Juiz para julgar o caso, tem que meter o pau e está tudo resolvido?!? É isso aí amigo? O cidadão está errado no momento do caso é fácil de resolver! Apenas encaminhar ele para á DP.

Como resposta aos vários comentários em defesa da ação do policial, Ronaldo lança dois argumentos: o primeiro, que as agressões verbais devem ser resolvidas pela polícia por meio de diálogo e repreensão verbal e que as violências físicas, por meio de mobilização e uso da força; a segunda, que os processos e as instâncias de autoridade sejam respeitadas para que haja um julgamento e, se necessária, a punição adequada e, não, partir imediatamente para a violência. Com isso, reforça a proposição de erro do policial por extrapolar a sua ação, comprometendo os direitos do transeunte.

O respeito aos direitos do cidadão civil e o controle ao abuso de poder do policial figuram, neste trecho do debate, como valores imprescindíveis na forma de lei, que ditam as regras do decoro.

Durante a pesquisa de campo, vários casos como este foram observados no Facebook, mas esta postagem foi, dentre eles, a mais legitimada pelos integrantes da rede, o que se constata pelo número de comentários (14 mil), comprovando que o conteúdo gerou forte envolvimento do público. O posicionamento engajado dos integrantes da rede social em relação às questões apresentadas pela situação envolvendo o transeunte e o policial fez aflorar nos discursos temas como relação de poder, autoridade, respeito, compostura, obediência, idade, entre outros; e permitiu compreender os comportamentos e valores mobilizados pelo grupo com relação às regras do decoro, expressas nos códigos que governam as regras e expressões substantivas da sociedade – as leis, a moralidade e a ética. No próximo tópico, passo à análise do segundo caso selecionado para esta pesquisa.

## **6.2. Segundo Caso: Mulher destrói escultura de Iemanjá a marretadas**

Um vídeo postado em 19 de setembro de 2019, por um membro do Facebook e integrante da Umbanda – religião de matriz africana, trouxe para o debate na rede social um caso de suposta intolerância religiosa. A filmagem mostra o momento em que uma mulher usa uma marreta para quebrar a imagem de Iemanjá, que fica na praia de Ribeirão da Ilha, em Florianópolis. As imagens foram gravadas por morador(a) de uma casa que fica em frente ao monumento. A publicação gerou mais de 1.200 comentários, 590 compartilhamentos e 2,2 mil manifestações por meio dos botões *Reactions* (curti, amei, haha, uau, triste e Grr), até dezembro do mesmo ano.

**Figura 2: Cenas de depredação da estátua de Iemanjá**



Fonte: vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jcCtxBvcj20>. Acesso em 03/10/2019.

A gravação (resumida acima na sequência de fotografias capturadas do vídeo) se inicia com a imagem de uma mão abrindo uma porta (1) que dá acesso a uma área de serviço da casa e à entrada gramada de uma garagem (2). No áudio, ao fundo, ouve-se um barulho de marteladas e vozes que parecem vir de uma televisão ou de um rádio ligado. A câmera registra, por cima do portão da garagem, um ônibus que passa pela rodovia (3) e, logo após, do outro lado da pista, com a praia de Ribeirão da Ilha ao fundo, uma mulher – vestindo uma saia escura abaixo do joelho, blusa branca de mangas longas e um lenço avermelhado envolvendo os cabelos – em cima da base da escultura de Iemanjá, feita de cimento, dando golpes de marreta nos braços e cabeça da estátua da orixá (4). Após uma sequência de marretadas, ela desce (5) e continua a golpear a base da escultura (6). O(a) morador(a) que está filmando se desloca para uma outra janela, no interior da casa, para continuar registrando a ação. A senhora para e vai caminhando até um carro branco com a porta aberta (7), que está a poucos metros da estátua. Ela entra no carro (8), faz uma manobra e o estaciona novamente (9). Em seguida, volta com a marreta e reinicia a destruição da imagem, enquanto carros passam pela avenida (10). Durante o tempo da filmagem, 2 minutos e 14 segundos, pode-se aferir que desferiu mais de 25 golpes na escultura.

O vídeo é acompanhado por um texto longo do dono do perfil, intitulado “Intolerância Religiosa. Até quando?”, em que se manifesta contra a intolerância religiosa – ou seja, as atitudes e ideologias que podem ofender as crenças e religiões pessoais –, informa que não foi

a primeira vez que a estátua sofreu depredação e que, neste caso, as providências legais foram tomadas. “Aqueles que praticam a intolerância religiosa acreditam possuir alguma ‘procuração divina’ e, em nome de sua fé, sentem-se no direito de achincalhar, invadir, espoliar, prender, torturar e, por fim, exterminar o diferente”, afirma o texto. O autor da postagem retrata a história de luta contra a violência e a resistência cultural e das crenças dos povos africanos trazidos para o Brasil como escravos e convoca os praticantes de religiões africanas a lutarem por respeito e liberdade. Ressalta ainda que, no Brasil, a questão dos ataques aos símbolos e locais de culto das religiões de matrizes africanas, bem como as agressões aos seus adeptos, é uma demonstração/confirmação do racismo, que se expressa pela intolerância religiosa.

Nessa postagem, o respeito é novamente a base para o decoro. A intolerância religiosa, no caso, acontece quando não existe uma convivência respeitosa no que se refere ao direito de expressão das crenças ou da religião quando diferente do outro. Ela se materializa pela violência física ou simbólica e motiva atitudes agressivas e hostis em relação ao discordante. A incomplacência se caracteriza por ofensas pessoais que ferem a dignidade e discriminam o divergente e, em casos mais graves, pela perseguição, agressão física e atentado contra a vida de pessoas que optam por outras crenças. O ato observado e postado no Facebook é um exemplo de intolerância que leva à destruição de objetos e símbolos religiosos de forma brutal e pública.

Embora a religião seja um importante fator de significação, de formulação de conceitos e ordenação da vida social, é um tema que provoca debates aquecidos, comportamentos e atitudes diversificados com base na crença, principalmente quando se trata de uma classificação hierárquica que implica a relação de poder de um grupo cristão sobre o outro. Para garantir a igualdade entre todos, a liberdade de expressão e de culto religioso são direitos garantidos tanto no artigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>57</sup> quanto no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1998<sup>58</sup>.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que as pessoas têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; e podem manifestá-la sozinho ou coletivamente, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos. A Carta Magna, além de garantir a liberdade de expressão, estabelece, no inciso VI do artigo 5º, que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre

---

<sup>57</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos, disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 27/03/2020

<sup>58</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 27/03/2020.

exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. A Constituição da República Federativa do Brasil garante ainda o Estado laico, ou seja, que os governantes da nação devem respeitar todas as crenças religiosas e garantir o mesmo respeito por parte dos brasileiros, além de se manter neutro, sem privilegiar nenhuma das religiões, assegurar a governabilidade isenta de dogmas religiosos e manter a separação entre Igreja e Estado.

Além da garantia constitucional, o Artigo 208 do Código Penal<sup>59</sup> prevê sanções para crimes contra o sentimento religioso. A pena é reclusão inafiançável de um mês a um ano, ou multa, para quem “escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso, vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto”. O preconceito religioso é criminalizado também pela lei brasileira nº. 7716/99<sup>60</sup>, no seu Artigo 20.

O ato público da depredadora se caracteriza como um dilema ético por colocar um conjunto de princípios e valores em conflito com a sua conduta. Como aponta Cortella (2009, p. 106), frequentemente nos deparamos com impasses no nosso cotidiano: há coisas que queremos fazer, mas não devemos; há coisas que devemos fazer, mas não podemos; e há coisas que podemos fazer, mas não queremos. Quando as respostas para as questões: Quero? Devo? Posso? são, de alguma forma, negativas, isso impossibilita que se assegure um bom andamento da vida coletiva. Neste episódio, as ações da depredadora afetaram os interesses de outras pessoas e acenderam conflitos do ponto de vista moral e legal, já que o Código Penal (Lei Nº 2.848/40) prevê como crime os danos ao patrimônio público em caso de destruição, inutilização ou deterioração de coisa alheia.

### **6.2.1. Intolerância religiosa é crime**

No caso da destruição de um símbolo sagrado, as leis ditam as regras do decoro quanto às crenças religiosas e garante o respeito, o direito dos cidadãos de escolha e suas práticas. Esse será o tom da maioria das opiniões em resposta à postagem da filmagem apresentada no feed de notícias – a defesa das normas e a condenação à intolerância religiosa, como exemplificam os *posts* de Edison: “Só pra lembrar; intolerância religiosa é crime prevista no código brasileiro” e Carine: “Isso é crime...e tem que denunciar. Ela tem que pagar e saber que isso é crime...”

<sup>59</sup> Código Penal Brasileiro, disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo\\_penal\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf). Acesso em 27/03/2020.]

<sup>60</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm). Acesso em: 20/04/2020

O *thread* selecionado para análise traz um debate polêmico quanto à interpretação das regras legais.

**Giovanni** Os dois lados estão errados. Quem colocou a estátua ali e quem tá quebrando. Guarde sua religião apenas pra vc e pare de impor sua crença aos outros.

**Benedito** Giovanni imposição são os evangélicos batendo na porta de sua e não uma estátua que representa determinada religião. Ninguém está impondo que vc deva seguir esta religião. Mas ao baterem em sua porta, sim, isso é imposição. Ao não respeitar outra religião é intolerância.

**Giovanni** Como eu disse, os dois lados estão errados tanto a igreja que fica domingo a noite aos berros quanto ao centro de umbanda/candomblé que fica aos batuques até de madrugada as sextas feiras. De qualquer forma estão querendo impor suas crenças aos outros. Somos um país LAICO.

(...)

No diálogo com Benedito, Giovanni expõe sua intolerância a partir de uma perspectiva individualista e não coletiva sobre a religião. Para ele, a escolha religiosa, por estar no campo da subjetividade, não deve ser explicitada publicamente. A crítica de Giovanni, neste sentido, é de que o símbolo, como princípio extrínseco de informação, impõe a religião a que representa por estar em espaço público e não privado, já que defende a opção de fé enquanto crença pessoal, fé particular.

Seu interlocutor, Benedito, contra-argumenta afirmando que, para ele, a coação acontece quando representantes religiosos batem na porta de sua casa. A expressão, que à primeira vista não tem o significado de imposição (de determinação, de obrigar a aceitar), parece ter sido usada com este sentido pelo fato de a prática de visitas feitas por grupos religiosos terem como objetivo evangelizar ou levar a palavra, como muitos praticantes costumam definir; e, por isso, serem interpretadas como imposição de uma doutrina. Por outro lado, ir à casa de alguém sem ser convidado pode também ser interpretado como invasão de privacidade, ao negar o direito individual no âmbito do espaço doméstico.

Giovanni continua firme no seu julgamento de certo e errado e amplia sua argumentação para o desrespeito ao silêncio, interpretando os sons advindos dos ritos religiosos como imposição de crença e, não, como uma transgressão ao direito coletivo à tranquilidade – garantido por leis federais, estaduais ou municipais que proíbem a perturbação do sossego e estabelecem restrições objetivas ao barulho durante o dia e à noite. Percebe-se que, ao reunir diversos argumentos que mais parecem motivar o ódio ao outro do que justificar seu ponto de vista; é ele próprio quem tenta impor seu posicionamento individualista, baseado nos interesses próprios. Ao usar a frase: Somos um país LAICO, embora o conceito contradiga todas as justificativas por ele utilizadas; pela forma como emprega a palavra laico – enfaticamente grafada em letras maiúsculas – parece querer utilizá-la, intencionalmente ou não, para reforçar

sua tese de neutralidade e isenção religiosas, atributos do Estado e, não, aos cidadãos, que, em vez disso, têm garantidos o respeito e a liberdade de expressão religiosas.

**Deise** Giovanni, não sei de onde você tirou que estado laico é não poder ter qualquer tipo de manifestação religiosa. É exatamente o contrário, todos podem se manifestar livremente, inclusive, os ateus também são livres. Cultos das igrejas evangélicas, rituais de religiões africanas, missas, reuniões espíritas são legais e não são imposições..... (...) O que não pode é julgar, condenar e usar de violência contra pessoas, locais, imagens, rituais, etc. Desculpe mas você está viajando na sua colocação e provocando mal estar ...

**Giovanni** Deise não sou obrigado ouvir sermão evangélico no trem na volta do trabalho, não sou obrigado a ouvir atabaques na casa do vizinho até às 6 da manhã, não sou obrigado a ser importunado por testemunhas de Jeová batendo no meu portão e nem ter que mudar meu trajeto por passeatas católicas. Onde eu moro sou cercado por todas essas religiões. Seu direito termina quando começa o meu.

**Giovanni** Deise de onde tirei? Tirei do artigo 5º, VI, da Constituição Federal.

(...)

**Deise** Giovanni você não é obrigado a nada, ninguém obriga você a nada. Torço realmente para você achar um lugar que isso não aconteça já que lhe incomoda tanto. Talvez você não seja obrigado a várias outras coisas também a trabalhar e pegar o trem, por exemplo....seu conceito de obrigação tá meio esquisito.....eu me incomodo com carros que passam em frente à minha casa com som alto tocando funk... não sou obrigada...mas não tenho como retirar o direito daquela pessoa ... é um espaço daquela pessoa, seu carro, seu som. Tem coisas que é melhor aceitar que dói menos e aí sim você estará praticando o limite de direitos ao qual se refere. E preciso lhe dizer que sua interpretação em relação ao artigo 5º, inciso VI, está equivocado, ele garante justamente a liberdade das manifestações. Desculpe Giovanni, polêmica sem sentido a que você quis levantar. E viva as estátuas da mãe Yemanjá, Cristos, Pretos Velhos, Kardec e tudo mais!

(...)

Deise questiona a má interpretação de Giovanni do conceito de Estado laico e aponta, em seguida, que determinados conceitos e regras têm validade para os que dela tiram vantagens individuais. Giovanni continua negando a religião como fenômeno social e abdicando, de certa forma, das crenças, regras e valores inerentes a ela, guiando-se pelo seu julgamento individual. Neste sentido, recorre ao artigo V da Constituição como justificativa de garantia de seus interesses específicos, interpretando a lei de forma a garantir seu ponto de vista e sua integridade moral. A falta de sentido, apontada por Deise, na polêmica levantada por Giovanni, parece reforçar sua intolerância religiosa e sua indisposição de aceitar opiniões divergentes. A interlocutora finaliza sua participação no debate saudando diferentes entidades religiosas, reforçando a regra de liberdade de manifestação e crença religiosa.

A postura de Giovanni neste diálogo exemplifica como, na sociedade contemporânea, o individualismo egoísta, em determinadas situações, pode se sobrepor à consciência coletiva e ao caráter social da moral – que objetiva fazer com que os atos individuais ou de um grupo social sejam vantajosos para parte ou para toda a sociedade. Percebe-se no discurso de Giovanni

uma tentativa de se apartar da vida pública, elegendo a vida privada como a verdadeira esfera moral para seus atos. O decoro do interagente, neste caso, é pautado por interesses individuais.

### 6.2.2. O que fazer? Filmar ou impedir o crime?

A atitude da pessoa que filmou anonimamente a deprecação de Iemanjá trouxe para o debate questionamentos de como ela deveria ter se comportado e o que deveria ter feito. A resposta as essas questões irá mobilizar argumentos morais e éticos. Ambos os conceitos implicam na regulação do comportamento quanto às regras do considerado aceitável e positivo, o bom e o ruim, o que devemos fazer e o que não devemos fazer. Sendo a ética a perspectiva com que olhamos os princípios e os valores mobilizados para a manutenção do equilíbrio na convivência social.

Nesse sentido, muitos integrantes do debate na rede social questionaram a atitude de quem estava por trás das câmeras, como, por exemplo, **Adauto**: “Parece que é mais importante filmar do que impedir e anotar a placa”. Vejamos essas reações nas postagens:

**Ilê** Agradecemos quem filmou pois agora temos provas.

(...)

**Hugo** - Ilê tudo bem que as imagens irão ajudar a achar o culpado, mas além de filmar acredito que naquele momento dava para interceder antes e evitar danificar a imagem.

(...)

**Inês** Deveria ter segurada a pessoa e não deixar ela continuar

(...)

**Kênia** Eu tinha matado na porrada. Nao tem marreta certa.

(...)

**Paulinha** Eu Teria gritado: - Eeeei???? Tô ligando para polícia, anotei a placa do seu carro, e acabei de filmar vc.

Nas respostas ao agradecimento de Ilê, percebe-se o julgamento dos interlocutores ao(à) autor(a) da filmagem cobrando atitude, intervenção ademais da gravação. Hugo parece criticar a posição de *voyeur* assumida pelo(a) cinegrafista durante a cena registrada. Inês e Kênia remetem ao uso da força física e da violência para conter o ato, reação semelhante à ação acometida pela autora da atrocidade. Paulinha sugere constranger pelo medo de punição policial, ameaçar pela denúncia, dar visibilidade e provas do crime.

**Maria** Ilê, estranho a pessoa filmar e não fazer nada, isso é conivência, ele é tão culpada quanto que fez a destruição da imagem. É necessário mais atitudes e menos mimimi

Nesta postagem, há o julgamento do ato moral da pessoa por trás das câmeras associado à responsabilidade. A interlocutora acusa o(a) morador(a) de omissão e conivência e, de certa forma, culpabilizando-o(a) pela depredação, comparando seu ato ao da depredadora, tendo como pressuposto que o(a) autor(a) da filmagem poderia escolher entre as alternativas de fazer ou não fazer algo para impedir a destruição da escultura. Por outro lado, desconsidera que a atitude de filmar, para gerar provas do crime, possa ter sido uma das alternativas avaliadas e escolhidas como mais conveniente no momento.

**Ragnel** Mas o problema é que, a pessoa transtornada só o fato de ser contrariada, poderia ser gatilho pra uma tragédia, não esquecendo que, a pessoa que filmou estava dentro de casa, imagine essa pessoa com a marcando sua casa...

Ragnel pondera sobre as posições opostas, nesta situação, entre a mulher que, publicamente, depredou a imagem, e a pessoa filmando protegida, dentro de sua casa, e, ao mesmo tempo, exposta à reação do agressor caso se manifestasse. Para ele, o enfrentamento poderia gerar tragédia. Novamente, deparamo-nos com um conflito ético do sujeito: o(a) morador(a) queria impedir, mas não devia; ele(a) devia, mas não podia; ou podia, mas não queria? Pela manutenção do anonimato, pode-se presumir que ele(a) tenha privilegiado a preservação da sua integridade física e de seu patrimônio. Esses impasses contribuem para o debate dos valores morais e éticos e para a percepção das regras de decoro na atualidade.

### 6.2.3. Lei do retorno

A expressão lei do retorno ganha destaque novamente neste debate. Ela integra, como demonstrado na primeira análise, o grupo de termos (causa e efeito, semeadura e colheita, lei da ação e reação etc.) que é utilizado para afirmar que o que se faz por um, gera a produção de uma ação de retorno ao ponto de partida, ou seja, o que foi produzido traz como consequência uma reação, uma resposta a quem fez ou falou algo. No sentido popular “aqui se faz, aqui se paga; colhemos o que plantamos”. Muitas vezes, o entendimento dessa expressão caminha da ciência à religião incorporando seus vários sentidos simbólicos. Neste caso, a lei do retorno está ancorada à crença no poder das divindades e ao castigo. Vejamos no *thread* a seguir:

**Marilene** Não se preocupem Mãe Iemanjá vai dar o que ela merece

(...)

**Mara** Marilene acredito mto nisso. Lei do retorno não falha!

Nestas postagens, a lei do retorno a uma ação negativa gera castigo que se sustenta na crença das interlocutoras de que, mais cedo ou mais tarde, a divindade africana (Iemanjá) irá dar um troco à ação depredatória desferida à estátua pela mulher flagrada no vídeo. O retorno

pressupõe um equilíbrio social completando um ciclo, seguramente, de uma forma diferenciada do ato de depredar um símbolo religioso.

Diante da fragilidade humana, da vulnerabilidade e das incertezas, em geral as pessoas buscam proteção nas divindades, apresentadas pelas religiões como seres soberanos, poderosos, capazes de proteger e, ao mesmo tempo, castigar. Neste caso, a infratora seria castigada porque não respeitou o símbolo dominante do Candomblé.

**Barbara** Foi mexer com Iemanjá... Que teu deus te proteja, querida...

(...)

**Luis** Barbara ja que é assim, nem precisa dar queixa na polícia, só esperar que iemanjá resolve, né ????? Por isso que muitas pessoas tem medo, por causa desse tipo de comentário.

(...)

**Aparecida** Barbara porque iemanjá vai castiga-la..entao nao é uma entidade do bem como vcs dizem

(...)

**Tassiane** Barbara Iemanjá não faria mal algum a ninguém para que seja necessário a proteção de Deus. O próprio ódio dela a destruirá e quanto à isso, lei do retorno, nada poderá protegê-la.

(...)

**Maria** Barbara me desculpe mais Deus não tem nada a ver com lemanja

(...)

Neste diálogo, o comentário de Bárbara – que é direcionado à depredadora e não ao autor da postagem – ganha duplo sentido. Pode ser entendido como uma advertência, em tom irônico, quanto às consequências do ato de destruição da imagem (lei do retorno). A estrutura da frase utilizada, inclusive, é muito parecida com a de uma expressão popular proferida no Brasil: “Foi mexer com quem estava quieto, agora aguenta!”, que também é utilizada para situações em que se quer ressaltar as consequências de algum ato. Por outro lado, foi interpretada por alguns dos interlocutores como uma insinuação de antagonismo entre as entidades: Iemanjá que castiga e Deus que protege. Para Luis, a fala de Barbara dá a entender que a própria divindade fará justiça e alerta para as consequências do comentário. Para Aparecida, a orixá irá castigar a autora do delito e, por isso, não é uma entidade do bem. Tassiane, embora em forma de negação, deixa subentendido que a fala de Barbara leva a crer que Iemanjá vai castigá-la, por essa razão é necessário a proteção de Deus. Nessa postagem Tassiane desconstrói o suposto caráter maléfico da entidade destroçada e retoma a perspectiva da lei do retorno, sendo o próprio ódio da depredadora a força que irá destruí-la.

Já o comentário de Maria expressa intolerância, baseada na crença de um único ser todo-poderoso (Deus). Utiliza na postagem a frase “me desculpa mais [mas – conjunção

adversativa]”, que denota não um pedido de desculpas, mas, sim, uma forma polida que, em geral, se usa para dizer que discorda do outro; e a expressão “não tem nada a ver”, que traz dupla negativa (não e nada), sugerindo que não há relação ou correspondência entre as entidades. Percebe-se, neste debate, que a religião imprime um caráter peculiar à regulamentação das relações entre os integrantes do grupo, ou seja, ao decoro, depositando nas divindades parte da garantia da vida moral.

#### 6.2.4. Preconceito alimenta a intolerância

O foco do debate da intolerância religiosa, neste caso, representado pela depredação de um símbolo sagrado, gera suspeita de que o ato foi produzido por um militante de doutrina oposta, como se pode observar nas postagens a seguir, que se referem à igreja evangélica, certamente por alguns atributos conferidos aos seus seguidores. Vejamos:

**Isaura** EVANGÉLICA fanática, não respeita as crenças dos irmãos, não sabe conviver com as diferenças

(...)

**Fabinho** Ilê é só procurar nas igrejas EVANGÉLICAS mais próximas que acha o culpado(a) rapidinho.

(...)

**Anderson** Pela roupa eh assembleiana ou da Deus eh amor ou restauração (...)

**Omar** Ilê com certeza evangélica doente da cabeça demônio no corpo.

(...)

**Vera** Com certeza são evangélicas, religião que não respeita as outras crenças.

(...)

Na sequência de postagens, percebe-se a utilização de elementos do senso comum, pré-estabelecidos sobre os evangélicos, como argumentos para afirmar que a mulher flagrada dando golpes de marreta na estátua pertence a essa religião: fanatismo (atributo), o desrespeito às diferenças e à outras crenças (intolerância), a culpa das igrejas evangélicas pela destruição da imagem (intolerância), as vestimentas – saias longas e blusas com mangas e sem decotes – (suspeição pela performance), o substantivo evangélica, como categoria atribuída, e as expressão “demônio no corpo”, muito usual pelos integrantes dessa religião em rituais de desobsessão. Percebe-se que o preconceito e a intolerância são os mesmos que os do ato da depredadora.

A meu ver, o preconceito aos evangélicos parece ser fomentado, muitas vezes, pelas próprias pregações e declarações públicas feitas por alguns de seus líderes religiosos nos templos, na mídia ou até mesmo nas bancadas do Poder Legislativo ou nas pastas que ocupam

no Governo Federal, baseadas em expressões de ódio, *fake news* e má-fé. Percebo ainda como agravantes dessa imagem dos evangélicos como “intolerantes”, os registros feitos pela mídia de casos de violência cuja suspeita ou confirmação recaem sobre representantes ou integrantes da religião evangélica, como o emblemático ataque à imagem de Nossa Senhora Aparecida, praticado por um bispo da Universal do Reino de Deus, em outubro de 1995, em pleno dia da padroeira, transmitido pela televisão.

Alguns dos interlocutores, que se autodeclaram evangélicos, manifestaram-se contrários à ação da depredadora e reagiram às suposições:

**Ivana** Só não entendo porque acham que é uma evangélica? pelas vestes? Sou de família evangélica, é jamais faríamos uma coisa dessas 😞 essa é do capiroto mesmo

(...)

**Divadiva** Eu sou evangélica e acho que ela fez errado pois devemos respeitar crenças religiosas de todos cada um com a sua isso foi falta de respeito

(...)

**Hosana** Sou evangélica, e condeno esse tipo de comportamento, intolerância religiosa e degradação a patrimônio público dá cadeia, deve ser responsabilizada por sua indecência e falta de respeito com as religiões alheias.

(...)

As interlocutoras questionam a estigmatização aos integrantes da religião evangélica a partir do preconceito e da suspeição pela performance (roupas) e argumentam que nem todo integrante desse segmento religioso pensa ou age dessa forma. Nas postagens, evocam o respeito – como princípio moral básico – e as leis contra a intolerância e a depredação do patrimônio público como reguladores do decoro. Uma das interlocutoras expressa ainda por meio de *emoji* (carinha com lágrima no rosto) o seu descontentamento em relação à atitude da mulher que desferiu as marretadas na imagem, e utiliza a gíria *capiroto*, que significa o mesmo que demônio, diabo, ou espírito ou gênero do mal, excluindo a possibilidade de ela pertencer ao seu grupo religioso.

Neste caso, verifica-se que a intolerância religiosa atenta diretamente contra a regras do decoro. Ao transgredir a legislação que garante o direito à liberdade ao culto, crença e às manifestações religiosas, o agente da intolerância desconsidera os valores morais vigentes e as normas pré-estabelecidas de comportamento, que visam garantir o convívio social harmonioso, e se vale de motivação particular para manifestar sua discordância, descontentamento ou ódio. A tolerância – respeito pela vida religiosa dos outros, opiniões e pontos de vista – atitude oposta à exemplificada na análise, constitui-se, então, como princípio implícito na discussão do grupo de interagentes do Facebook para as regras do decoro.

### 6.3. Decoro na interação

Nos dois casos analisados, verifica-se que, embora as regras de decoro apareçam como argumentos utilizados no sentido de ajuizar os personagens envolvidos nas situações apresentadas, na sequência linguística de respostas sobre os eventos apresentados pelas postagens, outros símbolos e padrões de interação são compartilhados e decodificados pelos participantes.

No trato entre os interlocutores, provavelmente devido à ausência física dos sujeitos na web – onde cada um cria uma imagem que pode ou não corresponder à sua própria identidade, e uma fachada coerente ou não com as normas sociais – não se registra a exigência de uma postura normativa e nem de certos convencionalismos, a exemplo dos relacionamentos presenciais, com as várias formas de saudações e cumprimentos, observados na maioria dos contextos culturais, as regras de interação, as maneiras de tratamento, os recursos de linguagem que, algumas vezes, não conseguem ser acionados para a elaboração intelectual e subjetiva de respostas, carecendo os personagens de recorrer aos símbolos para expressar a sua opinião.

A comunicação por meio do Facebook tem suas próprias características. O ingresso nos diálogos pelos interlocutores se dá informalmente. Não há apresentações protocolares dos participantes ou qualquer tipo de manifestação de cortesia ao iniciar uma interação. A entrada em cena, em geral, dá-se por meio de uma opinião, um apoio ou reforço para argumentos de outro interagente, críticas à opinião de terceiros ou ao conteúdo postado, reações irônicas, sarcásticas ou até mesmo violentas. Essa maneira, por vezes arrogante, agressiva e impositiva de ingressar na interação, revela o papel que o ator espera desempenhar na situação (GOFFMAN, 2014), ou seja, de um interlocutor que se impõe e demonstra que está no comando do curso da interação.

Quando os interlocutores querem direcionar suas mensagens a um integrante específico da rede, nos diálogos analisados, utilizam o vocativo, ou seja, iniciam suas postagens com o *nickname* – nome ou apelido que identifica o usuário do Facebook a quem a mensagem é endereçada. Neste caso, o sujeito da interlocução é o próprio perfil do participante na rede social. Perfil construído a partir da narrativa do eu, de acordo com o desejo do indivíduo, condizente ou não com o que ele é *offline* e que, conforme Recuero (2009), é plural e representa múltiplas facetas identitárias. Nesse perfil “midiático” o personagem compartilha um modo de ser, de pensar, seus valores e suas características por meio de conteúdos textuais e imagéticos

no site da rede social. Segundo as regras do próprio Facebook<sup>61</sup>, o nome deve ser aquele pelo qual a pessoa é conhecida no dia a dia. Apelidos podem ser usados, como primeiro nome ou como seu complemento, se forem uma variação da identificação de registro formal. Embora, nos casos analisados, os nomes nos perfis, aparentemente, seguissem as prescrições do Facebook, não é possível ter certeza que correspondem, de fato, à identidade *offline* dos sujeitos.

Ao utilizar o *nickname*, o remetente é comunicado pelo próprio Facebook que foi marcado na publicação e esse recurso pode facilitar a continuidade do debate. Isso não quer dizer, no entanto, que o interlocutor irá responder ao comentário imediatamente, de forma síncrona. Em geral, o *feedback* pode levar horas, dias ou até meses para chegar ao autor do comentário, mas é dado como se a postagem tivesse sido feita naquele momento. Assim a categoria tempo nas interações virtuais tem uma dimensão muito particular, baseada nas evidências comunicadas e na sequência com que elas transcorrem. A título de exemplo, vejamos a participação de Ana no debate sobre a abordagem do policial ao transeunte.

**Ana** (1ª postagem) O povo quer Polícia forte, segurança pública eficiente mas não apoia uma ação policial como essa... fico incrédula... o que esse senhor fez foi no mínimo desacato...(..)

(...)

**Ana** (2ª postagem) Só hj estou vendo inúmeros comentários à minha opinião sobre esse vídeo. Fico estarecida com a falta de respeito de alguns, suposição de outros. (...)

A opinião de Ana (1ª postagem) foi apresentada entre os comentários ao caso, no Facebook, em 10 de agosto de 2017, às 10h08. Ana só revisitou a página e verificou as ponderações feitas à sua opinião em 17 de março de 2018, às 9h30, sete meses e sete dias depois, quando já tinham sido registradas mais de 10 manifestações em sua postagem e ela retoma a discussão como se não houvesse uma interrupção temporal. Outro exemplo dessa característica assíncrona no diálogo foi identificado na resposta à Neiva, também sobre o mesmo episódio.

**Neiva** Pra começar a história o policial (Delegado) fez a abordagem correta, falou educadamente e mostrou a identificação... (...)

**Fabio** Neiva vai tomar no rabo sua jumenta FDP

A opinião de Neiva, postada em 14 de março de 2018, às 10h38, registrava, até janeiro de 2020, duas respostas. Ao clicar no link para visualizar os comentários, apenas o registro de Fábio foi exibido: postado no dia 15 de fevereiro de 2020, às 09h13, vinte e três meses após

---

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/help/112146705538576>. Acesso em 22/05/2020.

Neiva emitir sua opinião. Sendo assim, neste espaço de interação parece predominar a comunicação assíncrona, ou seja, de um diálogo que se estende no tempo. No entanto, cabe ressaltar que não há um padrão fixo. Uma conversação na rede social pode começar de forma síncrona e continuar de forma assíncrona, dependendo da situação, do interesse, disponibilidade e da expectativa dos interlocutores envolvidos.

O fator tempo na interação, no caso da abordagem do policial ao transeunte, embora tenham ocorrido vários desdobramentos ao fato após sua publicação no Facebook – como o afastamento do delegado do cargo que ocupava na Secretaria de Segurança; e a publicação de um nota, na mídia, com pedidos de desculpas e perdão a “Deus” e “à pessoa envolvida”, com reconhecimento de que operacionalmente o policial errou na abordagem ao transeunte<sup>62</sup>, entre outros –, nas minhas pesquisas paralelas sobre a repercussão do caso na mídia, constatei que muitos integrantes do Facebook continuaram comentando, compartilhando e estimulando a visualização de outros participantes da rede social por mais de dois anos. É notável que nesse movimento contínuo o tempo da ocorrência correspondesse ao mesmo tempo em que foram informados pela postagem, e como se a rede social na internet fosse o local de depósito final do evento, sem se considerar outros contextos além do explicitado no conteúdo da postagem. Essa percepção de tempo e espaço nos remete aos conceitos de Milton Santos (2013), em que a sucessão de eventos e sua trama (a postagem) é o tempo em si e que o lugar onde podem se materializar os eventos (o Facebook) é o espaço.

Quanto ao segundo comentário à opinião de Neiva, cuja visualização estava indisponível, provavelmente foi ocultado ou excluído por meio de ação da própria interlocutora. Essa situação foi observada em outros *threads* ao longo das postagens analisadas. A diferença entre o número total de comentários registrados em uma opinião manifestada no Facebook e a quantidade exata desses comentários que estão disponíveis à visualização dos integrantes da rede – quando o usuário clica no link que exhibe essa postagem – pode ser justificada pelo uso de ferramenta de ocultação ou denúncia que é oferecida para controle pela própria plataforma da rede social.

Ao usuário do Facebook é permitido ocultar ou denunciar um comentário indesejado. Quando ocultado, ele fica visível apenas para o autor da postagem e para os participantes da rede que foram aceitos como amigos em seu perfil. Quando o *post* é excluído, é removido permanentemente da publicação. O integrante da rede pode denunciar o autor do comentário ao

---

<sup>62</sup> <https://www.metropoles.com/distrito-federal/delegado-que-agrediu-idoso-se-afasta-da-chefia-de-gabinete-da-sejus?amp>

Facebook, que, por meio de sua política de segurança, pode deliberar se ele violou os padrões da comunidade e se o comentário será excluído<sup>63</sup>. Neste caso, pode-se afirmar que a rede social Facebook oferece mecanismo de controle ao comportamento dos usuários para que sigam as regras do decoro. Apesar disso, na prática, em função dos vários comentários agressivos e ofensivos registrados nas postagens, foi possível observar durante a minha pesquisa que a maioria das pessoas não recorre com frequência a essa ferramenta, talvez motivadas pelo fato de que quanto mais comentários e interações a postagem registrar, independentemente de seu teor, maior será seu alcance entre os usuários; por indisponibilidade de tempo e até mesmo de interesse, entre outros.

Nos dois casos analisados, a violência simbólica (BOURDIEU, 1989) observada por meio da linguagem escrita, sem coação física, causa danos morais e psicológicos e torna-se mais expressiva como ferramenta de coação. Nas análises evidencia-se a tentativa de imposição de poder por meio de xingamentos, ameaças, inferiorização do outro, rótulos e preconceitos. Embora a interação dos participantes se dê virtualmente, sem a possibilidade do contato físico, são evidentes as menções à violência física para fazer cumprir as regras de decoro (moral, ética, costume ou lei). Esse fato pode ser observado em argumentos hipotéticos, ou seja, em suposições dos interagentes se localizados no ato do evento, como se pode notar em algumas postagens.

No caso da abordagem do policial ao transeunte: “apanhou foi pouco”; “tem que descer o braço mesmo”, “se fosse eu dava uma pesada no estômago dele”, “merecia um balaço na boca”; “tinha que ter levada um murro na boca”, “tinha que ter dado uma porrada” entre outras. No segundo caso: “eu tinha matado na porrada”, “se eu passo lá na hora meteria a porrada nessa safada”; “dá um tiro nessa filha de satã”; “dá um soco nessa mulher”.

Quanto aos conflitos examinados na interação, pode-se afirmar que eles são multifatoriais e gerados por motivações diversas, como as relacionadas a comportamentos, papéis sociais, crenças, disputa de poder, aceitação das regras e costumes, entre outras. Essas motivações se traduziram em julgamento da conduta moral e ética dos protagonistas direcionados aos fatos apresentados pelo autor da postagem no *news feed* do Facebook; na discordância direta entre pontos de vista contrários na interlocução; na intolerância religiosa, no entendimento equivocado sobre o conteúdo de uma crítica; no enquadramento da crítica como ofensa moral; no ataque a imagem, moral e honra do interlocutor para desqualificá-lo ao

---

<sup>63</sup> Central de ajuda do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/help/297845860255949>. Acesso em: 12/05/2020

debate; na discordância no entendimento das regras, leis e costumes e no embate entre o caráter social do decoro – a pressão do coletivo – e os interesses individuais do sujeito.

Em determinados momentos da interlocução, quando os participantes buscavam ou ofereciam apoio a seus pares, ou a sua conveniência, alguns debatedores fizeram deferência às opiniões de outros integrantes da rede social que utilizavam argumentos em consonância com suas convicções. Neste sentido, utilizaram expressões como “concordo”, “apoiado”, “exatamente”, “está coberto de razão” etc. Com isso, parecem prestar ao interlocutor solidariedade entre os que compartilham do mesmo sentimento. Essas manifestações passam a impressão de unidade pela identificação ainda que imediata, ligeira e baseada em postagem, em geral telegráfica, de percepção de grupo. De toda forma, esses recursos são usados para reafirmar valores e ideologias individuais.

No que diz respeito ao quesito engajamento dos integrantes da rede social no debate, pode se afirmar que ele se dá no formato de grupo que posta opiniões e responde aos comentários por meio de textos, e do compartilhamento da postagem na própria *timeline*, o que pode gerar novas discussões e ampliar o alcance do assunto entre os membros do Facebook – tendo efeito, principalmente, na divulgação do debate. Ademais, se dá também pelos observadores que registram sua presença por meio dos botões *Reaction*. Este recurso é utilizado para julgamento da postagem, possibilitando a expressão de sentimentos quanto ao conteúdo ou direcionando ao autor do mesmo.

As referidas teclas são disponibilizadas pelo Facebook e têm sentidos pré-estabelecidos: “Curtir” significa aprovação do conteúdo, “Grr” expressa raiva ou reprovação, “Haha” demonstra bom humor, diversão com algo, podendo ser usado para ser irônico e sarcástico; “Triste” pode significar *posts* ruins, ou desaprovação, mágoa ou momentos nostálgicos; “Uau” para sentimentos de surpresas boas ou ruins; e “Amei”, para afeição, carinho, apreço e pode ser interpretado como forte aprovação.

Diferentemente daqueles que demonstram mais engajamento na interação pela disposição em formular um discurso escrito dirigido à determinada situação, os observadores, em geral, utilizam os botões *Reaction* para marcar presença na rede e demonstrar sentimentos de aprovação ou reprovação ao conteúdo ou ao comportamento do autor da postagem.

Vale ressaltar que no caso analisado da abordagem do policial ao transeunte foram 17 mil reações à postagem, sendo 10 mil curtidas (59,12%), 5,1 mil expressões de raiva (30,15%), 726 risadas (4,32%), 595 manifestações de tristeza (3,54%), 373 registros de espanto (2,22%) e 120 amei (0,71%). Pelo expressivo número de curtidas, a audiência parece manifestar aprovação majoritária à postagem, legitimando o conteúdo, apesar de o botão de “curtir” não

expressar nenhuma forte reação emotiva ou mudança de humor do integrante da rede social. Nesta perspectiva, entre os recursos utilizados para expressar sentimentos, as reações de raiva sinalizam revolta, indignação, ira ou frustração, mas não é possível dizer se as manifestações significam desaprovação à postagem em si, à opinião do autor ou dos personagens envolvidos no fato apresentado no *feed* de notícias do Facebook. Se levarmos em conta que as curtidas são interpretadas como aprovação à postagem e a raiva seria o seu oposto, o sentimento estaria atrelado, então, à condenação dos manifestantes ao que foi exposto no *feed* de notícias do Facebook.

No segundo caso, que envolve a depredação da estátua da Iemanjá, foram 2,1 mil reações, sendo mil reações de raiva (47,13%), 519 de tristeza (24,46%), 518 curtidas (24,41%), 50 de espanto (2,36%), 27 risadas (1,27%) e oito manifestações de ameia (0,38%). Os sentimentos negativos à postagem superam as demais manifestações. A raiva e a tristeza somam mais de 70%. Se considerarmos essas reações com sentido oposto às curtidas, a postagem teria sido reprovada pelos integrantes da rede. Neste caso não é possível afirmar, somente a partir dos dados numéricos, se essas reações são à postagem ou ao comportamento da personagem apresentada. Permite-nos supor que sejam relativas à atitude da depredadora, por trazer à tona o tema da intolerância religiosa. Para compreender com mais profundidade essas reações específicas, manifestadas tomando como referência os botões que expressam sentimentos, seria necessário um estudo mais detalhado dessa ferramenta, o que não é o objetivo desta pesquisa.

Há que se atentar ainda para a ortografia, especialmente para o excesso de erros de português e para uma escrita que tenta reproduzir os modos de fala, ou seja, transcrever em forma de conversa coloquial, que abusa da espontaneidade da linguagem oral sem se preocupar com as regras formais (uso correto das normas gramaticais e ortográficas) geralmente exigidas para um meio que, embora permita o uso de recursos audiovisuais para a interação, ainda se baseia principalmente em textos escritos para as trocas comunicativas. Vejamos nas mensagens a seguir alguns exemplos de abreviações, descuido com a grafia das palavras, repetições de letras e pontuações, que não correspondem à norma culta da língua portuguesa.

**Wellington** Claci más porque é idoso nunca deve desrespeita ninguém pode ser até uma criança vc eu temos que respeitar, o senhor ai perdeu toda a razão falou besteira manda um policial encher o c de rola vc vai vê o que vai acontecer e nem precisa see policial que vai dá zebra kkkkk

**João** Neusa Você deveria pensar duas vezes antes de falar. Ou você é burra ou ignorante !!! Ou deve ser do tipo de pessoa que se acha politicamente correta !!! (...) Vá se consultar com o médico Roger Abdelmassih !!! Ele é velhinho também !!! Sua hipócrita !!! Drogada e bêbada é você !!! (...)

**Marcelo** DEFENDER VELHO COOZÃO MAL EDUCADO É O CARALEO, VAI SEE PHODER BANDO DE MERDHAS, TINHA DE TER MANDADO A MÃO

PRA CARA DESSE LIXO AÍ NO CHÃO, CABELO GRISALHO NÃO É SINÔNIMO DE RESPEITO... VÃO SEE PHODER!!!

Na mensagem de Wellington percebe-se a oralização da escrita no uso dos verbos *desrespeita(r)*, *manda(r)*, *vê(r)* e *dá(r)*, revelando uma fala corrente e descompromissada, usada na conversas do dia a dia, em que o r final das formas verbais no infinitivo não é usado, deixando uma pronúncia parecida, mas não correta na forma escrita. O tratamento pessoal “você” é abreviado (vc) caracterizando informalidade e a repetição da letra “k”, para representar risadas. O recurso do ponto de exclamação é usado para intensificar a expressividade do discurso, seja no sentido imperativo da ordem, na admiração, alívio ou surpresa. A utilização da escrita em maiúsculo, denota grito, além da escrita de palavras pelo modo como soam (COOZÃO, CARALEO, SEE, PHODER) e não pela norma padrão e uso correto da pontuação.

Na leitura analítica dos casos, foi possível observar que os integrantes da rede social se apropriam dos recursos da oralidade como entonação da voz, lapsos de fala, a supressão de pontuação, entre outros característicos da oralidade cotidiana utilizados num ambiente em que predomina a escrita. Talvez, esse esforço dos interlocutores para manter as características de uma comunicação oral, simultânea, construída rapidamente, de forma dinâmica e sem ser revisada, privilegiando a economia de tempo e de esforços, seja uma tentativa de tornar as características do ambiente web mais próximas da realidade *offline*, tornando-o mais amigável, informal, e adaptado à contemporaneidade.

Se por um lado, o uso de um texto com formas verbais abreviadas, incorretas (voluntariamente ou não), com forte apelo à oralidade, pode ser associado à linguagem característica do meio virtual – “internetês” –, por outro, pode ser interpretado como falta de competência do uso da escrita e ser associada a variáveis como classe social e escolaridade. Embora, em geral, essas peculiaridades do texto na rede social pareçam estar subentendidas entre os participantes da conversação no Facebook, nas situações de conflito, para ofender e ridicularizar, alguns participantes apontaram a deficiência ortográfica na tentativa de subjugar e reduzir os interlocutores.

Nesse contexto, percebe-se então que a rede social é um ambiente que tem suas regras, suas complexidades e, conseqüentemente, seus efeitos no comportamento de seus usuários. Sendo assim, a comunicação mediada pela tecnologia passa a influenciar a sociabilidade, interferir diretamente na forma como as pessoas expõem suas ideias, suas opiniões e constroem seus comentários sobre qualquer assunto. Por outro lado, mas, não em oposição, é um importante espaço de construção de identidade, de sentimento e sensação de pertencimento, de

participação, de situação do sujeito no contexto social, de expressão e de modificação da forma de visualizar o mundo, da compreensão, perpetuação ou questionamento das regras de decoro.

## 7 CONCLUSÕES

O propósito desta investigação foi identificar e analisar a representação do decoro nas relações estabelecidas no Facebook, ainda considerada a maior rede social de relacionamento virtual do mundo, e sua relação com a sociabilidade e estilo de vida contemporâneo. Dois grandes desafios se impuseram neste percurso: um conceitual e o outro metodológico. O primeiro, foi traçar uma aproximação do decoro das Ciências Sociais, já que não foi possível encontrar um conceito consolidado neste campo científico, embora expoentes das áreas de estudo desta disciplina já o mencionassem, a exemplo do pai da antropologia social Bronislaw Malinowisk que, em seu livro *Crime e costume na sociedade selvagem*, de 1926, empregava o termo decoro no estudo das sociedades primitivas nas quais não havia a presença do Estado, embora o autor tenha observado uma forma de ordem jurídica baseada no respeito entre os membros do grupo e na reciprocidade das atividades.

Para enfrentar esse desafio de aproximação do decoro no campo das ciências sociais, a solução encontrada foi analisar os sentidos do decoro e sua influência na relação entre indivíduo e sociedade nos estudos de dois expoentes da sociologia contemporânea: Norbert Elias – que se dedicou aos costumes e como as vidas das pessoas foram moldadas pelas figurações sociais –, e Erving Goffman – estudioso das ocasiões, ou seja, das pessoas em rituais de interação. Embora os autores não pertençam à mesma corrente sociológica, o decoro é um ponto comum abordado por ambos e que permite esse diálogo. Em suas obras constatei o frequente sentido do termo “decoro” atrelado às ideias construídas nos contextos históricos e sociais de mecanismo para o controle das relações com base na percepção sobre conduta aceitável, decência, conveniência e moral.

Nessa perspectiva, no desenvolver desta investigação, foi possível verificar que o compromisso com as regras, com o conjunto de normas que expressa ideias fundamentais a respeito do que se deve ou não ser feito, ser dito e como se comportar em diferentes situações, ambientes e contextos socioculturais e históricos, persiste em uma linguagem atualizada ao cenário atual, especificamente na análise da rede virtual Facebook, assim como o entendimento a respeito da transgressão e da ruptura das normativas vigentes observado nas postagens comumente relacionadas às regras sociais.

No que concerne ao desafio metodológico, recorreremos às interações e aos rastros textuais apresentados pelos integrantes da rede social e, prioritariamente, aos eixos discursivo e interacional, ancorados pela Etnografia Virtual ou Netnografia. Este método é adaptado da tradicional observação etnográfica das ciências sociais para o ambiente web. Nesse espaço, é

possível observar como o discurso presentifica o personagem participante da rede social, que se torna visível pelo que escreve nas postagens e pela interação com os demais integrantes da comunidade virtual.

As interações online se dão prioritária e performativamente por meio do texto escrito. Isso exige, como na etnografia tradicional, a imersão do pesquisador no contexto de estudo, com uma observação atenta da linguagem escrita, dos símbolos linguísticos complexos, reações imediatas, conflitos, dos rituais de interação, normas, regras e sanções presentes nos registros textuais e outros recursos da comunicação multimodal característica desses ambientes virtuais.

Para dar conta desse processo analítico, recorreremos à abordagem de Herring (2004), chamada CMDA – Computer Mediated Discourse Analysis (análise de discurso mediada pelo computador), considerada adequada a esta investigação por adaptar pesquisas de tradição linguística e possibilitar uma interpretação de forma ampla. Ademais, possibilita adicionar outros procedimentos, como a observação etnográfica; a análise de registros de interação verbal (palavras, afirmações, mensagens, trocas etc.), o comportamento online expresso em forma de escrita e as suas interpretações feitas pelos participantes da rede.

Esse dispositivo metodológico nos possibilitou relacionar o campo empírico aos sentidos de decoro no Facebook, declarados pelos integrantes da rede social, tornando as informações acessíveis e com efeito a reflexibilidade, tão cara à etnografia. Igualmente, oportunizou a compreensão da maneira como os interagentes registram, interpretam, perpetuam e questionam as regras do decoro, bem como manifestam seus sentimentos de pertencimento e de participação no grupo, a partir das análises das postagens e dos comentários publicados.

O decoro contemporâneo está amparado fortemente pelos conceitos de moral e ética, que refletem os valores e a ótica de uma sociedade capitalista, marcada pela cultura e economia globalizadas, múltiplas identidades individuais e sociais, a prática do consumo exacerbado e o narcisismo ostensivo. Podemos constatar que um dos princípios que ganha destaque no conjunto de valores morais na atualidade, que direciona como o indivíduo deve agir para adaptar-se à essa realidade, e que se faz expressivo na análise dos casos selecionados nesta pesquisa, é o individualismo egoísta. Devido à natureza social do indivíduo, a moral não é um assunto meramente individual, mas, em determinadas situações, como as exemplificadas nesta análise, esse sujeito da modernidade expressa sua tendência de reagir buscando, primeiramente, satisfazer seus interesses particulares.

O respeito é o princípio fundante que ganha relevância na ancoragem das regras do decoro, ou seja, como valor moral que referenda a aderência dos indivíduos às regras que atribuem sentidos, norteiam os comportamentos, o convívio social e as premissas básicas do

permitido e do proibido estabelecidas pelas convenções sociais. Como verificado nos exemplos de postagens selecionadas do Facebook para esta investigação, os integrantes da rede social brasileira evocaram o respeito em diferentes situações e com sentidos diversos. O mais recorrente, interpretado como regra de ouro, foi no sentido de atitude ou disposição de agir levando em consideração o outro, como reciprocidade. O sentimento, como atitude, também aparece no contexto desta pesquisa na forma oposta, ou seja, na representação de ausência ou falta de respeito (desrespeito e desacato). Ambos sentimentos atuam no plano interacional.

O respeito também aparece com o sentido de consideração, deferência, estima, associado, no caso analisado, à condição do idoso. O significado atribuído ao velho/idoso na cultura brasileira remete ao valor moral e ético construído no processo de socialização do indivíduo, transmitido desde a infância por meio dos ensinamentos iniciados no núcleo familiar, e é um importante componente na prática do decoro social. Nesse contexto, o respeito está associado, por um lado, à experiência de vida, sabedoria acumulada e cumprimento do dever, e por outro, à dependência, à vulnerabilidade e à fragilidade.

Entretanto, o sentido de respeito ao idoso foi questionado durante a interação dos participantes do debate no Facebook, no primeiro caso analisado (abordagem policial). O grupo, que defendeu a posição de que “Canalhas também envelhecem”, demonstra não acreditar na hombridade do idoso como regra, pois é possível que exista alguém que não se comporte moralmente de maneira positiva. A partir da defesa desse argumento, o significado da palavra idoso adquire também um sentido pejorativo para este grupo, associado a adjetivos que desqualificam e desumanizam o personagem, fundamentados para desconstruir o conceito tradicional de respeito ao idoso.

Percebe-se, nos casos analisados, que o discurso sobre o respeito parece não valer na prática. Os argumentos, durante a interação, são utilizados somente para defender o discurso, mas não se concretizam na prática do respeito. Observa-se que muitos participantes do debate no Facebook exigem compostura e respeito dos personagens envolvidos no caso da abordagem do policial ao transeunte, tanto para o detetive quanto para o transeunte – classificado pelos membros da rede como idoso –, mas não respeitam o interlocutor durante a troca de mensagens e desferem ofensas pessoais, violência e discriminações contra os interagentes, bem como contra os personagens. Ou se dizem contrários à intolerância religiosa, mas a praticam contra a mulher flagrada destruindo a imagem de Iemanjá ao associá-la à religião evangélica, simplesmente baseados em julgamento da aparência, em indícios e sem provas concretas. O respeito, que deveria ser demonstrado por meio da empatia, isto é, com uma atitude

comunicativa que revelasse a aceitação do outro e das suas ideias, deixa de existir diante da discordância das decisões, opiniões ou comportamentos.

Outros significados de respeito são explicitados no debate como subordinação à vontade, do outro, obediência, acatamento. Por este ângulo, o outro é compreendido como alguém significativo, que faz uso de uma determinação que sugere o cumprimento de ordem como fenômeno originário da hierarquia, divisão social, autoridade e legitimidade.

Verifica-se, em várias situações, um forte apelo ao campo jurídico para garantir o cumprimento das regras legais, morais e éticas. Com efeito, à custa da ameaça do poder coercitivo, parece haver uma busca pela garantia e adesão dos indivíduos ao decoro, ou seja, que as regras fundamentais da convivência sejam observadas voluntariamente, sem a necessidade de coação. Neste contexto, os indivíduos parecem se fundamentar menos nos valores morais e mais na legalização dos comportamentos e na imposição do respeito, muitas vezes, sem se importar a quem esses interesses atenderiam, se à sociedade ou ao poder estabelecido. Tornou-se perceptível também que, em defesa da autoridade e da obediência, integrantes da rede social assumiram posturas semelhantes aos agentes da justiça, de buscar o cumprimento da lei com o fim em si mesma, negando a possibilidade da transgressão ou classificando-a pura e simplesmente como crime.

Com relação à religião, embora o tema ainda seja tabu na sociedade brasileira, há na composição do decoro uma moral de inspiração religiosa que, juntamente com outras morais, busca regulamentar o comportamento dos indivíduos. Nesse quesito particular, o respeito ao outro aparece aparelhado ao princípio básico da igualdade espiritual na composição da moral. A intolerância, em forma de crítica à atitude da mulher que depredou a estátua de Iemanjá, emerge como antirregra ao decoro.

O respeito à família, aos seus representantes (pais, mães e avós) e aos valores morais e éticos que compõem a referida instituição foi recorrente nos discursos dos interlocutores. Como importante núcleo socializador, a família é o primeiro grupo de pertencimento do indivíduo. Nele se desenvolve o processo de formação e de construção de identidade, do aprendizado da tradição, dos costumes, valores. Nos casos analisados nesta tese doutoral, observa-se uma tendência de relacionar a família à casa sobretudo no apontamento das regras de decoro.

A casa representa o lugar da proteção, das configurações familiares, da construção dos laços afetivos e de parentesco, onde se tem privacidade e onde parte significativa da vida pessoal se desenrola. Mesmo que, na modernidade, os indivíduos passem longos períodos do dia fora de suas residências, em função do trabalho e de outras atividades que impõem diferentes dinâmicas à vida cotidiana, a casa – também como sinônimo de lar – mantém-se como

referência à ideia de família. As figuras paternas são evocadas nas postagens examinadas quando se quer acionar padrões e valores morais herdados da família. São usadas ainda como instrumentos de verificação, quando colocados hipoteticamente no lugar dos personagens das ações que estão sendo julgados pelo grupo (“se fosse com o seu pai”), dos valores e comportamento social ético duvidosos.

A interação entre os usuários do Facebook se dá a partir de uma postagem espontânea sobre determinado tema, sem respeitar protocolos ou comportamento normativo. Ao acessar, os participantes, de forma direta, expressam opiniões, descontentamentos, eufemismo, ironia, xingamentos ou revelam atitudes agressivas, cujo objetivo, muitas vezes, é desqualificar ou desumanizar o autor ou um determinado interlocutor, inclusive nomeando-o. Algumas vezes, as mensagens são indiretas deixando que os interlocutores, de acordo com os seus interesses, se pronunciassem. Neste sentido, foi possível verificar em ambos os casos que a ausência de formalismos na interação, a entrada em cena com postura e tom agressivos, arrogantes e impositivos; por exemplo, irão apontar para uma moral individualista de um sujeito que quer se impor e demonstrar que está no comando da interação.

Durante a pesquisa de campo, foi observada, por meio das locuções postadas, uma violência simbólica exteriorizada em forma de coação por parte de alguns integrantes do Facebook, seja para intimidar ou tentar calar os interlocutores que apresentaram pontos de vistas discordantes. Ela se materializou em xingamentos, ameaças, discriminação e preconceitos. Nos dois casos selecionados, tanto na abordagem policial quanto na depredação da imagem de Iemanjá, evidencia-se a tentativa de imposição da vontade própria. Ainda que as interações sejam intermediadas pela tecnologia e não presenciais face a face, foram observadas expressões que mencionam a violência física nos discursos dos participantes da rede social como possível estratégia para se fazer cumprir as regras de decoro expressas pelo grupo. A violência, nas suas várias formas, mantém-se como um dos reguladores do decoro nas sociedades modernas, assim como foi em tempos remotos, como Elias evidencia nos seus estudos sobre o desenvolvimento do processo civilizador do homem.

Nas interações, via Facebook, é notável a existência de conflitos. Nos casos estudados, estes aparecem relacionados a juízo de valor, comportamento, papéis sociais, crença, disputa de poder, aceitação ou não de regras sociais e de costumes, entre outros. Esses motivadores ajudam a tensionar, de certa forma, a relação entre o caráter social do decoro, que objetiva regular o comportamento dos indivíduos e grupos sociais para manter uma certa ordem e os interesses egoístas dos sujeitos. Nessas situações de conflito, tornam-se marcantes a falta de empatia, a tentativa de imposição de opiniões e, por vezes, a intencionalidade em ser ofensivo

ou desrespeito com o outro. Isso reforça, em algumas das situações analisadas, o individualismo egoísta característico do sujeito contemporâneo. Por outro lado, em algumas postagens, observa-se que a interação possibilitou a identificação entre os interlocutores, a manifestação de opiniões semelhantes e o compartilhamento de valores.

Por fim, nesta pesquisa foi possível observar a constituição de um grupo que se reúne em torno de um aparato virtual de forma momentânea, despojada, informal e sem periodicidade, que manifesta deferência em situações de apoio aos pares ou de conveniência, e expressa o seu engajamento nas discussões. As revelações ocorrem por meio de mensagens escritas, dos botões *Reactions*; da construção e decodificação de linguagem com características específicas do meio virtual, e que influenciam na sociabilidade por interferir diretamente na forma como as pessoas expõem suas ideias, opiniões e constroem seus comentários sobre qualquer assunto no ambiente da rede social. Por meio da apropriação das ferramentas de comunicação oferecidas pelo próprio Facebook, os sujeitos são ainda impactados pelas possibilidades de adaptação e controle. Um exemplo é o mecanismo de gerenciamento das postagens, que permite a qualquer usuário ocultar ou denunciar um comentário indesejado.

Olhar para o discurso *online* no Facebook permitiu estudar a linguagem em uso e a construção de sentidos nesse ambiente onde os participantes registram por escrito o que pensam e como agem em determinadas situações. Embora as mensagens sejam telegráficas, descontextualizadas e agruparem conversas descontinuas, assíncronas e complexas, a análise dessa conversação, além de revelar características do decoro na contemporaneidade, contribuiu para a compreensão do ambiente dessa rede social na internet, as relações interpessoais no mundo contemporâneo e a visão de mundo dos interlocutores usuários do Facebook.

O uso desta rede social como espaço online de interação remete à liberdade no que se refere à espontaneidade, à inexistência de protocolos, por meio de uma linguagem e postura informal. Nesse lugar midiático, é possível observar o encontro das subjetividades, de identificações e o palco para que qualquer um expõe seus pensamentos, opiniões e escolhas a respeito dos mais variados temas, inclusive para a expressão de sentimentos de intolerância, preconceito, atitudes hostis, desrespeitosas e até violentas. É um espaço *online* ainda muito jovem no que se refere às regras de postagem ou de relacionamento e se encontra em fase de construção. Ao mesmo tempo, o Facebook se revela um ambiente alternativo de expressão de valores e crenças que nem sempre são manifestadas em ambiente de interação presencial. Nele ficam registrados os debates acerca das regras de decoro vigentes, sejam em busca de ratificá-las ou questioná-las.

Por fim, praticando a reflexibilidade sobre o processo de pesquisa, podemos afirmar que o debate sobre as dinâmicas comunicacionais nas redes sociais na internet não se esgota aqui. Ao contrário, dada a sua complexidade, o desafio ético-metodológico e a novidade no campo das ciências sociais e outros ramos de conhecimento, instiga novas inquietações que podem se desdobrar e abrir possibilidades de realização de novas pesquisas em outras trilhas e mapas, sobretudo, para compreender os mecanismos virtuais e sua influência na vida cotidiana das pessoas na sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de. **Mediações tecnossociais e mudanças culturais na Sociedade da informação**. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewFile/12972/8746>; acesso: 27/10/12.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; e VIANA, Luciana. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista Sessões do Imaginário**. Porto Alegre, nº 35, 20 dezembro de 2008, Famecos/PUCRS. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/4829/3687>. Acesso em: 15/05/2017.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BIANCO, Nelia R. Del. **A Internet como fator de mudança no jornalismo**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-Internet-mudanca-jornalismo.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOYD, Danah M. e ELLISON, Nicole B. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**. Volume 13, Edição 1, 1/10/2007, páginas 210–230. Disponível em:

<https://academic.oup.com/jcmc/article/13/1/210/4583062>. Acesso em 03/06/2020.

BRAGA, Adriana. **Personas materno-eletrônicas**: Feminilidade e Interação no Blog Mothern. Porto Alegre: Sulina, 2008.

CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. Tradução de Niza Neves Cheroto. In: BARBOSA, Livia e, CAMPBELL, Colin (orgs). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Comunicacion y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Qual é a tua obra?** – inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma Sociologia do dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, v.2, 2011.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador:** formação do Estado e Civilização. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, v.2, 1993.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

GAULEJAC, Vincent de. **As Origens da vergonha.** São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação:** ensaios sobre o comportamento face a face. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana.** Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2015, p.12.

HAN, Byung-Chul. **No Enxame:** reflexões sobre o digital. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.

HERRING, Susan C. (2001). “Computer-mediated discourse”. In: Schiffrin, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (eds.). **The Handbook of Discourse Analysis**. Oxford, Blackwell Publishers, p. 612-634. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/designing-for-virtual-communities-in-the-service-of-learning/computer-mediated-discourse-analysis/3A5B06E64C257A0751F24D6E70D49B55>. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

HERRING, Susan C. (2004). “Computer-mediated discourse analysis: An approach to researching online behavior”. In: BARAD, Sasha; KLING, Rob; GRAY, James J (eds.). **Designing for Virtual Communities in the Service of Learning**. New York: Cambridge University Press, pp. 338-376. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/285786435\\_Computer-mediated\\_discourse\\_analysis\\_an\\_approach\\_to\\_researching\\_online\\_communities](https://www.researchgate.net/publication/285786435_Computer-mediated_discourse_analysis_an_approach_to_researching_online_communities); acesso em: 25 de janeiro de 2020.

HINE, Christine. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KIRKPATRICK, David. **O efeito Facebook**: os bastidores da história da empresa que conecta o mundo. Tradução Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem**; tradução de Maria Clara Correia Dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens do noroeste da Melanésia:** descrição etnográfica do namoro, do casamento e da vida de família entre os nativos das Ilhas Trobriand (Nova Guiné Britânica); tradução de Carlos Sussekind. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais:** linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARTINS, José de Souza (org.). **Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole.** São Paulo: Hicitec, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich W. **A genealogia da moral.** Tradução de Joaquim José de Faria. São Paulo: Centauro, 2002.

OLIVEIRA, RC (1994). Antropologia e moralidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. vol. 9, nº 24 [30 nov. 2015]. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=213:rbc-24&catid=69:rbc&Itemid=399](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=213:rbc-24&catid=69:rbc&Itemid=399); acesso: 20 de abril de 2020.

PENA, Filipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

\_\_\_\_\_ **A conversação em rede:** comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2ª ed., 2014.

\_\_\_\_\_ **Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais da internet.** In: PRIMO, Alex (org.) **Interações em rede.** Porto Alegre: Sulina, 2016.

SANTOS, Francisco Coelho dos. As Faces da Selfie: revelações da fotografia social. São Paulo: RBCS - **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.31, nº 92, outubro de 2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Edusp, 2013.

STOKER e DALMASO. Uma questão de gênero: ofensa de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 24(3): 679-690, setembro-dezembro/2016, Disponível em: <http://br.123dok.com/document/7q0m2nxz-uma-questao-de-genero-ofensas-de-leitores-a-dilma-rousseff-no-facebook-da-folha.html>; acesso em: 15 de maio de 2017.

VICENTE, Antonio Fernandez. **El presente virtual: cadenas digitales**. Madri: Editorial Fragua, 2008.

WHITE, P. Valoração – A linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n.esp., 2004, p. 178-205. Disponível em: [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/295/314](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/295/314). Acesso em 20 maio de 2020. ISSN 1518-7632.

ZANQUETA, Leandra. **Diálogo sobre etiqueta no Facebook**. São Paulo: Dracena, 2014.

## ANEXOS

**Quadro 1 – Não Publique – Discursos violentos ou degradantes**

| <b>Nível 1</b>  |
|---|
| <p>Conteúdo visando um indivíduo ou grupo de pessoas (incluindo todos os subconjuntos, salvo os que descrevem o cometimento de crimes violentos ou ofensas sexuais), nos moldes das referidas características protegidas ou status de imigração com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discurso violento ou apoio de forma escrita ou visual</li> </ul>  |
| <p>Imagem ou discurso degradante sob a forma de comparações, generalizações ou declarações de comportamento não qualificadas voltadas para ou sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Insetos</li> <li>• Animais culturalmente percebidos como inferiores física ou intelectualmente</li> <li>• Sujeira, bactérias, doenças e excrementos</li> <li>• Predadores sexuais</li> <li>• Ser sub-humano</li> <li>• Criminosos sexuais e violentos</li> <li>• Outros criminosos (inclusive, entre outros, “ladrões”, “assaltantes de bancos”, ou ao dizer que “todo [característica protegida ou semiprotégida] é ‘criminoso’”)</li> <li>• Declarações negando a existência</li> </ul>   |
| <p>Deboche do conceito, de eventos ou de vítimas de crimes de ódio, mesmo que nenhuma pessoa real apareça na imagem.</p> <p>Comparações, generalizações ou declarações designadas, ou afirmações comportamentais (por escrito ou visuais) que incluam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas negras e macacos ou seres semelhantes a macacos</li> <li>• Pessoas negras e equipamentos agrícolas</li> <li>• Judeus e ratos</li> <li>• Muçulmanos e porcos</li> <li>• Muçulmanos e relações sexuais com cabras ou porcos</li> <li>• Mexicanos e seres semelhantes a vermes</li> <li>• Mulheres como objetos domésticos ou referência à mulher como propriedade ou “objeto”</li> <li>• Pessoas transgênero ou não binárias sendo citadas como “isso”</li> </ul> |

Fonte: Padrões da Comunidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/communitystandards/>

**Quadro 2 – Não Publique – Declarações de inferioridade**

| <b>Nível 2</b>   |
|--|
| <p>Conteúdo que vise uma pessoa ou um grupo de pessoas com base em características protegidas contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Generalizações afirmando inferioridade (por escrito ou visuais) sob as seguintes formas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deficiências físicas são definidas em termos de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Higiene, incluindo, entre outros, sujo, imundo, fedorento</li> <li>• Aparência física, incluindo, entre outros, feio, medonho</li> </ul> </li> <li>• Deficiências mentais são definidas em termos de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade intelectual, incluindo, entre outros, burro, imbecil, idiota</li> <li>• Educação, incluindo, entre outros, analfabeto, atrasado</li> <li>• Saúde mental, incluindo, entre outros, doente mental, retardado, louco, maluco</li> </ul> </li> <li>• Deficiências morais são definidas em termos de:</li> </ul> </li> </ul> |

- Traços de personalidade culturalmente tidos como negativos, incluindo, entre outros, covarde, mentiroso, arrogante, ignorante
- Termos pejorativos relacionados a atividades sexuais, incluindo, entre outros, vagabunda, vadia, pervertido
- Outras declarações desmerecedoras, definidas em termos de:
  - Expressões sobre a falta de adequação, incluindo, entre outras, inútil, incapaz
  - Expressões sobre ser melhor/pior do que outra característica protegida, incluindo, entre outras: “Eu acredito que os homens são superiores às mulheres.”
  - Expressões sobre desvio das normas, incluindo, entre outras, esquisito, anormal
- Expressões de desprezo ou seu equivalente visual, definidas em termos de:
  - Auto-admissão de intolerância com base em características protegidas, incluindo, entre outras, homofóbico, islamofóbico, racista
  - Expressões indicando que uma característica protegida não deveria existir
  - Expressões de ódio, incluindo, entre outras, desprezo, repulsa
  - Expressões de desaprovação, incluindo, entre outras, não respeito, não gosto, não me importo
- Expressões de ojeriza ou seu equivalente visual, definidas como:
  - Expressões que sugiram que o alvo causa enjoo, incluindo, entre outras, vômito, regurgitação
  - Expressões de repulsa ou nojo, incluindo, entre outras, nojento, abjeto, eca
- Xingamentos, definidos como:
  - Referir-se ao alvo como genitália ou ânus, incluindo, entre outras, rachada, furada, pau no cu, cuzão, escroto
  - Termos profanos ou frases com a intenção de insultar, incluindo, entre outros, corno, puta, piranha, arrombado, fodido
  - Termos ou frases solicitando participação em atividade sexual ou contato com a genitália e o ânus, ou com fezes e urina, incluindo, entre outros, chupa meu pau, lambe meu cu, coma merda

Fonte: Padrões da Comunidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/communitystandards/>

### **Quadro 3 – Não Publique – Incentivo à exclusão ou segregação**

#### **Nível 3**

Conteúdo visando uma pessoa ou um grupo de pessoas com base em características protegidas contendo qualquer dos seguintes itens:

- Incitação à segregação
- Exclusão explícita, incluindo, sem limitações, “expulsar” ou “não permitir a participação”
- Exclusão política definida como negação de direito à participação política
- Exclusão econômica definida como negação do acesso a direitos econômicos e limitação da participação no mercado de trabalho
- Exclusão social definida como, entre outras, negação da oportunidade de obter acesso a espaços (como online) e serviços sociais

Fonte: Padrões da Comunidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/communitystandards/>